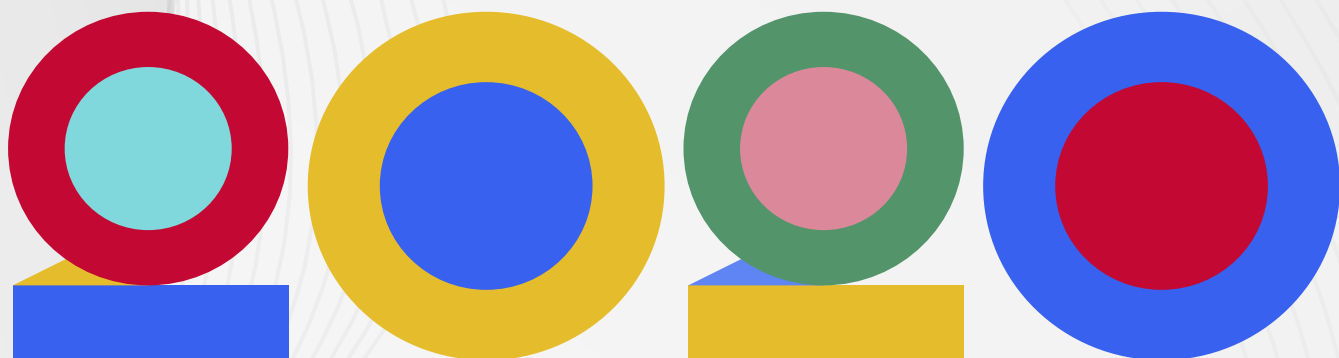
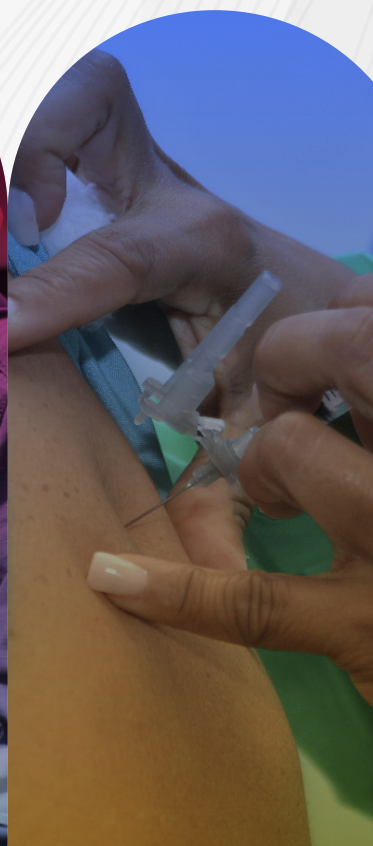


B A L A N Ç O



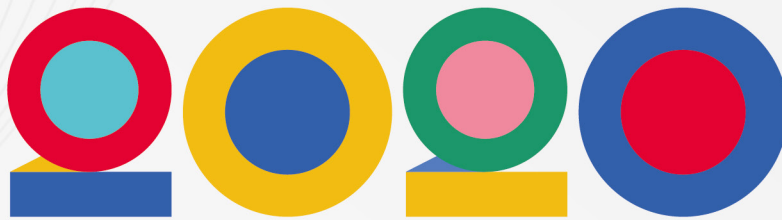
G E R A L

Em homenagem aos profissionais de Saúde envolvidos na luta pela preservação da vida diante da pandemia de COVID-19





B A L A N Ç O



G E R A L

VOL.1

PRESTAÇÃO DE CONTAS



GOVERNO DO ESTADO

ALAGOAS

TRABALHAR MAIS PARA FAZER MAIS

Secretaria da
Fazenda
(SEFAZ)

Governador do Estado de Alagoas
José Renan Vasconcelos Calheiros Filho

Secretário de Estado da Fazenda
George André Palermo Santoro

Controladora Geral do Estado
Maria Clara Cavalcante Bugarim

Secretário-Chefe do Gabinete Civil
Fábio Luiz Araújo Lopes de Farias

Procurador Geral do Estado
Francisco Malaquias de Almeida Júnior

Secretário de Estado da Assistência e
Desenvolvimento Social
Fabiana Cavalcante Pessoa

Secretário de Estado da Comunicação
Ênio Lins de Oliveira

Secretário de Estado da Segurança Pública
Alfredo Gaspar de Mendonça Neto

Secretário de Estado do Esporte, Lazer
e Juventude
**Charles Hebert Cavalcante Ferreira
(Respondendo Interinamente)**

Secretária de Estado da Infraestrutura
Maurício Quintella Malta Lessa

Secretário de Estado do Meio Ambiente e
dos Recursos Hídricos
**João Paulo Tavares Pacheco
(Respondendo Interinamente)**

Secretário de Estado de Ressocialização e
Inclusão Social
Marcos Sérgio de Freitas Santos

Secretária de Estado da Saúde
Claudio Alexandre Ayres da Costa

Secretário de Estado do Planejamento,
Gestão e Patrimônio
Fabício Marques dos Santos

Secretário de Estado da Agricultura, Pesca e
Aquicultura
Maykon Beltrão Lima Siqueira

Secretário de Estado da Ciência da Tecnologia
e da Inovação
**Rodrigo Sampaio de Rossiter Corrêa
(Respondendo Interinamente)**

Secretária de Estado da Cultura
Mellina Torres Freitas

Secretário de Estado da Educação
Fábio Guedes Gomes

Secretário de Estado do Desenvolvimento
Econômico e Turismo
Rafael de Góes Brito

Secretário de Estado do Transporte e
Desenvolvimento Urbano
Mosart da Silva Amaral

Secretária de Estado da Mulher e
dos Direitos Humanos
Maria José da Silva

Secretário de Estado de Prevenção à Violência
Evalda Amorim Bittencourt de Araújo

Secretário de Estado do Trabalho e Emprego
Arthur Jessé Mendonça de Albuquerque



Secretária Especial do Tesouro Estadual

Renata dos Santos

Secretário Especial da Receita Estadual

Luiz Dias de Alencar Neto

Secretária Executiva de Gestão Interna

Paloma Silva Tojal Rêgo

Superintendente Especial de Política Fiscal

Monique Souza de Assis

Superintendente Especial do Tesouro Estadual

Karine Daniele da Silva

Superintendente Especial da Receita Estadual

Francisco Luiz Suruagy Motta Cavalcanti

Contador Geral do Estado

Ricardo André de Holanda Leite

Chefe de Gabinete

Maira Alves Pita

Assessora Especial de Comunicação

Anna Cláudia Nascimento de Almeida

Equipe Técnica e de Apoio

Alysson França Bustorff Quintão | Amara Midiã Correia Alves | Ana Albano de Freitas | Antônia Roberta Alves | Antônio Eugênio Tenório Gameleira | Arcenor Gomes Neto | Arthur Vasconcelos de Souza | Benildo Gomes de Farias | Brenda Rocha Nunes Soares | Carla Maria Macedo de Carvalho | Carlos Polako Aragão Moreira | Carlos Venâncio Barreto Ferreira | Caroline Stephanie de Oliveira Farias | Cícero José da Cruz Neto | Debora Maria do Carmo Carvalho Alves | Eli Xavier de Brito Neto | Eliene Carvalho Rolemberg Lima | Hélio Rodrigues da Silva | Jany Mary Barbosa Pereira | José Ivo da Silva Neto | José Carlos Vasconcelos | Josileide Machado da Silva | Laís Lima de Albuquerque | Lourdes Maria de Moraes Pedrosa de Araújo | Lucas Benevides Miranda | Lucas Pereira Rodrigues | Marcos Vinicius Fernandes de Freitas | Maria Teresa Gomes de Souza Mendes | Natália de Olivindo Sousa | Nilton Lima | Pedro Eliezer Santiago Guedes | Pedro Miguel dos Santos Barros | Rafael Marques da Silva | Rebeca de Oliveira Cavalcante | Rosa Maria Lessa Maia | Sílvio Ribeiro Dias | Tânia Maria Ferreira da Silva | Tatyane Kelly Barbosa Silva | Valter Gouveia de Oliveira | Victor Thiago Farias Santos | Vilma Oliveira Aleluia | Wagner Cunha e Torres

Estagiários

Amanda Nayara dos Santos Amorim | Ana Carolina Bertolino do Nascimento | Augusto César do Nascimento Calista | Emanuel Henrique Melo da Silva Rodrigues | João Henrique Siqueira | Kamilla Abely Dias Gomes | Matheus Fellip Belo Gama | Matheus Guilherme da Costa Teixeira | Nataly Gomes da Silva Lopes | Paula Cristiane dos Santos Andrade | Paulo Humberto Cerqueira Celestino Neto

Capa

José Ivo da Silva Neto

Projeto Gráfico e Diagramação

Amanda Nayara dos Santos Amorim e José Ivo da Silva Neto

Informações e Contato

Secretaria da Fazenda do Estado de Alagoas

ricardoleite@sefaz.al.gov.br

supof@sefaz.al.gov.br

ascom@sefaz.al.gov.br

Contadoria Geral do Estado

Superintendência Especial de Política Fiscal

Assessoria de Comunicação

Atendimento Geral – (82) 3216-9999 | (82) 3315.9000

atendimento@sefaz.al.gov.br

Rua General Hermes, 80 - Centro, CEP: 57020-904, Maceió/AL

Quadro dos Responsáveis pela Contabilidade

Unidade Gestora	Nome do Profissional	Nº CRC
Agência de Defesa e Inspeção Agropecuária de Alagoas - ADEAL	Lenise de Barros Lopes	7821
Agência de Fomento de Alagoas - S/A - DESENVOLVE	Márcio Teodoro de Lima Santos	5297
Agência de Modernização da Gestão de Processos - AMGESP	Georgina Amália do Nascimento	3795
Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Alagoas - ARSAL	Izabele de Almeida Costa	6960
Alagoas Ativos S.A.	Flávia Mello dos Santos	8214
Alagoas Previdência	Laysa Kelly Barretto Cordeiro	7178
Companhia de Adm. de Recursos Humanos e Patrimoniais - CARHP	Teones Gustavo Santos	3174
Controladoria Geral do Estado - CGE	Silvany de Carvalho Elesbão Rocha	2313
Coordenadoria Estadual de Defesa Civil - CEDEC	Luiz Carlos Morgado Vieira	5604
Corpo de Bombeiros Militar - CBM	Luiz Carlos Morgado Vieira	5604
Defensoria Pública Geral do Estado - DPE	Renata Lima Taveiros Mendonça	6505
Departamento de Estradas de Rodagem de Alagoas - DER	Isaac Newton Gomes Falcão	1540
Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN	Elaine Maria de Oliveira Rodrigues	8992
Diretoria de Teatros do Estado de Alagoas - DITEAL	Maria Cícera Guilhermino da Silva	4433
Escola de Contas Públicas Conselheiro José Alfredo de Mendonça	Benedito Edson Santos	4521
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas - FAPEAL	Dolores Maria Jatobá de Almeida Soares	5737
Fundo da Infância e da Adolescência - FIA	Albenis Ferreira dos Santos	4030
Fundo de Desenvolvimento Científico, Tecnológico e de Educação Superior - FUNDECTES	Adriano Vieira da Silva	7989
Fundo de Desenvolvimento de Ações Culturais - FDAC	Cleivaldo Sampaio de Melo	6223
Fundo de Desenvolvimento de Recursos Humanos - FUNDERH	Denise Celina Santos de Araújo	5120
Fundo de Modernização da Defensoria Pública do Estado de Alagoas - FUNDEPAL	Renata Lima Taveiros Mendonça	6505
Fundo de Modernização da Procuradoria Geral do Estado de Alagoas - FUNPGE	Suely Inácio da Silva Andrade	6911
Fundo de Modernização e Desenvolvimento Fazendário - FUNSEFAZ	Maria Luiza do Nascimento Silva	8026
Fundo de Previdência do Estado de Alagoas	Laysa Kelly Barretto Cordeiro	7178
Fundo do Turismo - FUNTURIS	Sarah Lima Medeiros	7024
Fundo dos Militares de Alagoas	Laysa Kelly Barretto Cordeiro	7178
Fundo Especial da Escola Superior da Magistratura de Alagoas - FUNDESMAL	Lucas Petrônio Oliveira Souza	7848
Fundo Especial de Apoio ao Desenvolvimento Rural do Estado de Alagoas - FUNDER	Maria Celina de Moura Pereira	3031
Fundo Especial de Comunicação do TCE-AL - FUNEC	Benedito Edson Santos	4521

Unidade Gestora	Nome do Profissional	Nº CRC
Fundo Especial de Desenvolvimento das Ações do TCE - FUNCONTAS	Benedito Edson Santos	4521
Fundo Especial de Desenvolvimento dos Esportes - FUNESP	Djalma Alves Rios Junior	6091
Fundo Especial de Modernização do Poder Judiciário - FUNJURIS	José Leomir dos Santos Silva	7155
Fundo Especial de Segurança Pública - FUNESP	Fabírcia Gonçalves Cavalcante	4840
Fundo Especial do Ministério Público de Alagoas - FEMPEAL	Bruno Daniel de Lima	7796
Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS	Valéria Alexandre de Melo	8146
Fundo Estadual de Defesa Civil - FUNDEC	Luiz Carlos Morgado Vieira	5604
Fundo Estadual de Defesa do Consumidor - FUNDEFCON	Laís Gama Damasceno	7968
Fundo Estadual de Defesa dos Direitos das Mulheres - FEDIM	Fabíola Santos do Nascimento	8594
Fundo Estadual de Políticas sobre Álcool e Outras Drogas - FE-PAD	Albenis Ferreira dos Santos	4030
Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FERH	Eduardo Guilherme dos Santos Filho	5548
Fundo Estadual de Saúde - FES	Almir Gomes da Silva	8406
Fundo Estadual do Registro do Comércio - FUNERC	Danny Henriqueta de Andrade Melo	9127
Fundo Financeiro do Estado de Alagoas	Laysa Kelly Barretto Cordeiro	7178
Fundo Penitenciário do Estado de Alagoas - FUNPEAL	João André Ferreira Neves	8877
Gabinete Civil	Maria Lúcia Ferreira de Lima	2722
Gabinete do Vice-Governador	José Carlos Gomes	3605
Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado de Alagoas - IPASEAL SAÚDE	João Lima Guimarães Neto	5439
Instituto de Desenvolvimento Rural e Abastecimento de Alagoas - IDERAL	Francesca Carla Wanderley Lima	3731
Instituto de Inovação para o Desenvolvimento Rural e Sustentável - EMATER	Mauricio Apel	6550
Instituto de Metrologia e Qualidade de Alagoas - INMEQ	Francisco Tomaz de Araújo	1827
Instituto de Proteção e Defesa do Consumidor de Alagoas - PROCON	Laís Gama Damasceno	7968
Instituto de Tecnologia em Informática e Informação do Estado de Alagoas - ITEC	Maria Anunciada de Oliveira Guimarães	3867
Instituto de Terras e Reforma Agrária de Alagoas - ITERAL	Jãina Maclanne da Silva Costa	8012
Instituto do Meio Ambiente - IMA	Joelma Teles de Souza	8137
Instituto Zumbi dos Palmares - IZP	Laiza da Silva Santos Climaco	8690
Ministério Público do Estado de Alagoas - MPE	Bruno Daniel de Lima	7796
Nota Fiscal Cidadã	Maria Luiza do Nascimento Silva	8026
Perícia Oficial do Estado de Alagoas - POAL	Fabio Luiz Araujo Dias Fernandes	6343
Polícia Civil do Estado de Alagoas - PCAL	Selma de Souza Lopes	6111
Polícia Militar do Estado de Alagoas - PMAL	Maria Josineide Monteiro da Silva	3403
Procuradoria Geral do Estado de Alagoas - PGE	Suely Inácio da Silva Andrade	6911
Reserva de Contingência	Denise Celina Santos de Araújo	5120

Unidade Gestora	Nome do Profissional	Nº CRC
Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura - SEAGRI	Maria Celina de Moura Pereira	3031
Secretaria de Estado da Assistência e Desenvolvimento Social - SEADES	Valéria Alexandre de Melo	8146
Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e da Inovação - SECTI	Adriano Vieira da Silva	7989
Secretaria de Estado da Comunicação - SECOM	José Carlos de Lima	2467
Secretaria de Estado da Cultura - SECULT	Cleivaldo Sampaio de Melo	6223
Secretaria de Estado da Educação - SEDUC	José Henrique Correia de Almeida	5437
Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ	Maria Luiza do Nascimento Silva	8026
Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA	José Gonzaga Silva	2563
Secretaria de Estado da Mulher e dos Direitos Humanos - SEMUDH	Fabiola Santos do Nascimento	8594
Secretaria de Estado da Ressocialização e Inclusão Social - SERIS	João André Ferreira Neves	8877
Secretaria de Estado da Saúde - SESAU	Almir Gomes da Silva	8406
Secretaria de Estado da Segurança Pública - SSP	Fabírcia Gonçalves Cavalcante	4840
Secretaria de Estado de Prevenção a Violência - SEPREV	Albenis Ferreira dos Santos	4030
Secretaria de Estado de Transporte e Desenvolvimento Urbano - SETRAND	Marcelo Calheiros Lopes Vieira	2702
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo - SEDETUR	Sarah Lima Medeiros	7024
Secretaria de Estado do Esporte, Lazer e Juventude - SELAJ	Djalma Alves Rios Junior	6091
Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos - SEMARH	Eduardo Guilherme dos Santos Filho	5548
Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico - SEPLANDE	Denise Celina Santos de Araújo	5120
Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio - SEPLAG	Denise Celina Santos de Araújo	5120
Secretaria de Estado do Trabalho e Emprego - SETE	Larysse Gabrielle Navarro Cursino	7988
Serviços de Engenharia do Estado de Alagoas - SERVEAL	Alexandro Alves Lins Leite	5243
Tribunal de Contas do Estado de Alagoas - TCE	Benedito Edson Santos	4521
Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas - TJ	Renato Barbosa Pedrosa Ferreira	4650
Universidade Estadual de Alagoas - UNEAL	Rosilene Torres Teodoro	8749
Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas - UNCISAL	Maelí dos Santos Santana	6640
Agência de Defesa e Inspeção Agropecuária de Alagoas - ADEAL	Lenise de Barros Lopes	7821
Agência de Fomento de Alagoas - S/A - DESENVOLVE	Márcio Teodoro de Lima Santos	5297
Agência de Modernização da Gestão de Processos - AMGESP	Georgina Amália do Nascimento	3795
Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Alagoas - ARSAL	Izabele de Almeida Costa	6960
Alagoas Ativos S.A.	Flávia Mello dos Santos	8214
Alagoas Previdência	Laysa Kelly Barretto Cordeiro	7178

Unidade Gestora	Nome do Profissional	Nº CRC
Companhia de Adm. de Recursos Humanos e Patrimoniais - CARHP	Teones Gustavo Santos	3174
Controladoria Geral do Estado - CGE	Silvany de Carvalho Elesbão Rocha	2313
Coordenadoria Estadual de Defesa Civil - CEDEC	Luiz Carlos Morgado Vieira	5604
Corpo de Bombeiros Militar - CBM	Luiz Carlos Morgado Vieira	5604
Defensoria Pública Geral do Estado - DPE	Renata Lima Taveiros Mendonça	6505
Departamento de Estradas de Rodagem de Alagoas - DER	Isaac Newton Gomes Falcão	1540
Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN	Elaine Maria de Oliveira Rodrigues	8992



MENSAGEM DO GOVERNADOR

Com elevada honra e renovado respeito, cumpro o dever de apresentar aos Poderes Legislativo e Judiciário o Balanço Geral do Estado de Alagoas relativo ao ano de 2020, como determina a Constituição Estadual.

Com esta formalidade, torno pública a prestação de contas do Poder Executivo às instituições do Estado. E curvo-me à soberania da sociedade alagoana, destinatária final das ações de governo.

Como todos infelizmente sabemos, 2020 foi um ano atípico, difícil ao extremo. Creio mesmo que não erro ao afirmar que foi o ano mais triste de nossas vidas. A pandemia de Covid causou, e continua a causar, uma devastação que nunca havíamos experimentado em muitas gerações, em Alagoas e no Brasil.

Por isso, antes de mais nada, presto em nome de Alagoas a mais profunda solidariedade a todas as famílias que sofrem a dor da perda de seus entes queridos.

E também a nossa homenagem comovida a todos os profissionais de saúde, nossos heróis e heroínas neste momento duro. Tais profissionais merecem ser reverenciados agora e sempre. Seus conhecimentos devem ser respeitados e suas intervenções são objeto de confiança e crédito. Nas suas mãos, todos entregamos o que nos é mais caro, a nossa própria vida.

O Balanço Geral 2020 dá seguimento a um conjunto de ações administrativas que começou lá atrás, em 2015, cumprindo as diretrizes e princípios sólidos que o povo aprovou nas urnas em 2014 e renovou em 2018.

Esses seis anos foram de trabalho persistente, paciente, sempre em busca de resultados concretos e auditáveis. Eles sempre estiveram abertos ao escrutínio dos órgãos de fiscalização e controle, vale dizer, da sociedade em geral.

Como é do conhecimento de todos, Alagoas teve que se superar para arrostar os desafios que foram agravados ao extremo pela pandemia. Aqui, as dificuldades que assolam o país, potencializadas pelo fato de sermos um estado historicamente pobre, foram enfrentadas com planejamento, pé no chão e responsabilidade. O Estado estava preparado com as medidas prudenciais, adotadas no início do primeiro governo, e se planejou para se defender do que vinha pela frente.

Na própria área de Saúde, o ano de 2020 não foi muito pior porque foram entregues e entraram em imediata operação três novos e grandes hospitais – o Metropolitano, em Maceió, o Regional do Norte, em Porto Calvo e o Regional da Mata, em União dos Palmares –, além de outros equipamentos.

Não custa reafirmar que esses dois postulados, planejamento e sensibilidade, têm sido essenciais para entender sinais de crise a tempo de enfrentá-la.

Com contas públicas arrumadas e finanças equilibradas, mais uma vez atravessamos o ano sem atrasar o pagamento dos salários dos servidores ativos e aposentados. Investimos em obras, programas sociais, equipamentos e novas tecnologias.

Mesmo assim, mantemos o olhar sempre atento ao que ainda não foi feito. A sociedade sabe o que quer, e o governante procede bem ao consultá-la. Sempre existe algo que ficou faltando; sempre há o que corrigir, acertar, melhorar.

 **Renan Filho,**
Governador do Estado de Alagoas.



APRESENTAÇÃO DO BALANÇO

O Balanço Anual do Estado de Alagoas **2020** é composto por dois volumes. O **Volume I** tem a finalidade de demonstrar uma síntese das ações realizadas pela Administração Estadual em formato de Prestação de Contas a sociedade alagoana. Por se tratar de um relatório substancialmente técnico, o objetivo desse volume é traduzir a abordagem financeira, orçamentária e patrimonial em uma linguagem mais acessível aos cidadãos, na esteira dos preceitos constitucionais de aproximar o cidadão à coisa pública. Enquanto o **Volume II** tem por objetivo apresentar os diversos demonstrativos orçamentários, financeiros, contábeis e patrimoniais exigidos pela Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Resultado da combinação do trabalho de diversas áreas da Secretaria de Estado da Fazenda - Sefaz, com destaque para a equipe da Secretaria Especial do Tesouro Estadual, principalmente a Contadoria Geral do Estado, o Balanço Anual complementa as informações prestadas pelo Poder Executivo, disponibilizadas ao cidadão por meio do Portal da Transparência (www.transparencia.al.gov.br). A composição detalhada dos dois volumes que integram o Balanço Anual do Estado de Alagoas segue a descrição a seguir:

Volume I - Prestação de Contas

Apresenta os destaques da Administração Estadual no exercício de 2020 em conjunto com uma série de indicadores econômicos e sociais. No segmento financeiro-patrimonial é possível acompanhar um compilado das ações que afetaram as contas públicas no período, bem como as demonstrações contábeis, notas explicativas e análise contábil.

Volume II - Anexos da Lei nº 4.320/64

Contém os anexos preconizados pela Lei Federal nº 4.320/1964, os quais englobam a Administração Direta e Indireta (autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista).



PUBLICAÇÕES DA CONGEAL

Em cumprimento aos preceitos da legislação financeira, a **Contadoria Geral do Estado – CONGEAL** dá publicidade aos seus atos por meio do Diário Oficial do Estado – DOEAL (www.doeal.al.gov.br) e da página da Secretaria de Estado de Fazenda – SEFAZ na internet (www.sefaz.al.gov.br/financas), onde disponibiliza, periodicamente, as execuções orçamentárias de receita e despesa e demais demonstrativos e relatórios em cumprimento ao disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF). Outrossim, pelo definido no regimento interno da Sefaz, também é de sua competência expedir atos normativos que definam procedimentos contábeis visando à adequação dos registros contábeis dos atos e dos fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração pública estadual, sempre com o intuito de desempenhar boas práticas contábeis.

Publicidade e Transparência da Gestão Fiscal

Tendo em vista o parágrafo 3º, do Artigo 176, da Constituição Estadual e o Artigo 52, da Lei de Responsabilidade Fiscal, a CONGEAL publica até 30 dias após o encerramento de cada bimestre, o Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO, que é composto por:

Anexo 1 – Balanço Orçamentário

Anexo 2 – Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção

Anexo 3 – Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

Anexo 4 – Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores

Anexo 5 – Demonstrativo do Resultado Nominal

Anexo 6 – Demonstrativo do Resultado Primário

Anexo 7 – Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão

Anexo 8 – Demonstrativos das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE (SIOPE)

Anexo 9 – Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital

Anexo 10 – Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores

Anexo 11 – Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos

Anexo 12 – Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde (SIOPS)

Anexo 13 – Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

Anexo 14 – Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido de Execução Orçamentária

Além disso, com vistas ao cumprimento dos Artigos 54 e 55 da LRF, a CONGEAL também é responsável pela publicação do Relatório de Gestão Fiscal – RGF, uma publicação quadrimestral cuja finalidade principal, assim como o RREO, é conferir transparência à gestão fiscal do ente público. Integram o RGF os seguintes anexos:

Anexo 1 – Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Anexo 2 – Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida

Anexo 3 – Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores

Anexo 4 – Demonstrativo das Operações de Crédito

Anexo 5 – Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar

Anexo 6 – Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

No quadro a seguir encontra-se o calendário das referidas publicações homologadas no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI), que é o sistema oficial administrado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para registro e publicidade dos relatórios dos entes subnacionais.

Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)		
<i>RREO - 2020</i>	<i>Data de Homologação</i>	<i>Situação</i>
1º Bimestre	30/03/2020	Homologado
2º Bimestre	30/05/2020	Homologado
3º Bimestre	30/07/2020	Homologado
4º Bimestre	30/09/2020	Homologado
5º Bimestre	29/11/2020	Homologado
6º Bimestre	29/01/2021	Homologado
Relatório de Gestão Fiscal (RGF)		
<i>RGF - 2020</i>	<i>Data de Homologação</i>	<i>Situação</i>
1º Quadrimestre	30/05/2020	Homologado
2º Quadrimestre	30/09/2020	Homologado
3º Quadrimestre	29/01/2021	Homologado

Fonte: Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI)

Além dos relatórios fiscais a CONGEAL elabora anualmente as demonstrações contábeis constantes no balanço geral, as quais são também enviadas pelo SICONFI sob o título de Declaração das Contas Anuais (DCA) até o dia 31 de maio do exercício seguinte, conforme Art. 51, §1º, inciso II da LRF.





SUMÁRIO

- 1. PANORAMA SOCIOECONÔMICO – 17**
- 2. RESULTADOS FISCAIS – 26**
 - 2.1 RESULTADO ORÇAMENTÁRIO – 27
 - 2.2 RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – 29
 - 2.3 RESULTADO PRIMÁRIO – 31
 - 2.4 DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA – 35
 - 2.5 DESPESAS COM PESSOAL – 37
 - 2.6 LIMITES CONSTITUCIONAIS – 40
 - 2.6.1 MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO (MDE) - 41
 - 2.6.2 AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - 44
- 3. ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS – 48**
 - 3.1 A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA 2020 (LEI ESTADUAL Nº 8.226/2020) – 49
 - 3.2 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – 51
 - 3.2.1 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – VISÃO GERAL – 52
 - 3.2.2 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA – 54
 - 3.2.2.1 RECEITA CORRENTE – 56
 - 3.2.2.2 RECEITA DE CAPITAL – 63
 - 3.2.3 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA – 64
 - 3.2.3.1 DESPESAS CORRENTES – 70
 - 3.2.3.2 DESPESA DE CAPITAL – 75
- 4. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 81**
 - 4.1 BALANÇO PATRIMONIAL – 84
 - 4.2 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – 88
 - 4.3 BALANÇO FINANCEIRO – 91
 - 4.4 DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS – 93
 - 4.5 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – 97
 - 4.6 DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – 101
- 5. NOTAS EXPLICATIVAS – 103**
- 6. ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 130**



Nos momentos mais críticos, os profissionais da saúde se fazem presentes no socorro às vítimas da Covid-19 e resgate de vidas em outras emergências



CAPÍTULO 1

PANORAMA SOCIOECONÔMICO



VOL. 1

1.1. ASPECTOS SOCIAIS

Com uma área territorial de 27.830,656 km² (IBGE, 2020) o Estado de Alagoas está subdividido em 102 municípios e tem como sua capital o município de Maceió.

Segundo o IBGE a população estimada para Alagoas no ano de 2020 era de 3.351.543 de habitantes, refletindo assim, um aumento de 0,43% no número de residentes em relação ao estimado para o ano de 2019.

A expectativa de vida do alagoano é de 72,9 anos (IBGE, 2020).

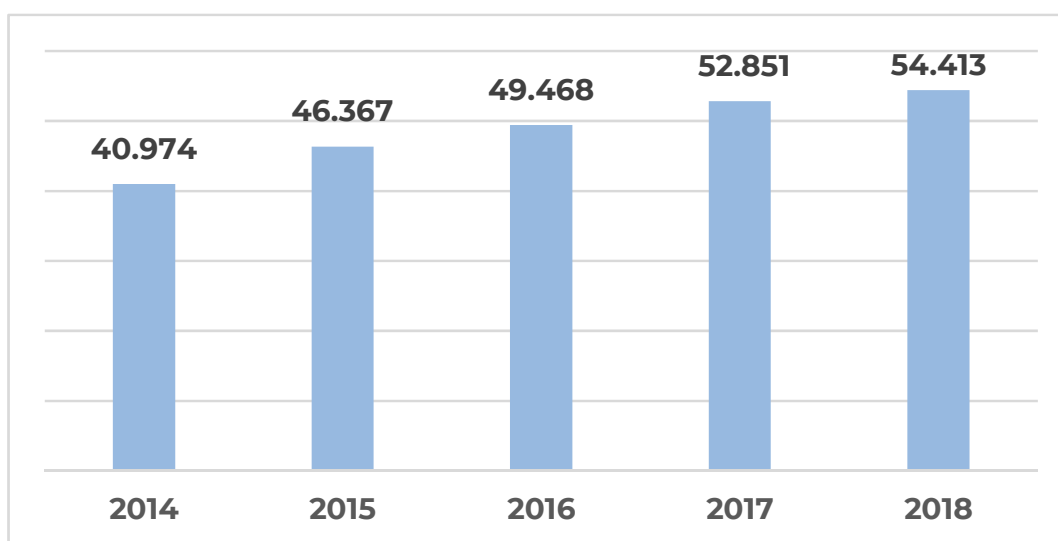
1.2. PRODUTO INTERNO BRUTO

De acordo com informações do IBGE (2021) o estado de Alagoas apresentou em 2018 um PIB de R\$ 54,413 bilhões. Tem-se, assim, um incremento de 1,1% em relação ao PIB de 2017, contudo, resultado inferior ao do Brasil e do Nordeste de 1,8%. Em números absolutos foi o vigésimo maior PIB entre os estados brasileiros e sétimo na região Nordeste.

No que tange a evolução do PIB de Alagoas, o gráfico a seguir revela uma trajetória de crescimento desse importante indicador.

Gráfico 1: Evolução do PIB de Alagoas a preços correntes (2014-2018)

R\$ milhões

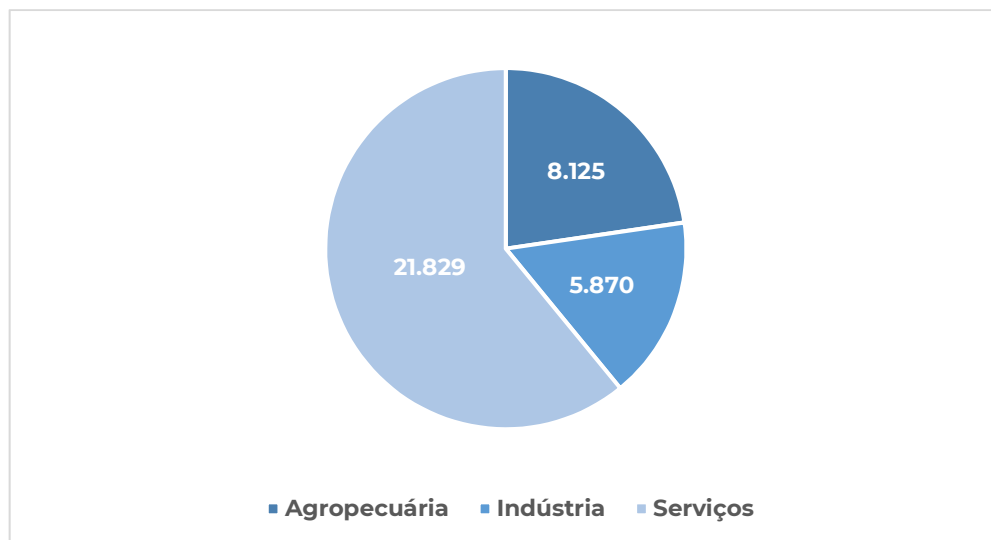


Fonte: IBGE. *Elaboração Própria.*

O crescimento do PIB de 2018 foi puxado notadamente pelo setor agropecuário e de serviços. O setor agropecuário registrou alta de 2,2% em comparação

ao ano de 2017 e o setor de serviços apresentou um crescimento de 1,3%. A indústria, contudo, recuou 0,8%. Os gráficos seguintes apresentam o valor adicionado bruto dos principais setores da economia e a composição do PIB do PIB 2018.

Gráfico 2: Valor Adicionado Bruto dos setores no PIB de Alagoas – R\$ Milhões



Fonte: IBGE. Elaboração Própria.

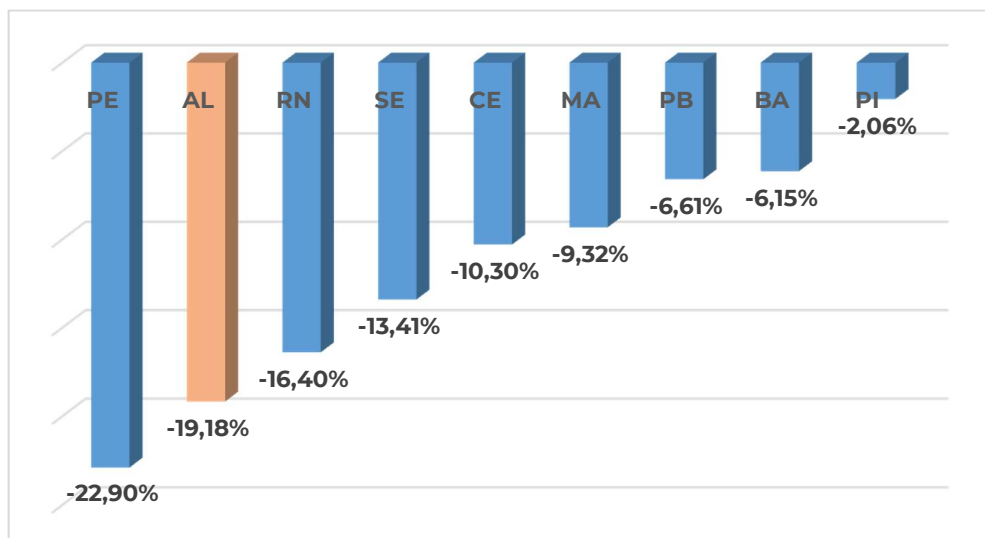
O PIB per capita em 2018 era de R\$ 16.267 (IBGE, 2021), ocupando a vigésima quarta posição entre as UFs.

1.3. SEGURANÇA PÚBLICA

No que tange a área de Segurança Pública o estado de Alagoas esteve historicamente em destaque, porém nos últimos anos o estado tem mudado sua trajetória, alcançando resultados significativos no combate à violência.

Em 2018, de acordo com dados do Atlas da Violência 2020 elaborado pelo IPEA, Alagoas, teve uma redução em praticamente todos os indicadores relativos à violência analisados. A taxa de homicídios por 100 mil habitantes em relação ao ano de 2017, por exemplo, apresentou uma redução de 19,18%. Foi o sétimo maior recuo entre os entes da Federação e o segundo maior do Nordeste.

Gráfico 3: Variação da taxa de homicídios por 100 mil habitantes dos estados da região Nordeste 2018 – 2017 - %

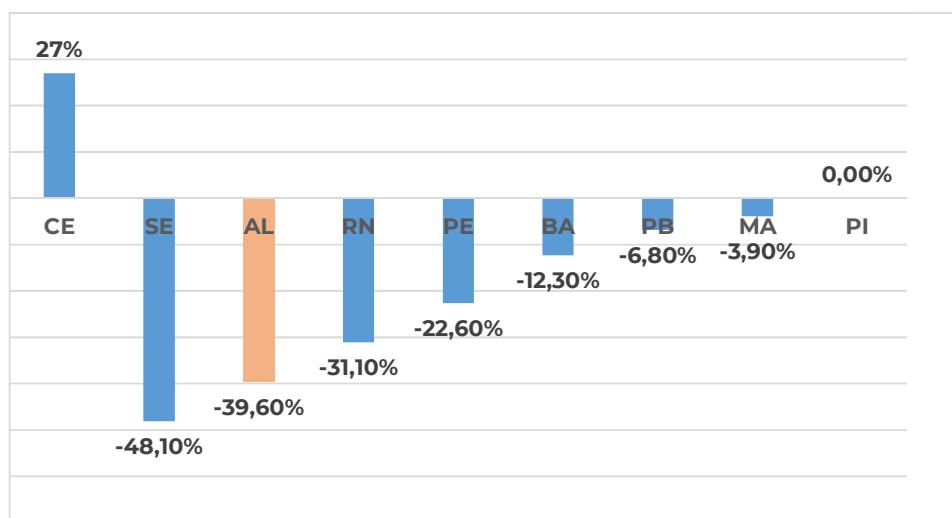


Fonte: Atlas da Violência 2020. Elaboração Própria.

Se for analisado este mesmo indicador de 2013 a 2018, o recuo para o estado de Alagoas foi ainda maior, de 33,4%, enquanto o Brasil só teve uma redução de 2,6% no mesmo período. Foi a maior redução da taxa de homicídios do Nordeste e a terceira maior do país.

A redução também se reflete no número de homicídios de mulheres, que em 2018 teve uma redução de 39,6% em relação ao ano de 2017, apresentando-se esta como a terceira maior redução do Brasil e a segunda do Nordeste no que tange a esse indicador.

Gráfico 4: Variação do número de homicídios de mulheres para os estados da região Nordeste 2018 – 2017 - %

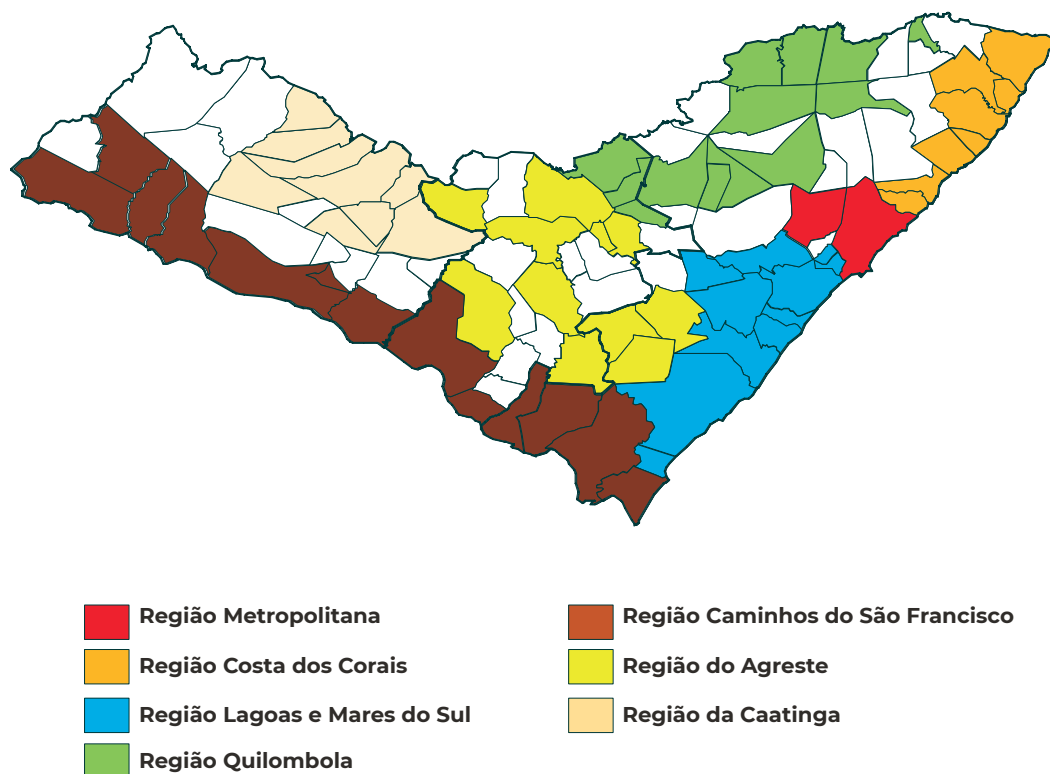


Fonte: Atlas da Violência 2020. Elaboração Própria.

1.4. TURISMO

O Estado de Alagoas possui 102 municípios, sendo eles divididos em sete regiões turísticas: Lagoas e Mares do Sul, Caminhos do São Francisco, Costa dos Corais, Metropolitana, Quilombos, Agreste e Caatinga. As belezas naturais, gastronomia nacional e internacional, artesanato genuíno e a rica história fazem com que o estado de Alagoas tenha destaque no cenário turístico nacional.

Figura 2: Mapa do Turismo de Alagoas



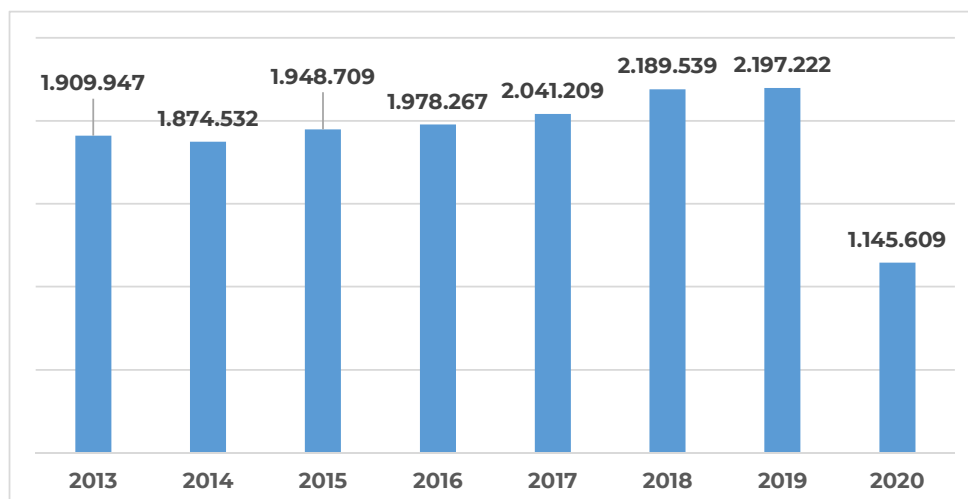
Fonte: Sefaz

Ao todo 50 municípios alagoanos fazem parte do Mapa do Turismo do Brasil 2019-2021, tendo dois municípios na categoria A: Maceió e Maragogi, segundo dados do Ministério do Turismo. Revela-se nessa medida, o crescimento do turismo e resultados das ações realizadas desde 2015 pelo Estado para ampliar o potencial turístico de Alagoas e os benefícios esperados da atividade turística, a exemplo de aumento no número de empregos, aumento de renda e desenvolvimento da região.

O crescimento no fluxo de passageiros do Aeroporto Internacional Zumbi dos Palmares é observado notadamente a partir de 2015. Apesar de quase 95% dos turistas que visitam Alagoas serem turistas nacionais, o turismo internacional tem ganhado destaque, inclusive com a inauguração de voo direto de Lisboa/Portugal que precisou ser interrompido devido a Pandemia de Covid-19. Assim, o gráfico a seguir apresenta a evolução do movimento total de passageiros, isto é, conside-

rando embarques e desembarques domésticos e internacionais no período 2013 a 2020.

Gráfico 11: Movimento total de passageiros no Aeroporto Internacional Zumbi dos Palmares



Fonte: Portal Aviação Brasil. Elaboração Própria.

Observa-se uma queda de 47,86% no movimento de passageiros no ano de 2020 em relação ao ano de 2019, o que é reflexo dos efeitos da pandemia por Covid-19 e as medidas de isolamento social para conter a contaminação. O resultado de Alagoas segue os resultados do turismo nacional que prevê prejuízos no ano de 2020. Em Alagoas, contudo, houve uma recuperação nos últimos meses do ano. Em dezembro de 2020, por exemplo, mais de 180 mil pessoas passaram pelo Aeroporto Internacional Zumbi dos Palmares, o que representa mais de 90% do volume registrado no mesmo mês de 2019 e Alagoas conseguiu fechar o ano como o destino mais vendido da agência de turismo CVC.

Sabendo a importância desse setor para a economia local, sendo este responsável por gerar cerca de 160 mil empregos em mais de 50 cadeias produtivas no Estado e que este é um dos setores mais atingidos pelos efeitos da pandemia, o Governo realiza planos de ação para promoção e divulgação do destino Alagoas em parceria as principais operadoras de Turismo e companhias aéreas do país, tem realizado medidas tributárias e de crédito para hotéis e similares no valor estimado de R\$ 35.480.000,00, manteve o ICMS em 5% para todas as companhias aéreas, independentemente do número de voos e orienta e elabora protocolos sanitários para que hotéis, bares, restaurantes, clubes de praia e receptivos sigam as novas condutas e procedimentos para segurança de turistas e visitantes.

Dando continuidade às ações governamentais visando o desenvolvimento do potencial turístico do estado, destaca-se ainda a atenção que vem sendo dada a infraestrutura turística a partir da ampliação da malha rodoviária estadual, a exemplo da duplicação da AL - 101 Norte, o início das obras de construção do Aeroporto de Maragogi, e execução prevista para os próximos anos de diversos projetos ligados a operações de crédito que tiveram início em 2020 voltadas à am-

pliação da infraestrutura urbana e turística de Alagoas.

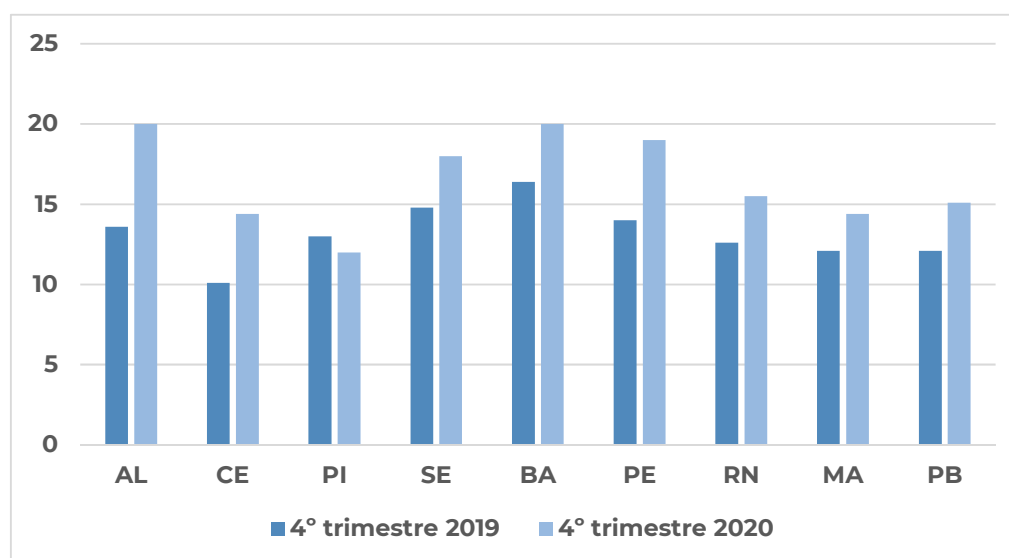
1.5. MERCADO DE TRABALHO

O mercado de trabalho refere-se notadamente a oferta e demanda de atividades remuneradas nos setores público e privado, sendo assim, de fundamental importância para o fluxo de renda da economia. É a partir dele que as famílias auferem salários que serão utilizados para demanda de produtos e serviços, incentivando assim, as empresas aumentarem sua produção a partir de novas contratações.

O ano de 2020, contudo, foi marcado pelas altas taxas de desemprego em todo o país em decorrência dos efeitos da pandemia por Covid-19. A taxa média de desemprego no Brasil atingiu 13,5%, enquanto em 2019 foi de 11,9%. Vinte estados tiveram recorde de desemprego, Alagoas atingiu a taxa de 18,6% conforme indicam os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua divulgada pelo IBGE. Segundo a mesma pesquisa, em Alagoas, apenas 35,9% das pessoas em idade para trabalhar estavam ocupadas. O nível de ocupação ficou abaixo de 50% no ano passado em outros 14 estados da Federação.

A seguir observa-se o comparativo das taxas de desocupação do 4º trimestre de 2020 em relação ao 4º trimestre de 2019 de Alagoas e demais estados da região Nordeste.

Gráfico 9: Comparativo das taxas de desocupação do 4º trimestre de 2020 em relação ao 4º trimestre de 2019 dos estados do Nordeste - %



Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Elaboração Própria.

Observa-se nessa medida, que quase todos os estados apresentaram aumentos significativos na taxa de desocupação no ano de 2020. As maiores diferenças nas taxas foram observadas em Alagoas, Pernambuco e Ceará, sendo estas de

¹Dados até 08 de abril de 2021.

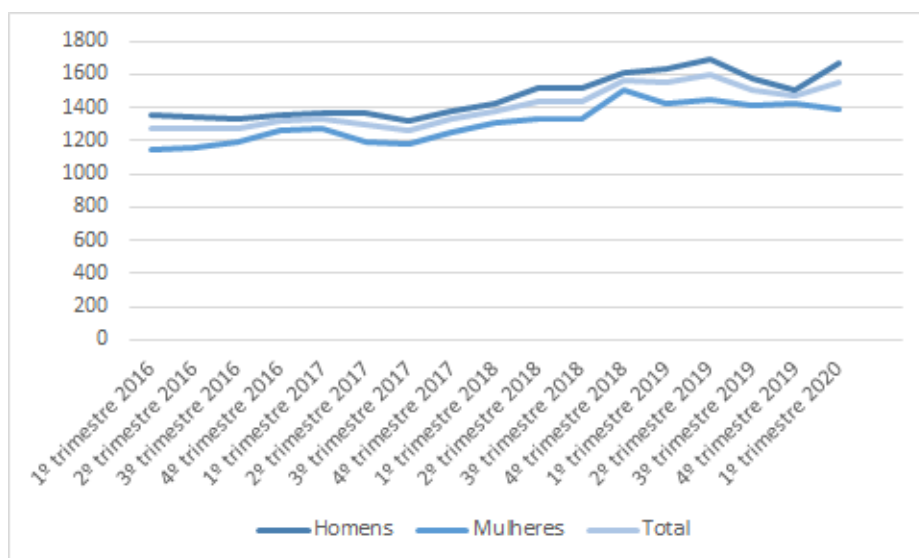
6,4%, 5% e 4,3%, respectivamente. Somente o estado do Piauí apresentou queda na taxa de desocupados, de -1%.

Para dar auxílio a economia de Alagoas, que toca o seu mercado de trabalho nesse momento de pandemia, o Governo tem realizado desde 2020 inúmeras medidas de enfrentamento. São exemplos, a prorrogação do pagamento das empresas do Simples Nacional, suspensão dos prazos processuais e de entrega das obrigações acessórias, parcelamento especial simplificado para empresas do Simples Nacional com redução de aproximadamente 80% dos débitos, programa de parcelamento de ICMS para todas as empresas, medidas específicas para bares e restaurantes, oferta de linha de crédito especial na Agência de Fomento de Alagoas (Desenvolve) para empreendedores de Alagoas. A expectativa é de que o valor total de socorro as empresas alagoanas iniciado em 2020 supere o montante de R\$ 100.000.000,00.

Outro indicador relativo ao mercado de trabalho é o rendimento médio dos trabalhadores. No caso de Alagoas, o rendimento médio do trabalho principal no primeiro trimestre de 2020 foi de R\$ 1.558,00, última informação disponível pelo IBGE, valor 5,6% superior ao do último trimestre de 2019. Contudo, é possível observar ainda a desigualdade existente entre os rendimentos médios de homens e mulheres, um problema presente no Brasil e que é um dos aspectos da desigualdade da distribuição de renda de um país, que tende a se agravar com a pandemia por Covid-19 e exige atenção e execução de políticas específicas na área.

O gráfico a seguir apresenta a evolução do rendimento médio do trabalho principal em Alagoas, possibilitando a análise pelo total de trabalhadores e a distinção entre homens e mulheres.

Gráfico 10: Rendimento médio do trabalho principal, por sexo – Alagoas – R\$



Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Elaboração Própria.



Os nossos profissionais da saúde continuam sem medir esforços também na viabilização da imunização para toda a população, protegendo as vidas alagoanas



CAPÍTULO 2

RESULTADOS FISCAIS



VOL. 1

Na busca por uma gestão pública eficiente e responsável é necessário gerir as suas demandas buscando equacionar recursos e necessidades, de modo a atender aos anseios da sociedade. Assim, a busca do equilíbrio, seja através do controle do déficit público, da manutenção de baixos índices de endividamento e efetividade da cobrança dos tributos, bem como a melhor tomada de decisão exige da gestão pública o uso de indicadores com objetivo de mensurar essa eficiência fiscal.

O acompanhamento dos resultados fiscais possibilita ainda identificar as oscilações tanto das receitas quanto das despesas, corrigindo-as quando necessário, com intuito de evitar desequilíbrios orçamentários que impactam na prestação de serviços públicos. Os principais resultados fiscais¹ são:

- (i) Resultado Orçamentário
- (ii) Receita Corrente Líquida (RCL)
- (iii) Resultado Primário
- (iv) Dívida Consolidada Líquida (DCL)
- (v) Despesa Total com Pessoal

Esses indicadores serão apresentados neste capítulo para o exercício de 2020, bem como os gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) e em Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS), uma vez que se faz necessário uma atuação responsável para que os Limites Constitucionais de 25% para Educação² e 12% para Saúde³ sejam cumpridos.

2.1 RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

O Resultado Orçamentário apresenta o valor atingido pela administração pública na gestão orçamentária dos recursos. Obtém-se a partir da diferença entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias em um determinado exercício. Um resultado positivo significa que ocorreu superávit, caso contrário, um déficit orçamentário.

Uma situação de déficit pode significar a utilização de poupança corrente acumulada em exercícios anteriores, explicando, de certa forma, a realização de despesas acima das receitas. Em outras palavras, o alcance de superávits financeiros permite que o ente possua poupança financeira que poderá ser utilizada em um exercício no qual as receitas se realizem abaixo do esperado, por exemplo para dar continuidade a níveis de investimentos.

Em 2020 o Estado de Alagoas obteve um Resultado Orçamentário superavitário no montante de R\$ 1.342,2 milhões, ante um superávit de R\$ 458,5 milhões em 2019, o que significa uma variação positiva de 192,8%. Enquanto a receita total variou positivamente em 20,6% em relação a 2019 e a despesa total cresceu 11,6% conforme apresentado na tabela a seguir.

1 Os indicadores de Resultado Primário (LRF, art. 53, inciso III), Receita Corrente Líquida – RCL (LRF, art. 53, inciso I) são divulgados bimestralmente por meio do Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO. Os indicadores de Despesa com Pessoal (LRF, art. 55, inciso I, alínea a) e Dívida Consolidada Líquida (LRF, art. 55, alínea b) são divulgados quadrimestralmente por meio dos Relatórios de Gestão Fiscal – RGF. Esses relatórios encontram-se disponíveis na página da Sefaz-AL: www.sefaz.al.gov.br/financas.

2 Art 212 da Constituição Federal de 1988.

3 Art 198, § 2º, inciso II da Constituição Federal de 1988.

Tabela 1 - Resultado Orçamentário do Estado de Alagoas (2019-2020)
R\$ Milhões

DISCRIMINAÇÃO	2019	2020	Δ % 2020/2019
Receita Total	9.213,5	11.112,3	20,6%
<i>Corrente</i>	8.905,9	10.629,0	19,3%
<i>De Capital</i>	307,6	483,3	57,1%
Despesa Total	8.755,0	9.770,1	11,6%
<i>Corrente</i>	7.647,7	8.500,9	11,2%
<i>De Capital</i>	1.107,3	1.269,2	14,6%
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO TOTAL	458,5	1.342,2	192,8%
Resultado Orçamentário Corrente	1.258,2	2.128,1	69,1%
Resultado Orçamentário de Capital	(799,8)	(785,8)	1,7%

Exceto Intra-Orçamentária

Fonte: SIAFE/AL

Desagregando o Resultado Orçamentário Total em corrente e de capital, tem-se que enquanto o Resultado Orçamentário Corrente apresenta superávit de R\$ 2.128,1 milhões, um crescimento de 69,1% (+R\$ 869,9 milhões) em relação a 2019, o Resultado Orçamentário de Capital foi deficitário no valor de R\$ 785,8 milhões, embora menor que o alcançado em 2019 de R\$ 799,8 milhões.

O crescimento das receitas correntes em proporção superior ao crescimento das despesas correntes permitiu o bom indicador do Resultado Orçamentário Corrente. Do total das receitas correntes, a maior parte equivale as Transferências Correntes Líquidas que conta com recursos como o do Fundo de Participação Estadual (FPE) e no ano de 2020 contou com recursos para auxílio aos estados em decorrência da pandemia por Covid-19, acompanhada pela Receita Tributária Líquida.

O crescimento das receitas correntes no ano de 2020 em relação a 2019 é também consequência do aumento de receitas como a receita patrimonial líquida em decorrência do recebimento da primeira parcela no montante de aproximadamente R\$ 600 milhões referente a concessão regionalizada dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário da Região Metropolitana de Maceió (AL) que totalizou o valor de R\$2.009.000,00, resultado do leilão realizado na B3 em 30 de setembro de 2020, e da receita de contribuições, essa última já como reflexo da Reforma da Previdência que ocorreu em 2019 (Lei Estadual nº 52 referente ao pessoal civil e Lei Federal nº 13.954 referente ao pessoal militar). Tais dados serão mais bem discriminados no capítulo 3.

O Resultado de Capital deficitário representa a ocorrência da Despesa de Capital acima da realização das receitas de mesma natureza, comportamento que só foi possível pela trajetória de superávits iniciada em 2015. Os superávits permitiram que o Estado acumulasse uma poupança corrente substancial entre os exercícios de 2015-2019, muito importante para regularizar o déficit estrutural de cerca

de R\$ 800 milhões identificado no início de 2015 e ainda possibilitasse a realização de investimentos, que atingiu seu pico em 2020 com R\$ 1.071,9 milhões. Nesse sentido, considerando o investimento em % da Receita Corrente Líquida, Alagoas foi o segundo estado que mais investiu no ano de 2020 (10,7% da RCL), atrás apenas do Ceará (11,3% da RCL), mesmo num dos piores períodos da economia brasileira pelo enfrentamento da pandemia por Covid-19. Além disso, verifica-se que do total de investimentos, cerca de 58% são relativos a recursos advindos de Esforço Próprio do estado de Alagoas.

Assim, a análise do Resultado Orçamentário segregado em corrente e de capital demonstra que a maior parte das despesas de capital em 2020, assim como em 2019, foram financiadas por receitas correntes e por poupança acumulada em outros exercícios financeiros.

2.2 RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

A Receita Corrente Líquida (RCL) pode ser compreendida como o montante de recursos que o estado teria disponível para arcar com suas obrigações, sendo considerada um importante indicador para análise da situação fiscal de um ente federativo, atuando como um parâmetro usado na elaboração do cálculo dos limites da LRF.

Calcula-se a RCL a partir do somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes e aplicando dedução dos valores de transferências constitucionais e legais, da receita para formação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), dentre outras.

No exercício de 2020 o Estado de Alagoas alcançou um montante de RCL de R\$ 10.059,5 milhões, resultado 17,5% (+R\$ 1.500,5 milhões) superior ao obtido em 2019 (+R\$ 1.500,5 milhões). O incremento de 15,5% no total de receitas correntes, foi superior a aumento de 8,3% nas deduções, contribuindo para o bom resultado do indicador.

Tabela 2: Receita Corrente Líquida (2019-2020) – R\$ Milhões

DISCRIMINAÇÃO	2019	2020	Δ % 2020/2019
Receita Corrente	11.636,6	13.392,3	15,1%
(-) Deduções	3.077,6	3.332,8	8,3%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	8.559,0	10.059,5	17,5%

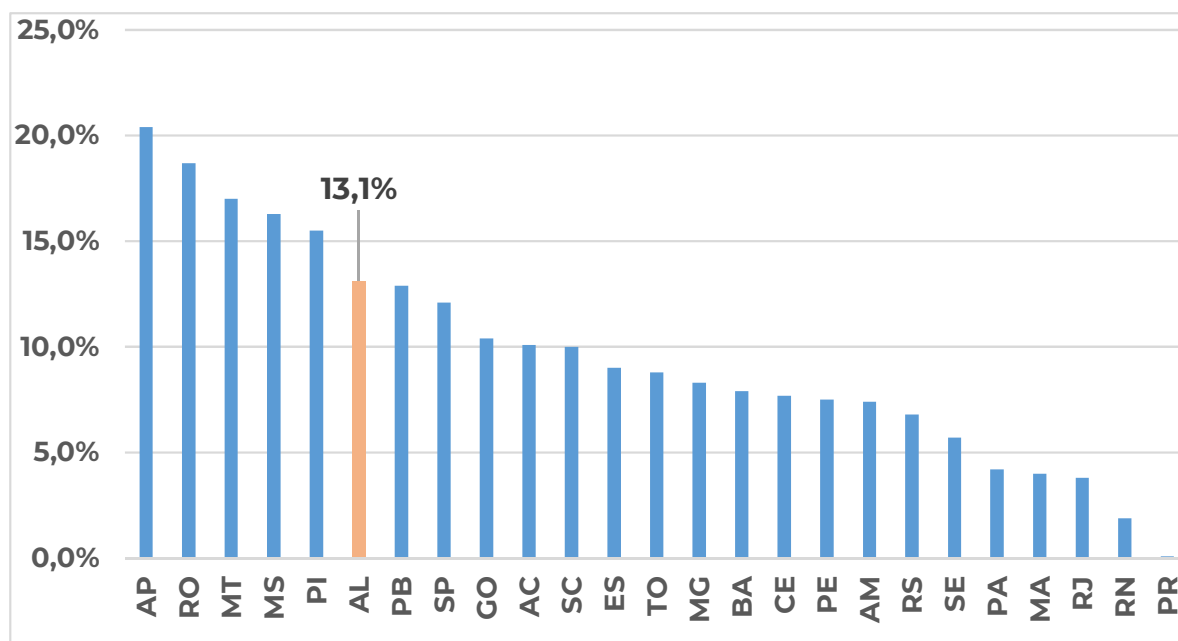
Fonte: SIAFE/AL

O aumento das receitas correntes e consequente aumento da RCL em 2020, além de ser reflexo da eficiência do sistema tributário alagoano é reflexo especialmente do aumento da receita patrimonial estadual em decorrência do recebimento da primeira parcela referente a outorga da concessão regionalizada dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário da Região Metropolitana de Maceió (AL), do aumento de receitas de contribuições como reflexo da Reforma da Previdência aprovada em 2019, bem como do recebimento de recursos advindos de transferências de recursos do Governo Federal em decorrência da pandemia por Covid-19.

Além disso, é importante pontuar que por conta das medidas de enfrentamento por parte do Governo Federal aos efeitos da Covid-19 na arrecadação dos entes subnacionais, o estado de Alagoas no qual foi beneficiada com a transferência de R\$577 milhões de reais decorrente de auxílio Lei nº 173/2020 (ICMS), R\$165 milhões destinados especificamente para as áreas de saúde e assistência social (Art 5, inciso I Lei nº 173/2020) e R\$ 412 milhões para demais ações de enfrentamento a Covid-19 (Art 5, inciso II Lei nº 173/2020), e R\$ 35 milhões referente a Lei Aldir Blanc (nº 14.017/2020) destinada para apoio ao setor cultural.

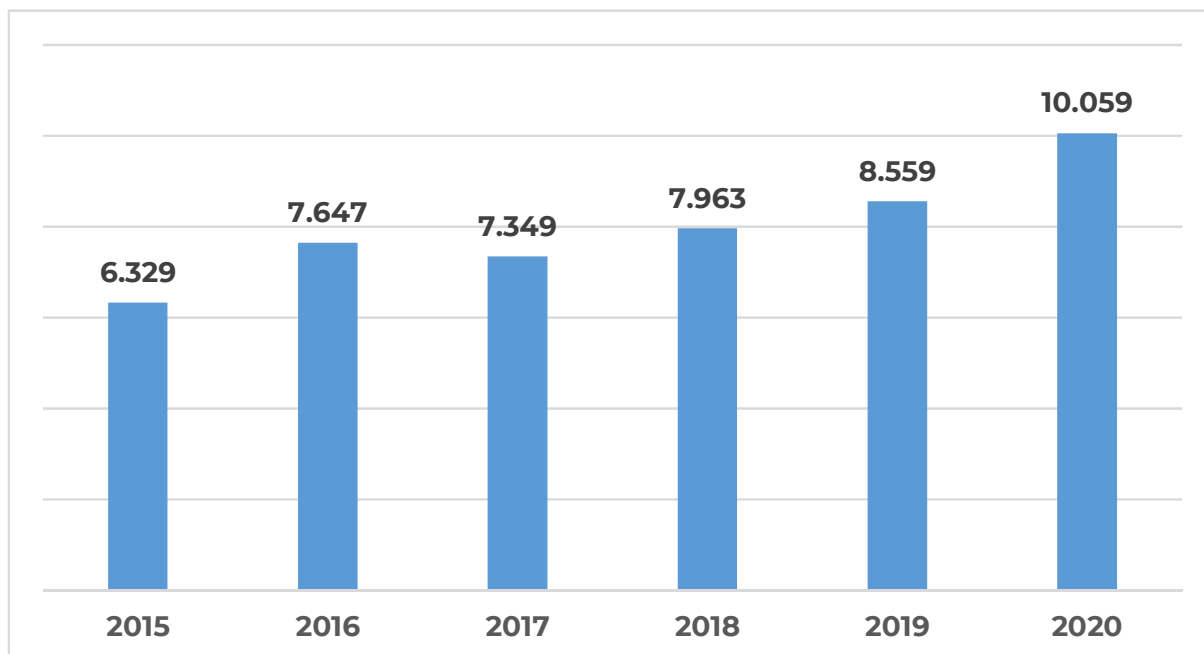
Alagoas apresentou o terceiro maior crescimento na RCL no ano de 2020 em relação a 2019 entre os entes subnacionais, sendo a segunda maior do Nordeste, atrás apenas do Piauí que apresentou a maior variação de 24,3%.

Gráfico 1: Variação Receita Corrente Líquida dos Estados (2019-2020) - %



Fonte: Anexos III RREO 6º Bim, 2020. Elaboração Própria.

Considerando também o avanço de Alagoas no indicador ao decorrer dos anos, verifica-se sua tendência crescente, como pode ser observado no gráfico a seguir. O único período de queda foi entre os anos de 2016 e 2017, comportamento sazonal devido a entrada extraordinária de recursos em decorrência da repatriação dos FPE ocorrida em 2016.

Gráfico 2: Evolução Receita Corrente Líquida – Alagoas 2015 a 2020 - R\$ Milhões

Fonte: Anexo III RREO 6º Bim, 2015 a 2020. Elaboração Própria.

2.3 RESULTADO PRIMÁRIO

O Resultado Primário representa notadamente o esforço realizado pelo ente para o controle da trajetória de seu endividamento, conforme os preceitos eleitos para uma gestão fiscal responsável mediante a Lei Complementar nº 101/2020 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). A referida Lei disciplinou a integração entre dívida consolidada, resultado primário, resultado nominal e metas fiscais. Isto é, refere-se a um instrumento de planejamento, acompanhamento e controle de todas as etapas relacionadas ao endividamento público.

A LC nº 101/2000 define em seu Art 4º, §1º que:

“Integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias **Anexo de Metas Fiscais**, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, **resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes**”. (grifo nosso)

E em seu Art 9º:

“Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das **metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais**, os Poderes e o Ministério Público **promoverão**, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, **limitação de empenho e movimentação financeira**, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.” (grifo nosso)

Isto é, em casos de frustração de receitas, tendo em vista esta ser de controle inferior às despesas públicas, há redução de alternativas para o devido cumprimento das referidas metas fiscais vigentes, restando a redução das despesas discricionárias.

Nesse sentido, o controle do endividamento ocorre sobretudo por mecanismos orçamentários, por isto a LRF também estabeleceu o Demonstrativo do Resultado Primário e Nominal para acompanhamento bimestral por meio do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO).

O objetivo da apuração de tais resultados é verificar o cumprimento das metas fiscais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), conforme mencionado, a fim de garantir o equilíbrio das contas públicas de acordo com o planejado pelo ente.

O Resultado Primário é obtido pela diferença entre as receitas primárias e as despesas primárias, isto é, é a diferença entre as receitas não financeiras e as despesas não financeiras. No caso, em lógica similar à aplicada no Resultado Orçamentário, para o Resultado Primário se as Receitas Primárias superarem as Despesas Primárias, há um Superávit Primário; do contrário, se as Despesas Primárias superarem as Receitas Primárias, tem-se um Déficit Primário

Para melhor discriminar, de acordo com o Manual dos Demonstrativos Fiscais⁴ em suas páginas 256 e 257:

“(...)serão consideradas receitas primárias, para fins do arcabouço normativo criado pela LRF e pela RSF nº 40/2001, aquelas **receitas orçamentárias que efetivamente diminuem o montante da DCL**, ou seja, **que aumentam as disponibilidades de caixa do ente sem um equivalente aumento no montante de sua dívida consolidada**, excetuadas aquelas com características financeiras (como juros sobre empréstimos concedidos ou remunerações de disponibilidades financeiras) e aquelas fruto de alienação de investimentos. **As receitas primárias são, portanto, receitas orçamentárias apuradas necessariamente pelo regime de caixa**. Da mesma forma, **são despesas primárias aquelas despesas orçamentárias, apuradas pelo regime de caixa, que diminuem o estoque das disponibilidades de caixa e haveres financeiros sem uma contrapartida em forma de diminuição equivalente no estoque da dívida consolidada.**” (grifo nosso)

Dos resultados, verifica-se que Superávits Primários indicam aumento de disponibilidades de caixa, as quais são deduzidas da Dívida Consolidada (DC) para fins do cálculo da Dívida Consolidada Líquida (DCL). Por outro lado, Déficits Primários têm como consequência à diminuição das disponibilidades de caixa em um período de apuração e a consequente diminuição do montante a ser deduzido da DC para fins de cálculo da DCL.

No exercício de 2018 a metodologia para a apuração do Resultado Primário no Brasil foi modificada, conforme apresentado no Manual de Demonstrativos Fiscais 8ª edição (MDF) aprovado pela Portaria nº 495 de junho de 2017 e alterado pela Portaria nº 766 de setembro de 2017, ambas da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). A antiga metodologia apurava o resultado pela diferença entre receitas e despesas incluindo as intra-orçamentárias, tanto para as despesas empenhadas quanto para as liquidadas. Também não eram considerados os restos a pagar processados (RPP) e os restos a pagar não processados (RPNP), de modo que ela não refletia a real disponibilidade de caixa, que permite verificar as variações da dívida pública.

Já na nova metodologia o Resultado Primário pode ser apurado de duas formas “Acima da Linha” e “Abaixo da Linha” e considerada as despesas pagas como um todo, incluindo as decorrentes dos Restos a Pagar Processados (RPP)

⁴ Manual de Demonstrativos Fiscais: aplicado à União e aos Estados, Distrito Federal e Municípios / Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional. – 11ª ed. – Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, Subsecretaria de Contabilidade Pública, Coordenação-Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação, 2020. Arquivo digital disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/manual-de-demonstrativos-fiscaismdf/2020/26>

e Não Processados (RPNP). O resultado “Acima da Linha” apura o resultado fiscal pela diferença entre fluxos, permitindo o melhor acompanhamento da execução orçamentária pelo controle das receitas e despesas, ou seja, a apuração desse resultado possibilita uma avaliação do impacto da política fiscal em execução pelo Estado. Por outro lado, o resultado “Abaixo da Linha” é apurado a partir da diferença entre Resultado Nominal Ajustado e a diferença entre juros e encargos ativos e passivos, em outras palavras, corresponde à variação da dívida fiscal líquida, excluídos os encargos financeiros líquidos.

A apuração dos resultados com base na metodologia atual possibilita uma avaliação do impacto da política fiscal em execução pelo ente da federação, aplicada aos dados do ano de 2020.

Nesta medida, destaca-se que o Resultado Primário Acima da Linha alcançado em 2020 por Alagoas alcançou o montante de R\$ 1.322,5 milhões, o que apresenta um crescimento de 32,1% (+R\$ 321,6 milhões) quando comparado ao ano de 2019.

Tabela 3: Resultado Primário de Alagoas (2019-2020) – R\$ Milhões

DISCRIMINAÇÃO	2019	2020	Δ % 2020/2019
Receitas Totais	9.213,5	11.112,3	20,6%
<i>(-) Receitas Financeiras</i>	313,2	384,7	22,8%
Receita Primária Total (a)	8.900,3	10.727,6	20,5%
Despesas Totais	8.501,7	9.731,0	14,5%
<i>(-) Despesas Financeiras</i>	602,2	325,9	-45,9%
Despesa Primária Total (b)	7.899,4	9.405,1	19,1%
Resultado Primário (a-b)	1.000,9	1.322,5	32,1%

Exceto Intra-Orçamentária

Fonte: SIAFE/AL

No Resultado Primário “Abaixo da Linha”, tem-se ainda que os ajustes considerados se encontram nas variações dos RPP que são deduzidos das disponibilidades de caixa, o que gera impacto no valor da dívida líquida já no momento da sua inscrição. Assim, para harmonizar o resultado nominal do período com a variação da DCL, é necessário expurgar do resultado o valor das variações no saldo de RPP ocorridas durante o período de apuração. Outro ajuste diz respeito ao reconhecimento de passivos que compõem a dívida consolidada sem que haja reflexo orçamentário desses fatos. Assim, a metodologia “Abaixo da Linha”, apenas compara os estoques da DCL em momentos distintos, ela será capaz de detectar tais variações no estoque da dívida consolidada. Este é apresentado na tabela a seguir.

Tabela 4: Resultado Primário de Alagoas – Abaixo da linha 2020 – R\$ Milhões

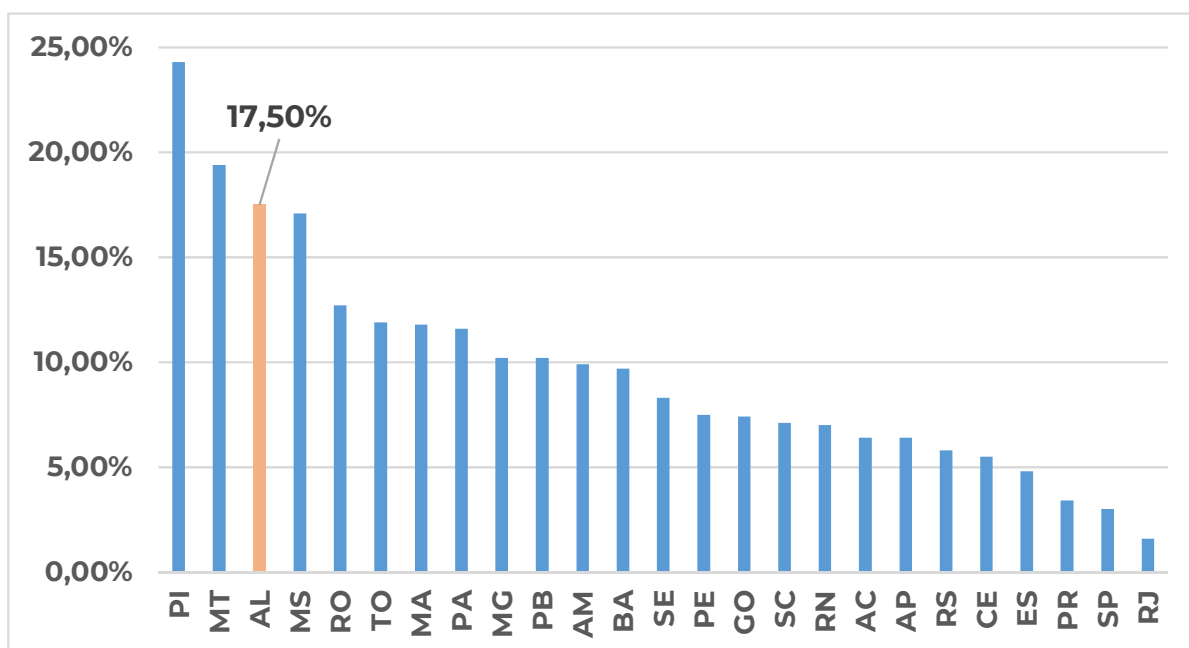
DISCRIMINAÇÃO	2020
Resultado Primário - Acima da Linha (a)	1.322,5
Juros e Encargos Ativos (b)	434,8
Juros e Encargos Passivos (c)	962,2
Resultado Nominal - Acima da Linha (d) = (a) + ((b)-(c))	795,1
Dívida Consolidada Líquida - 2019 (e)	6.477,0
Dívida Consolidada Líquida - 2020 (f)	5.813,5
Resultado Nominal - Abaixo da Linha (g) = (e)-(f)	663,5
Variação Saldo RPP (h)	4,6
Outros Ajustes (i)	136,1
Resultado Nominal Ajustado - Abaixo da Linha (j) = (g) - (h) + (i)	795,1
Resultado Primário - Abaixo da Linha (k) = (j) - ((b)-(c))	1.322,5

Exceto Intra-Orçamentária

Fonte: SIAFE/AL

O resultado revela o esforço fiscal que vem sendo realizado pelo Estado de Alagoas nos últimos anos e que permanece mesmo diante do cenário de recessão enfrentado pela economia brasileira e que se agravou com a pandemia por Covid-19, fator que influenciou o Resultado Primário de todos os entes federativos. O ente se destaca em 2020 como o 6º melhor Resultado Primário em termos relativos, quando utilizamos a relação Resultado Primário / Receita Corrente Líquida (RCL) dos estados e 2º melhor da região Nordeste.

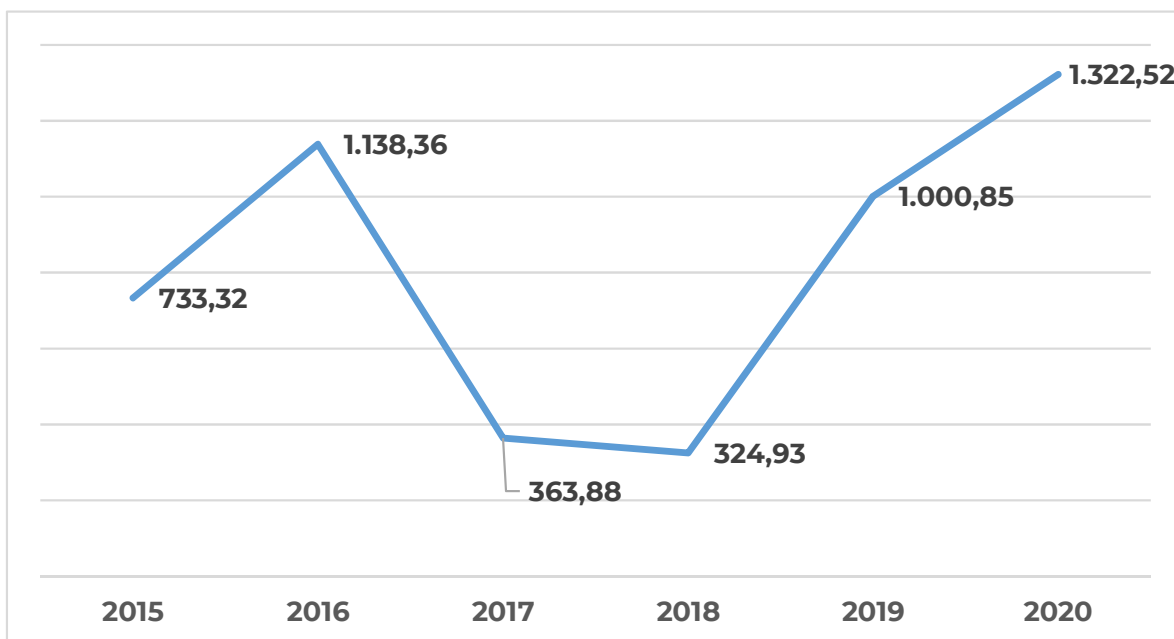
Gráfico 3: Resultado Primário/RCL 2020 Estados - %



Fonte: Anexos VI, RREO 6º Bim, 2020. Elaboração Própria.

Ademais, o Estado de Alagoas apresenta desde 2015 uma série de superávits primários, indicando o aumento da disponibilidade de caixa as quais são deduzidas da DC para fins do cálculo da DCL, como pode ser observado no gráfico a seguir.

Gráfico 4: Evolução do Resultado Primário Acima da Linha – Alagoas 2015 a 2020 – R\$ Milhões



Fonte: Anexo VI RREO 6º Bim, 2015 a 2020. Elaboração Própria.

2.4 DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

A Dívida Consolidada Líquida (DCL) representa o montante da Dívida Consolidada (DC) deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros⁵. A LRF estabeleceu que as propostas dos limites globais fossem submetidas pelo Presidente da República ao Senado Federal e ao Congresso Nacional, em termos de dívida líquida e em percentual da RCL. Ou seja, há limites a serem cumpridos pelos entes para conter sua trajetória de endividamento.

Em 2020, a DCL de Alagoas totalizou R\$ 5.813,5 milhões, correspondendo ao percentual de 57,8% da RCL, o menor da história do indicador para o estado. O resultado de 2020 atende ao limite estabelecido pela Resolução do Senado Federal nº 40 de 2001 que é de um endividamento máximo de 200%.

Tabela 5: Dívida Consolidada Líquida (2019-2020) – R\$ Milhões

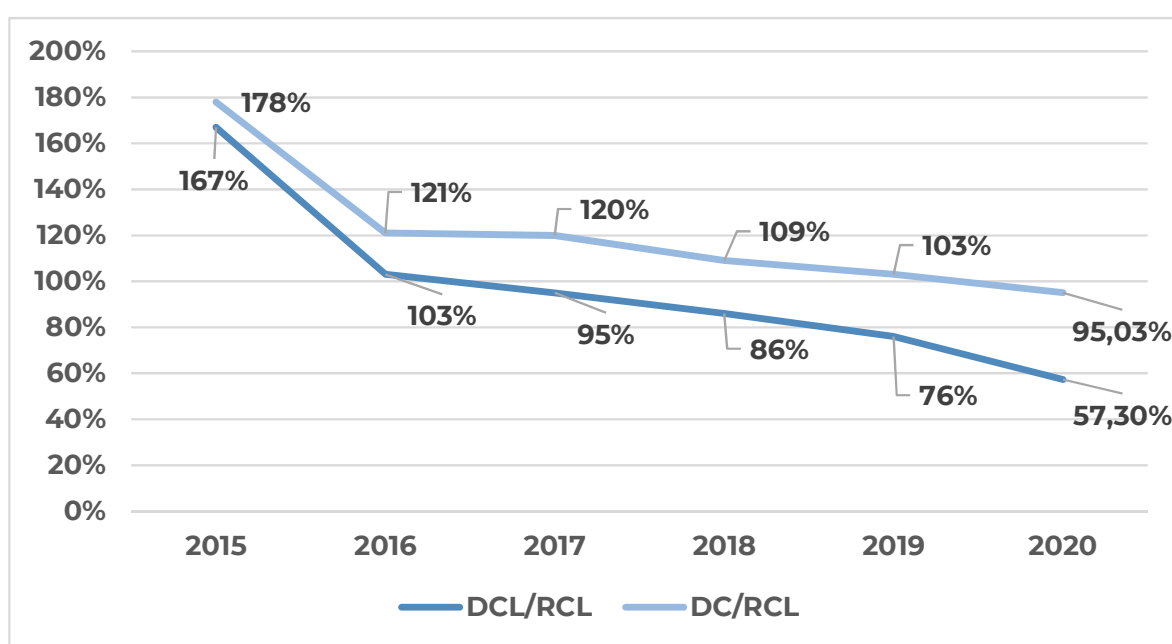
Discriminação	2019	2020	Δ % 2020/2019
Receita Corrente Líquida - RCL	8.559,0	10.052,8	17,5%
Dívida Consolidada Líquida - DCL	6.477,0	5.813,5	-10,2%
% DCL / RCL	75,7%	57,8%	-23,6%

Fonte: Anexo II RGF 3º Quad, 2019 e 2020.

Como pode se observar no cálculo do índice de endividamento, as variações desse resultado não são influenciadas apenas pelo aumento ou redução da DCL, mas também pelas variações da RCL. No exercício de 2020 além de contarmos como uma redução de 10,2% na DCL em relação ao ano de 2019, notadamente influenciado pelo aumento da Disponibilidade de Caixa Bruta de recursos não vinculados, valor que entra no total deduzido da DC para formar a DCL, a RCL cresceu 17,4%, o que favoreceu a queda no indicador. Recorda-se ainda, que o aumento das Disponibilidade de Caixa do Estado se deve ao uso eficiente de valores recebidos em virtude da Lei nº 14.041/2020, Lei nº 173/2020 e da Concessão dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário da Região Metropolitana de Maceió.

Com esse resultado, o estado de Alagoas manteve uma relação DCL/RCL abaixo de 100% resultado alcançado pela primeira vez no ano de 2017 como pode ser verificado no gráfico a seguir. Também é possível observar a queda no indicador da Dívida Consolidada nos últimos anos.

Gráfico 5: Dívida Consolidada Líquida / RCL e Dívida Consolidada / RCL – Alagoas - %

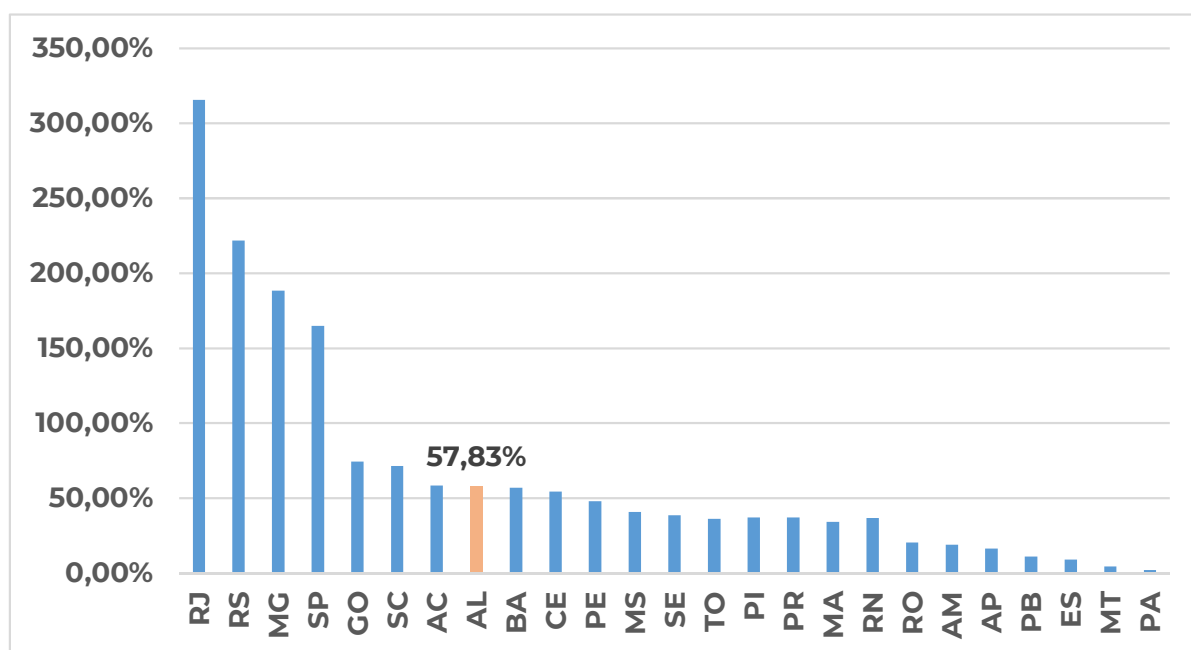


Fonte: Anexo II RGF 3º Quad, 2015 a 2020. Elaboração Própria.

Alguns dos principais fatores para a redução do endividamento nos últimos anos foi a alteração no pagamento de juros e adoção de um novo índice de correção do contrato com recálculo do estoque por meio de aditivo decorrente da Lei Complementar – LC nº 148/2014; e, com a promulgação da Lei Complementar – LC nº 156/2016, a renegociação da Dívida Lei nº 9.496/97 e demais dívidas existentes com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

O resultado de 2020 permitiu ainda que o Estado de Alagoas permanecesse entre os dez estados com menor nível de endividamento.

Gráfico 6: Dívida Consolidada Líquida / RCL – Estados - %



Fonte: Anexos II RGF 3º Quad, 2020. Elaboração Própria.

A Sefaz-AL junto à sua Secretaria Especial do Tesouro tem ainda buscado desenvolver ações que resultem na melhoria do perfil do endividamento do Estado, especialmente a partir de um monitoramento ativo e constante da gestão da dívida estadual. Essa gestão é importante porque tem reflexos não apenas no estoque do endividamento do Estado, mas principalmente no pagamento do serviço da dívida, ou seja, no seu fluxo.

2.5 DESPESAS COM PESSOAL

A LRF em seu Art. 23 apresenta penalidades aos entes no que toca a sua despesa com pessoal, a exemplo de ações administrativas com vistas à redução do índice aos limites dispostos no prazo de dois quadrimestres. A não redução implicaria em situações como o não recebimento de transferências voluntárias e a não contratação de operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal.

Sendo assim, este indicador apresenta-se como um importante indicador para avaliação fiscal.

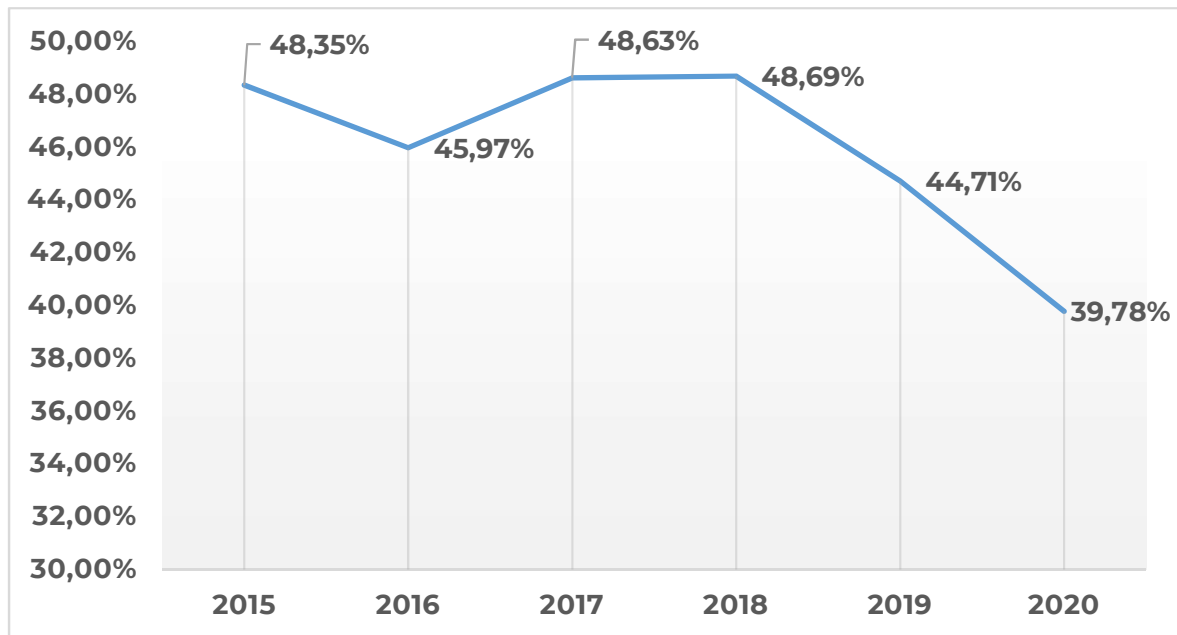
Ao analisar o percentual da Despesa Total com Pessoal – DTP em relação a RCL, tem-se que em 2020 o índice foi de 39,78%, abaixo do atingido em 2019 de 44,71% e abaixo do limite prudencial da LRF (46,55%), apresentado na Tabela 6 e consequentemente abaixo do limite máximo de 49% previsto na LRF.

Tabela 6: Tabela 6: Índice de Pessoal do Estado de Alagoas (2019-2020) e Limite de Gastos com Pessoal (LRF)

Especificação	2019	2020	Variação (%)
Despesa Líquida com Pessoal - Poder Executivo	3.826,57	3.997,13	4,5%
Receita Corrente Líquida - RCL - Ajustada	8.559,01	10.049,34	17,4%
Executivo/RCL	44,71%	39,78%	-11,0%
	Limite de Alerta	Limite Prudencial	Limite Máximo
Despesa Líquida com Pessoal - Poder Executivo	44,10%	46,55%	49,00%
Despesa Líquida com Pessoal - Consolidado Geral	54,00%	57,00%	60,00%

Fonte: SIAFE/AL

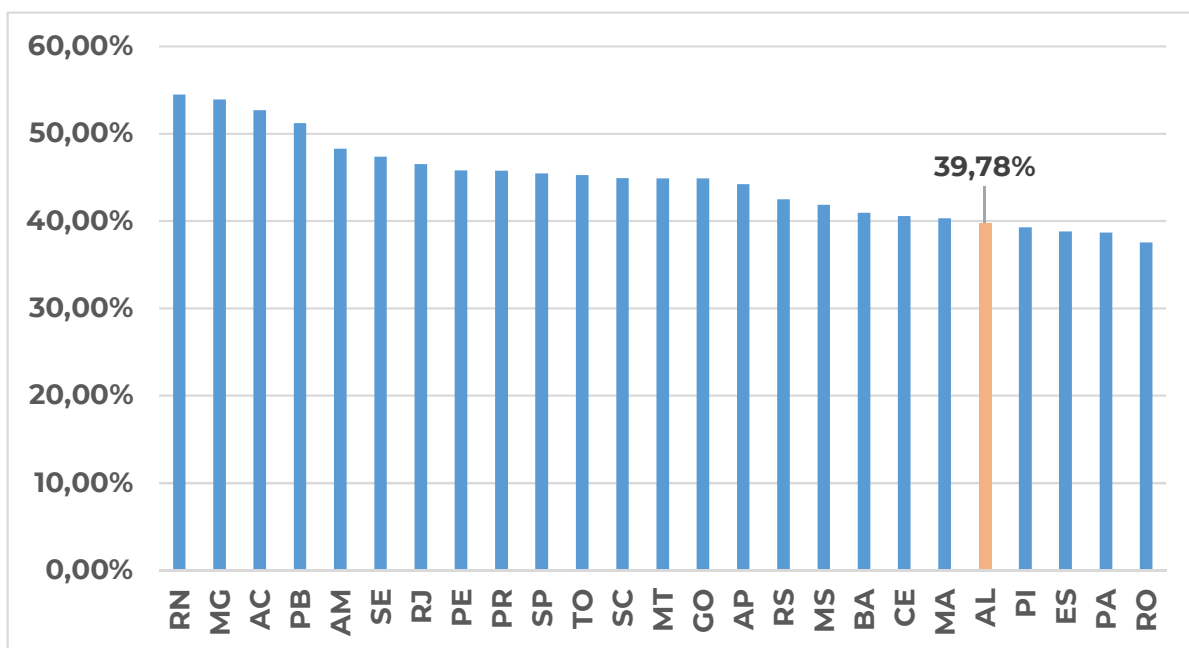
Como pode se observar no cálculo do índice de pessoal, as variações desse resultado não são influenciadas apenas pelo aumento da despesa de pessoal, mas também pelo aumento ou redução da RCL. No exercício de 2020 as despesas que compõem o índice do Poder Executivo tiveram um aumento de 4,5% em relação ao ano de 2019, contudo, o crescimento de 17,4% na RCL possibilitou a queda no indicador. A Gestão Estadual também tem trabalhado no sentido de adequar o seu índice dentro dos limites dispostos na LRF, o que vem ocorrendo desde 2015 como apresentado no gráfico abaixo.

Gráfico 7: Despesa com Pessoal/RCL – Poder Executivo Alagoas (2015-2019) - %

Fonte: Anexo I RGF 3º Quad, 2015 a 2020. Elaboração Própria.

Analisando o índice de despesas com pessoal para os todos os estados, verifica-se que Alagoas é o estado com a quinto menor índice. Tal resultado representa um grande avanço quando considerado a evolução desse indicador. Destacam-se como medidas utilizadas para redução desse indicador, a redução das despesas no que diz respeito à folha de pagamento dos servidores e o incremento da receita estadual, como pode ser observada também pelos resultados de outros indicadores como o de RCL.

Gráfico 8: Despesa com Pessoal/RCL – Poder Executivo Alagoas – Estados - %



Fonte: Anexos I RGF 3º Quad, 2020. Elaboração Própria.

2.6 LIMITES CONSTITUCIONAIS

A legislação orçamentária brasileira, no âmbito do Governo Central e dos Governos Estaduais, dispõe sobre a obrigatoriedade da aplicação de um mínimo de recursos ao longo do exercício em algumas áreas específicas. Essas obrigações são conhecidas como vinculações orçamentárias e as principais são aquelas que se referem ao art. 212 da Constituição Federal – CF/88 que determina que o mínimo de 25% seja aplicado em Educação (25%) e ao §3º do art. 198, regulamentado pela Lei Complementar – LC nº 141/2012, que estabelece o mínimo de 12% a ser aplicado em Saúde (12%).

O Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) organizado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) prevê a ser apresentado no Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO), relatório bimestral, os demonstrativos referentes a essas vinculações por meio do Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) e Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS) para educação e saúde, respectivamente.

Destarte, considerando a relevância desses indicadores que se concentram em áreas prioritárias de Governo, as próximas subseções serão destinadas a análise da aplicação de recursos pelo Estado de Alagoas no exercício de 2020 em acordo com os limites constitucionais mencionados. Ressalta-se, que os resultados apresentados nesta seção não se referem aos gastos totais em educação e saúde, mas apenas as despesas que se enquadram dentre as definidas pela legislação.

2.6.1. MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO (MDE)

Em 2020 o Estado de Alagoas o equivalente a 25,1% das Receitas Líquidas de Impostos, que representou uma aplicação de R\$ 2.102,6 milhões. Cumpre-se dessa forma o mínimo constitucional de 25%.

Tabela 7: Resumo do Demonstrativo de Aplicação em Manutenção e Desenvolvimento de Ensino – MDE (2020) – R\$ Milhões

Discriminação	Valor
Despesa em MDE	1.333,2
(-) Deduções	(769,4)
<i>Resultado Líquido Transf. ao Fundeb</i>	(928,8)
<i>Custeadas com Complementação Fundeb</i>	155,4
<i>Cancelamentos RP</i>	4,0
Total Aplicação MDE (a)	2.102,6
Receita Líquida de Impostos (b)	8.371,0
% Aplicação MDE 2020 (a) / (b)	25,1%

Fonte: Anexo XVIII do RREO 6º Bim, 2020 (<http://www.sefaz.al.gov.br/financas.php>)

O limite constitucional também havia sido cumprido em 2019 conforme apresentado na tabela abaixo.

Tabela 8: Comparativo da Aplicação em MDE (2019-2020) – R\$ Milhões

Discriminação	2019	2020	Δ % 2020/2019
Despesa em MDE	1.326,3	1.333,2	0,5%
(-) Deduções	(765,7)	(769,4)	0,5%
<i>Resultado Líquido Transf. ao Fundeb</i>	(933,4)	(928,8)	-0,5%
<i>Custeadas com Complementação Fundeb</i>	160,5	155,4	-3,2%
<i>Cancelamentos RP</i>	5,0	4,0	-19,1%
<i>Receita Aplicação Financeira</i>	2,2	-	-100,0%
Total Aplicação MDE (a)	2.092,0	2.102,6	0,5%
Receita Líquida de Impostos (b)	8.293,1	8.371,0	0,9%
% Aplicação MDE 2018 (a) / (b)	25,2%	25,1%	-0,4%

Fonte: Anexo XVIII do RREO 6º Bim, 2020 (<http://www.sefaz.al.gov.br/financas.php>)

Analisando a aplicação em MDE por grupo de despesa é possível observar um aumento de 0,5% ante o exercício de 2019. Tem-se ainda que 83,2% do valor total de despesa empenhada é relativo a Pessoal e Encargos Sociais. Já os Investimentos em MDE tiveram um aumento de 212,5% (+R\$ 68,9 milhões) quando comparados ao ano de 2019.

Tabela 9: Aplicação em MDE por Grupo de Despesa (2019-2020) – R\$ Milhões

DISCRIMINAÇÃO	DESPESA EMPENHADA				Δ % 2020/2019
	2019	% PART.	2020	% PART.	
Pessoal e Encargos Sociais	1.140,0	86,0%	1.109,7	83,2%	-2,7%
Outras Despesas Correntes	153,9	11,6%	122,2	9,2%	-20,6%
Investimentos	32,4	2,4%	101,3	7,6%	212,5%
APLICAÇÃO EM MDE POR GRUPO DE DESPESA	1.326,3	100,0%	1.333,2	100,0%	0,5%

Fonte: SIAFE/AL

Para fins de apuração da despesa realizada com MDE, além das despesas realizadas diretamente pelo Estado, deve-se considerar a diferença entre o valor transferido e o valor recebido do FUNDEB. Nos casos em que o montante repassado é inferior ao montante recebido do FUNDEB, há perda líquida para o ente. Esse montante deve compor o valor de aplicação em MDE, uma vez que se trata de uma contribuição do estado para financiamento da educação do país, sendo assim, uma aplicação indireta em educação⁶ realizada pelo Estado.

Nessa medida, é possível observar que em 2020 houve uma queda tanto nos repasses quanto no retorno do FUNDEB, quando comparado a 2019. Também a complementação da União, foi menor em 2020 do que a realizada no ano anterior, R\$ 5,1 milhões a menos.

Tabela 10: Repasses x Retornos do Fundeb (2019-2020) – R\$ Milhões

Fundeb	2019		2020		Δ % 2020/2019
	Valor	%	Valor	%	
Repasses ao Fundeb	1.497,7	100,0%	1.481,1	100,0%	-1,1%
Retorno do Fundeb	564,3	37,7%	552,3	37,3%	-2,1%
Resultado Líquido	(933,4)	62,3%	(928,8)	62,7%	-0,5%
Complementação da União	160,5	-	155,4	-	-3,2%

Fonte: SIAFE/AL

No que se refere as despesas consideradas na remuneração do Magistério no valor de R\$ 589,1 milhões em 2020, 83,2% são relativas ao FUNDEB, superando o percentual do ano de 2019 e cumprindo o mínimo constitucional que é de 60%.

Tabela 11: Aplicação de Recursos do Fundeb na Remuneração do Magistério – R\$ Milhões

Discriminação	2019		2020	
	Valor	% Fun-deb	Valor	% Fun-deb
Receitas Recebidas do Fundeb	727,0	-	708,1	-
<i>Retorno do Fundeb</i>	564,3	-	552,3	-
<i>Complementação Fundeb</i>	160,5	-	155,4	-
<i>Remuneração Aplicações Financeiras</i>	2,2	-	0,5	-
Mínimo Constitucional a ser Aplicado (art. 60, ADCT, CF/88)	436,2	60,0%	424,9	60,0%
Despesas Consideradas na Remuneração do Magistério	590,9	81,3%	589,1	83,2%

Fonte: SIAFE/AL

A análise da aplicação em MDE demonstra ainda que 61% dos recursos são destinados à Secretaria de Estado de Educação (SEDUC). A aplicação em MDE destinada a Agência de Modernização da Gestão de Processos (AMGESP) foi a que mais cresceu percentualmente em 2020 ante o ano de 2019.

Tabela 12: Aplicação em MDE por Unidade Gestora – R\$ Milhões

DISCRIMINAÇÃO	DESPESA EMPENHADA				Δ % 2020/2019
	2019	% PART.	2020	% PART.	
AMGESP - Agência de Modernização da Gestão de Processos	1,0	0,1%	2,4	0,2%	151,8%
SEDUC - Secretaria de Estado da Educação	768,6	57,9%	813,5	61,0%	5,8%
UNEAL - Universidade Estadual de Alagoas	35,5	2,7%	39,0	2,9%	10,1%
UNCISAL - Universidade Estadual de Ciências da Saúde do Estado de Alagoas	46,5	3,5%	51,0	3,8%	9,7%
SEPLAG - Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio	0,1	0,0%	0,1	0,0%	100,0%
EGE - Encargos Gerais do Estado/Alagoas Previdência	474,7	35,8%	427,2	32,0%	-10,0%
APLICAÇÃO EM MDE POR UNIDADE GESTORA	1.326,3	100,0%	1.333,2	100,0%	0,5%

Fonte: SIAFE/AL

2.6.2. AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS)

O índice relativo às Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS) atingiu 12,6% para o estado de Alagoas em 2020, cumprindo-se assim o mínimo constitucional estabelecido. A despesa no ano em referência foi de R\$ 1.051,2 milhões, valor 4,9% (+R\$ 49,3 milhões) superior ao realizado no exercício de 2019.

Tabela 13: Aplicação em ações e Serviços Públicos de Saúde – R\$ Milhões

Discriminação	2019	2020	Δ % 2020/2019
Despesas em Ações e Serviços Públicos de Saúde (a)	1.001,9	1.051,2	4,9%
Total das Receitas para Aplicação do Índice (b)	8.293,1	8.371,0	0,9%
% Aplicação ASPS (a) / (b)	12,1%	12,6%	3,9%

Fonte: Anexo XII do RREO 6º Bim, 2019 e 2020
(<http://www.sefaz.al.gov.br/financas.php>)

No que tange a análise da ASPS por subfunção verifica-se que em 2020 a maior parte das despesas destinadas à Assistência Hospitalar e Ambulatorial, representando 69,8% da despesa total. Outras 24% foram destinadas a Administração Geral da Saúde Pública do Estado, inclui despesas com pessoal e encargos sociais, e 4,7% destinadas a Suporte Profilático e Terapêutico.

Tabela 14: Aplicação em ASPS por Subfunção – R\$ Milhões

SUBFUNÇÃO	2020	%
ADMINISTRAÇÃO GERAL	251,9	24,0%
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	0,4	0,0%
ATENÇÃO BÁSICA	9,7	0,9%
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	733,6	69,8%
SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	49,7	4,7%
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	5,9	0,6%
Aplicação em ASPS	1.051,2	100,0%

Fonte: SIAFE/AL

Sob a ótica das aplicações em ASPS por Grupo de Despesas, verifica-se que 71,5% foram despesas com Custeio da Saúde Pública (Outras Despesas Correntes), 22,3% com Pessoal e Encargos Sociais e 6,2% com Investimentos. 1,2%.

Tabela 15: Aplicação em ASPS por Grupo de Despesa – R\$ Milhões

GRUPO DE DESPESA	2020	%
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	234,8	22,3%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	751,1	71,5%
INVESTIMENTOS	65,3	6,2%
Aplicação em ASPS	1.051,2	100,0%

Fonte: SIAFE/AL

As despesas em ASPS calculadas para fins do mínimo constitucional são aquelas com vinculação de receita de impostos. Entretanto, as despesas de Saúde são financiadas tanto com recursos de impostos - Recursos Ordinários quanto por recursos advindos de Transferência do SUS, Convênios e com recursos do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza (FECOEP). Esse último, apesar de ser um imposto estadual, não é considerado para o cálculo dos 12% do Mínimo Constitucional. Em 2020, 67% (R\$ 1.051,2 milhões) da aplicação em saúde foi financiada por Recursos Ordinários e 20,7% (R\$ 325,7) por recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) e 10,4% (R\$ 163 milhões) por recursos advindos da Lei Complementar nº 173/2020 que estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Covid-19.

Tabela 16: Aplicação em Saúde por Fonte de Recursos – R\$ Milhões

FONTE DE RECURSOS	2020	%
0100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.051,2	67,0%
0110 - CONVÊNIOS	0,0	0,0%
0116 - FECOEP	29,9	1,9%
0120 - SUS	325,7	20,7%
0560 - LC 173/2020, art. 5º, inciso I	163,0	10,4%
Aplicação em Saúde	1.569,8	100,0%

Fonte: SIAFE/AL

Ademais, no que tange aos valores de Aplicação em Saúde no ano de 2020, o maior percentual (70,2%) foi destinado a atender Outras Despesas Correntes, o que representa um montante de R\$ 1.102,3 milhões. Contudo, é possível verificar que mais de R\$ 300 milhões de reais foram destinados a Despesas com Investimentos, o que significa um aumento de aproximadamente 234% ante o ano de 2019, quando foram aplicados R\$ 110 milhões. Esse comportamento reflete o esforço que o Estado de Alagoas tem realizado na expansão do número de leitos, notadamente neste ano de pandemia por Covid-19, como ressaltado no Capítulo 1, por meio de construção e entrega de equipamentos hospitalares. Em 2020 se destacam a entrega Hospital do Metropolitano, Hospital Regional Norte de Porto

Calvo, Hospital Regional da Mata em União dos Palmares, além de duas Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) na capital alagoana.

Tabela 17: Aplicação em Saúde por Grupo de Despesas – R\$ Milhões

GRUPO DE DESPESAS	2020	%
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	368,3	23,5%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.102,3	70,2%
INVESTIMENTOS	99,3	6,3%
Aplicação em Saúde	1.569,8	100,0%

Fonte: SIAFE/AL



Os profissionais da saúde foram incansáveis no enfrentamento da Covid-19, dando o máximo de si, diariamente, em prol do cuidado com o outro



CAPÍTULO 3

ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS
E FINANCEIROS



VOL. 1

O Orçamento Público é de fundamental importância para o Planejamento Governamental, visto que possibilitará ao gestor uma estimativa do que poderá ocorrer em determinado exercício, auxiliando desta forma na melhor tomada de decisão. Nesse sentido, esta seção tem como foco a avaliação entre o que havia sido planejado para o exercício de 2020, a partir da Lei Orçamentária Anual (LOA) com o que de fato foi realizado no referido ano.

Vale a pena destacar três pilares que servem para melhor orientar as ações e programas do governo no médio e longo prazo, sendo assim, instrumentos do planejamento público: i) o Plano Plurianual (PPA) – Lei Estadual nº 8.231/2020 e suas revisões; ii) a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) – Lei Estadual nº 8.140/2019 – que dispõe sobre as metas e prioridades do exercício seguinte, servindo assim como pressuposto para a elaboração da LOA; iii) Lei Orçamentária Anual (LOA) – Lei nº 8.226/2020 – que possui um planejamento mais detalhado das ações governamentais de curto prazo, apresentando assim estimativas tanto da receita quanto da despesa do estado no período em questão.

Desta forma, a seguir será apresentada análise mais detalhada dos números contidos na LOA 2020, bem como da execução orçamentária e financeira das receitas e despesas.

3.1. A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA 2020 (LEI ESTADUAL Nº 8.226/2020)

É possível observar a partir da LOA 2020 que o Orçamento Líquido foi estimado em R\$ 10.084 milhões. Por parte da Receita Bruta¹, as Receitas Correntes correspondem a 95,5% desse montante (R\$ 12.359 milhões) e conseqüentemente a Receita de Capital fica responsável por 4,45% (R\$ 576 milhões). Importante destacar que a previsão das Deduções é de R\$ 2.851 milhões, chegando assim ao valor do Orçamento Líquido para as Receitas já mencionado anteriormente.

Por parte do Orçamento das Despesas, as participações das Despesas Correntes e Despesas de Capital foram de 85,7% (R\$ 8.607 milhões) e 14,3% (R\$ 1.433 milhões) respectivamente. A Reserva de Contingência foi prevista em R\$ 44 milhões.

¹ Receita Bruta = Receita Corrente + Receita de Capital

Tabela 1 - Orçamento Anual do Estado de Alagoas (LOA 2020) - R\$ Milhões

RECEITA		DESPESA	
Receitas Correntes (a)	12.359	Despesas Correntes (a)	8.607
Receita Tributária	5.693	Pessoal e Encargos Sociais	5.896
Receita de Contribuições	690	Juros e Encargos da Dívida	376
Receita Patrimonial	183	Outras Despesas Correntes	2.335
Receita Agropecuária	-		
Receita de Serviços	221		
Transferências Correntes	5.492		
Outras Receitas Correntes	80		
Receita de Capital (b)	576	Despesas de Capital (b)	1.433
Operações de Crédito	400	Investimentos	1.169
Alienação de Bens	0	Inversões Financeiras	2
Amortização de Empréstimos	1	Amortização da Dívida	262
Transferências de Capital	174		
Outras Receitas de Capital	-		
Deduções (c)	2.851	Reserva de Contingência (c)	44
Formação do FUNDEB	1.810		
Transferências a Municípios	1.041		
TOTAL DA RECEITA = (a) + (b) - (c)	10.084	TOTAL DA DESPESA = (a) + (b) + (c)	10.084

Fonte: Lei Estadual nº 8.226/2020 (LOA 2020)

Em relação a distribuição do Orçamento por Poder, tem-se que para o Poder Executivo a expectativa seria uma destinação de 88,5% (R\$ 8.922 milhões), seguido Poder Judiciário com 5,8% (R\$ 587 milhões), Assembleia Legislativa com 2,3% (R\$ 236 milhões), o Ministério Público com 1,7% (R\$ 174 milhões), o Tribunal de Contas com 1,1% (R\$ 109 milhões) e a Defensoria Pública com 0,6% (R\$ 56 milhões).

Tabela 2 - Orçamento do Estado por Poder - R\$ Milhões

DISCRIMINAÇÃO	Orçamento 2020	%
Poder Executivo	8.922	88,5%
Poder Legislativo - Assembleia Legislativa	236	2,3%
Poder Legislativo - Tribunal de Contas	109	1,1%
Poder Judiciário	587	5,8%
Ministério Público	174	1,7%
Defensoria Pública	56	0,6%
TOTAL DESPESA	10.084	100,0%

Fonte: Lei Estadual nº 8.226/2020 (LOA 2020)

Em seu artigo 5º, a LOA discrimina o Orçamento de Investimento das Empresas Estaduais. Esse total para 2020 foi de R\$ 67,2 milhões, com 74,4% deste valor previsto para a Companhia de Saneamento de Alagoas - CASAL, 19,4% para Gás de Alagoas S/A - ALGÁS e os 6,1% restantes distribuídos entre Companhia de Edição, Impressão e Publicação de Alagoas – CEPAL (Imprensa Oficial), Laboratório Industrial Farmacêutico de Alagoas S.A - LIFAL e ALAGOAS ATIVOS.

Tabela 3 - Orçamento de Investimentos Empresas Estaduais - R\$ Milhões

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
DESENVOLVE	-
ALGÁS	13,0
CEPAL	2,2
LIFAL	0,1
ALAGOAS ATIVOS	1,8
CASAL	50,0
TOTAL	67,2

Fonte: Lei Estadual nº 8.226/2020 (LOA 2020)

Inicialmente, no art., 7º da LOA, o Poder Executivo ficava autorizado até o limite de 15% do total das despesas fixadas a abrir créditos suplementares com os fins de transposição, remanejamento ou transferência. Posteriormente, por meio da Lei nº 8.357 de dezembro de 2020, esse percentual foi ampliado para 40%. Ao passo que ficou estabelecido que o limite mencionado deveria ser calculado de forma individualizada no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Poder Executivo, do Poder Judiciário, do Poder Legislativo, do Ministério Público, do Tribunal de Contas e da Defensoria Pública do Estado de Alagoas.

3.2. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

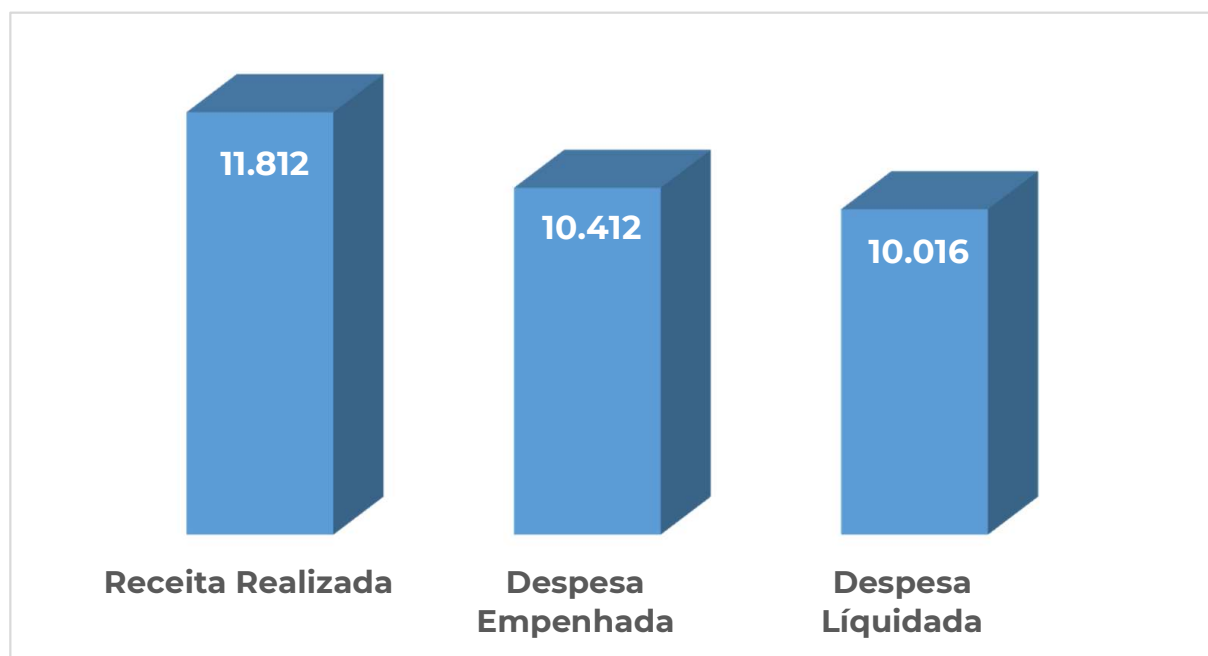
A Execução Orçamentária diz respeito a utilização das dotações previstas no orçamento anual ao passo que a Execução Financeira representa a utilização dos recursos financeiros, com objetivo de atender a realização das ações orçamentárias. Visto isto, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) define a execução orçamentário-financeira como parte do processo de programação e realização das despesas de acordo com sua disponibilidade de recursos bem como cumprimento das exigências legais.

A presente seção discute a execução orçamentário e financeira do Estado de Alagoas no decorrer do exercício de 2020 e está dividida da seguinte maneira: i) uma visão geral quanto à execução orçamentário e financeira de 2020; ii) execução da receita, realizando uma análise comparativa com os números de 2019 e iii) execução da despesa também referenciada aos resultados do ano anterior.

3.2.1. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – VISÃO GERAL

Ao realizar uma análise da Execução Orçamentária Financeira, observa-se que em 2020 a Receita realizada foi de R\$ 11.812 milhões, tendo que a Despesa Empenhada correspondeu a cerca de 88,1% deste valor. Vale a pena destacar que do valor da Despesa Empenhada, R\$ 10.412 milhões, 96,2% foram liquidados, restando assim o empenho de 3,8% (R\$ 395 milhões). Desta diferença, 66% (R\$ 260 milhões) deve-se especialmente ao grupo de despesas com Investimentos, tal comportamento será abordado em seção específica.

Gráfico 1 - Execução Orçamentária Financeira – R\$ Milhões



Fonte: Siafe/AL – Elaboração Própria

Em uma análise comparativa, a Receita Realizada superou a Previsão Atualizada em 12,3%, devido sobretudo a realização de 109,4% das Receitas Correntes, 100,3% das Receitas de Capital bem como a realização de 96,9% das deduções. No que diz respeito especificamente as Receitas Correntes, a Receita Patrimonial apresentou um nível de realização de 414,8% ao previsto, isto deve-se especialmente a receita recebida próximo ao encerramento do exercício de 2020, cerca de R\$ 600 milhões em decorrência de recebimento da primeira parcela referente a outorga pela concessão de saneamento da região metropolitana de Maceió, mais detalhes serão abordados na seção de Receita Patrimonial neste capítulo.

Demais destaques estão relacionados às Receitas Correntes de Contribuições (Realizado 30,8% acima do Previsto Atualizado) e Transferências Correntes (Realizado 6% acima do Previsto Atualizado), tais receitas também serão abordadas adiante.

Tabela 4 - Receita Estadual (Previsão x Realização) - R\$ Milhões

DISCRIMINAÇÃO	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITA REALIZADA (c)	% REALIZADO (c) / (b)
Receitas Correntes (a)	12.359	12.883	14.092	109,4%
Receita Tributária	5.693	5.793	5.794	100,0%
Receita de Contribuições	690	888	1.162	130,8%
Receita Patrimonial	183	179	741	414,8%
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita de Serviços	221	256	248	96,8%
Transferências Correntes	5.492	5.682	6.067	106,8%
Outras Receitas Correntes	80	86	80	93,5%
Receita de Capital (b)	576	482	483	100,3%
Operações de Crédito	400	300	304	101,3%
Alienação de Bens	0	0	1	156,9%
Amortização de Empréstimos	1	1	0	29,5%
Transferências de Capital	174	181	179	98,8%
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Deduções (c)	2.851	2.851	2.763	96,9%
Formação do FUNDEB	1.810	1.810	1.481	81,8%
Transferências a Municípios	1.041	1.041	1.282	123,2%
TOTAL DA RECEITA = (a) + (b) - (c)	10.084	10.514	11.812	112,3%

Fonte: SIAFE/AL

Já com relação as despesas, pode-se perceber que esta inicialmente obteve uma dotação de R\$ 10.084 milhões sendo atualizada para R\$ 11.667 milhões. Desta forma, observa-se que a despesa empenhada foi de R\$ 10.412 milhões, ou seja 89,24% da dotação atualizada.

As Despesas Correntes, isto é, aquelas que têm como finalidade a manutenção da máquina pública, atingiram percentual de 94,83% entre as despesas empenhadas e dotação atualizada, montante em valores brutos R\$ 499 milhões menor que o previsto. Adicionalmente, as Despesas de Capital também reduziram, alcançando percentual de 63,43% do valor previsto atualizado. Grande parte dessas despesas foram financiadas pelo superávit nas receitas correntes, ao passo que esse comportamento indica que houve contingenciamento das despesas no momento da execução, atrelado principalmente às frustrações e demandas decorrentes da pandemia da Covid 19 que assolou Brasil e mundo no ano de 2020.

Tabela 5 - Despesa Estadual (Previsão x Realização) - R\$ Milhões

DISCRIMINAÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESA EMPENHADA (b)	DESPESA LIQUIDADADA (c)	% (b)/(a)	% (c)/(a)
Despesas Correntes	8.607	9.641	9.142	9.007	94,83%	93,42%
Pessoal e Encargos Sociais	5.896	6.581	6.500	6.457	98,76%	98,11%
Juros e Encargos da Dívida	376	165	137	137	82,90%	82,90%
Outras Despesas Correntes	2.335	2.895	2.506	2.414	86,57%	83,38%
Despesas de Capital	1.433	2.001	1.269	1.009	63,43%	50,43%
Investimentos	1.169	1.778	1.072	812	60,28%	45,66%
Inversões Financeiras	2	10	8	8	83,77%	83,77%
Amortização da Dívida	262	213	189	189	88,70%	88,70%
Reserva de Contingência	44	24	-	-	0,00%	0,00%
TOTAL DA DESPESA	10.084	11.667	10.412	10.016	89,24%	85,85%

Fonte: SIAFE/AL

Com relação aos Limites de Créditos Adicionais, o poder Executivo apresenta um limite de 40% para a realização de alterações no orçamento de acordo com a Lei nº 8.226/2020 (alterada pela lei nº 8.357/2020) do qual foi utilizado 34,23% (R\$ 3.452 milhões).

Tabela 6 - Limite de Créditos Adicionais - R\$ Milhões

Discriminação	Valor
Orçamento Inicial - Líquido das Deduções - Lei nº 8.226, de 03 de janeiro de 2020	10.084
Limite de 40% - Lei nº 8.357, de 03 de dezembro de 2020	4.034
Créditos Suplementares	3.452
% Realização de Créditos	34,23%
*Apenas OFSS - Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	

Fonte: SEPLAG



Para que o Estado seja capaz de honrar seus compromissos durante o exercício financeiro, é de suma importância que haja equilíbrio orçamentário onde a expectativa de arrecadação determine o limite de fixação de despesas de um ente. Desta forma, a estimativa de arrecadação vai definir o quanto o Estado po-

derá destinar para suas despesas necessárias.

De acordo com o mencionado, a Receita realizada foi de R\$ 11.812 milhões, o que representou 112,3% da previsão atualizada, comportamento devido especialmente ao desempenho das Receitas Correntes. Esta já descontada as deduções pertinentes, representou 89,99% do total das receitas, ao passo que as Receitas de Capital foi responsável por 4,09% e as Receitas Intra-Orçamentárias por 5,92%.

Tabela 7 - Execução da Receita - R\$ Milhões

DISCRIMINAÇÃO	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITA REALIZADA (c)	% REALIZADO (c) / (b)
Receita Corrente	11.952	12.375	13.392	108,2%
<i>(-) Deduções - Formação Fundeb</i>	1.810	1.810	1.481	81,8%
<i>(-) Deduções - Transf aos Municípios</i>	1.041	1.041	1.282	123,2%
Receita de Capital	576	482	483	100,3%
Receita Intra-Orçamentária	408	508	700	137,6%
<i>Corrente</i>	408	508	700	137,6%
<i>de Capital</i>	-	-	-	-
TOTAL DA RECEITA	10.084	10.514	11.812	112,3%

Fonte: SIAFE/AL

Além disso, observa-se que as transferências aos municípios ultrapassaram a previsão atualizada em 23,2% (+R\$ 241 milhões) devido ao aumento das receitas correntes, que são vinculadas. Na análise das Receitas Tributárias e das Receitas de Transferências Correntes será possível verificar detalhamento que justifica tal aumento.

Ao realizar o comparativo com o exercício de 2019, tem-se que o Total da Receita superou o mesmo em cerca de 19,6% (+R\$ 1.937 milhões) e ao desconsiderar as Receitas Intra-Orçamentárias este percentual passa a 20,6%. Em relação aos grupos de receitas, todos obtiveram resultado melhor quando comparado com 2019, por parte da Receita Corrente, esta teve uma variação positiva de 15,1% (+R\$ 1.756 milhões), e a Receita de Capital apresentou crescimento de 57,1% (+R\$ 176 milhões).

Tabela 8 - Comparativo Arrecadação Estadual - R\$ Milhões

DISCRIMINAÇÃO	RECEITA REALIZADA 2019	RECEITA REALIZADA 2020	Δ % 2020/2019
Receita Corrente	11.637	13.392	15,1%
<i>(-) Deduções - Formação Fundeb</i>	1.498	1.481	-1,1%
<i>(-) Deduções - Transf aos Municípios</i>	1.233	1.282	4,0%
Receita de Capital	308	483	57,1%
Receita Intra-Orçamentária	662	700	5,7%
<i>Corrente</i>	662	700	5,7%
<i>de Capital</i>	-	-	-

TOTAL DA RECEITA	9.875	11.812	19,6%
TOTAL DA RECEITA (exceto Intra-Orçamentária)	9.213	11.112	20,6%

Fonte: SIAFE/AL

Cabe destacar quanto as Receitas Intra-Orçamentárias que desde 2019 não são registrados no orçamento os valores referentes aos aportes financeiros para cobertura do déficit financeiro do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS², isto ocorre em convergência às orientações do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP.

Nesse sentido, a fim de facilitar a análise e demais comparações entre anos 2019 e 2020, não serão consideradas as Receitas e Despesas Intra-Orçamentárias, apenas as Exceto Intra-Orçamentárias.

Para facilitar a análise, será realizada uma breve descrição quanto à realização das receitas por rubrica.

3.2.2.1 RECEITA CORRENTE

Por parte das Receitas Correntes, neste caso já realizada as deduções necessárias, observa-se que em 2020 alcançou um montante de R\$ 10.629 milhões, valor este 19,3% superior em relação a 2019. Deste total, a maior parte equivale as Transferências Correntes Líquidas, que representa cerca de 49,64% e logo acompanhada pela Receita Tributária Líquida com 36,00%. As outras contas juntas representam 14,35%.

Tabela 9 - Receita Corrente (2019-2020) - R\$ Milhões

DISCRIMINAÇÃO	2019	2020	Δ % 2020/2019
Receita Tributária Líquida	3.570	3.827	7,2%
Receita de Contribuições	303	524	72,9%
Receita Patrimonial Líquida	182	736	305,1%
Receita Agropecuária	-	-	-
Receita de Serviços	191	186	-2,2%
Transferências Correntes Líquidas	4.585	5.276	15,1%
Outras Receitas Correntes	76	80	5,0%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE	8.906	10.629	19,3%
Exceto Intra-Orçamentária			

Fonte: SIAFE/AL

² Despesas orçamentárias com aportes periódicos destinados à cobertura do déficit atuarial do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, conforme plano de amortização estabelecido em lei do respectivo ente Federativo, exceto as decorrentes de alíquota de contribuição suplementar.

No que diz respeito ao avanço em relação ao exercício anterior, a que mais se destacou foi a Receita Patrimonial Líquida, uma vez que mais que triplicou seu valor, com crescimento de 305,1% (+R\$ 554 milhões). As Receitas de Contribuições apresentaram variação positiva de 72,9% (+R\$ 221 milhões), as Transferências Correntes Líquida com 15,1% (+R\$ 691 milhões), e a Receita Tributária Líquida e Outras Receitas Correntes com crescimento de 7,2% e 5,0% respectivamente. Receita de Serviços foi a única que apresentou queda em relação a 2019, com 2,2% a menos ou o equivalente a R\$ 4 milhões.

Uma vez que a Receita Corrente é de fundamental importância, visto que é responsável pela manutenção das atividades governamentais, se faz necessário uma análise mais profunda em suas subcategorias, objeto das análises a seguir.

I. RECEITA TRIBUTÁRIA LÍQUIDA

Receitas Tributárias são os recursos advindos de impostos, taxas e contribuições de melhoria. Em 2020, seu total foi de R\$ 3.826,8 milhões, valor este superior a 2019 em 7,2% (+R\$ 257 milhões). Para um melhor entendimento do peso de cada conta, faz-se necessário considerar neste total o valor das deduções, que neste caso o total das Receitas Tributárias foi de R\$ 5.794,2 milhões.

Com isso, os impostos representam 98,60% do total, ou R\$ 5.713,1 milhões ao passo que as taxas foram responsáveis por 1,40% ou o equivalente ao montante de R\$ 81,1 milhões).

Tabela 10 - Execução da Receita Tributária (2019-2020) - R\$ Milhões

DISCRIMINAÇÃO	2019	2020	Δ % 2020/2019
Impostos	5.386,4	5.713,1	6,1%
<i>IR</i>	499,2	638,9	28,0%
<i>IPVA</i>	339,1	360,4	6,3%
<i>ITCD</i>	24,1	18,8	-21,9%
<i>ICMS</i>	4.218,4	4.368,5	3,6%
<i>FECOEP</i>	305,6	326,5	6,8%
Taxas	78,9	81,1	2,9%
<i>Exercício do Poder de Polícia</i>	38,7	38,6	-0,2%
<i>Prestação de Serviços</i>	40,2	42,5	5,8%
Contribuição de Melhoria	0,0	0,0	10074,2%
(-) Dedução Formação Fundeb	671,5	695,1	3,5%
(-) Dedução Transf aos Municípios	1.224,1	1.272,3	3,9%
RECEITA TRIBUTÁRIA LÍQUIDA	3.569,6	3.826,8	7,2%
Exceto Intra-Orçamentária			

Fonte: SIAFE/AL

Na análise comparativa, ao desconsiderar a variação da Contribuição de Melhoria, por tratar-se de valores irrisórios, Impostos apresentou variação de 6,1% (+R\$ 326,7 milhões). Dentro dos grupos de impostos, Imposto de Renda – IR obteve aumento de 28,0% (+R\$ 139,7 milhões), Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA com incremento de 6,3% (+R\$ 21,3 milhões), Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS com acréscimo de 3,6% (+R\$ 150,1 milhões) e o Adicional do ICMS – Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza – FECOEP com aumento de 6,8% (+R\$ 20,9 milhões), apenas o Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos – ITCD apresentou retração quando comparado a 2019, sendo esta de 21,9% (-R\$ 5,3 milhões).

Pelo lado das taxas, esta teve crescimento de 2,9% (+R\$ 2,3 milhões) sendo que Exercício do Poder de Polícia obteve leve redução, de 0,2% e as Prestações de Serviços com elevação de 5,8% (+R\$ 2,3 milhões).

Das receitas mencionadas, merece destaque o ICMS, que corresponde a 76,46% do total de Impostos, demonstrando sua relevância neste tipo de arrecadação. Nesse sentido, ressalta-se a performance da arrecadação de ICMS, bem como dos demais impostos, ainda que num ano atípico como 2020, maior parte do tempo influenciado pelo agravamento econômico em decorrência da Pandemia da Covid-19, houve expressiva recuperação impulsionada sobretudo pela atividade da Receita Estadual, com a realização de boletins de acompanhamentos das atividades econômicas setoriais, medidas em apoio aos contribuintes em meio a pandemia e toda a continuidade e otimização dos processos e sistemas informatizados, reforçados especialmente ao que enseja a necessidade de modernização na gestão pública.

II. RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES

Todos os servidores públicos estaduais, realizam contribuições junto a Previdência Social que se configura assim como Receitas de Contribuições. No Estado de Alagoas, tais contribuições estão concentradas no Regime Próprio, que totalizou em 2020 o valor de R\$ 523,5 milhões, valor este 72,9% superior ao realizado em 2019. Tal crescimento ocorreu sobretudo pelos avanços de Contribuições do Pensionista Civil, que passou de R\$ 2,9 milhões em 2019 para R\$ 50,9 milhões, ou seja, uma variação positiva de 1.657,6%, além é claro dos crescimentos de Contribuições de Servidor Inativo Militar que obteve aumento de 264,9% bem como Contribuições de Servidor Inativo Civil com variação de 253,7%. O crescimento dessa receita está atrelada especialmente à aprovação da Lei Complementar Estadual nº 52, de 30/12/2019 (Reforma da Previdência), que dentre outras providências, alterou percentual das contribuições previdenciárias para 14%, a maior parte dos efeitos a ocorrerem a partir de abril/2020.

Tabela 11 - Execução da Receita de Contribuições - R\$ Milhões

DISCRIMINAÇÃO	2019	2020	Δ % 2020/2019
Contrib. Previdenciárias do Regime Próprio	302,7	523,5	72,9%
<i>Contribuição de Servidor Ativo Civil</i>	183,9	237,6	29,2%
<i>Contribuição de Servidor Ativo Militar</i>	62,0	77,4	24,7%
<i>Contribuição de Servidor Inativo Civil</i>	26,7	94,5	253,7%
<i>Contribuição de Servidor Inativo Militar</i>	15,2	55,6	264,9%
<i>Contribuição do Pensionista Civil</i>	2,9	50,9	1657,6%
<i>Contribuição Servidor - Precatórios Lei 6410/2003</i>	5,7	7,5	31,4%
<i>Outras Contribuições Previdenciárias</i>	6,2	-	-
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	302,7	523,5	72,9%
Exceto Intra-Orçamentária			

Fonte: SIAFE/AL

Com relação ao peso de cada grupo, observa-se que maior parte está concentrada em Servidor Ativo Civil, uma vez que representa 45,38% do total, logo seguido por Servidor Inativo Civil (18,05%), Servidor Ativo Militar (14,78%), Servidor Inativo Militar (10,62%), Pensionista Civil (9,73%) e por fim Precatórios com 1,44%.

III. RECEITA PATRIMONIAL

Recursos obtidos a partir de aplicações financeiras bem como rendimentos a partir do ativo permanente, se configuram como Receita Patrimonial, que alcançou um valor de R\$ 735,7 milhões em 2020, sendo este 305,1% superior ao valor de 2019.

Observa-se que tal crescimento deve-se a presença de R\$ 613,9 milhões em Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença. Tal receita é derivada do recebimento pelo Estado da primeira parcela da outorga referente a concessão regionalizada dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário da Região Metropolitana de Maceió (AL). Em setembro de 2020, sete empresas participaram do leilão dos serviços de distribuição de água e coleta de esgoto na região. Foi o primeiro evento do tipo após o novo marco legal do saneamento³ entrar em vigor naquele ano. O consórcio BRK Ambiental ofertou a maior outorga pela concessão, no valor de R\$ 2,009 bilhões) com ágio de 13.180% em relação ao valor mínimo estipulado em edital (R\$ 15,125 milhões). Sendo assim, com a assinatura do Contrato, a empresa assumiu a responsabilidade por investimentos de R\$ 2,6 bilhões em infraestrutura.

A concessão na região metropolitana de Maceió tem como foco a universalização do serviço de água em seis anos e o acesso à rede de esgotamento para

90% das pessoas até o décimo sexto ano de contrato. Além disso, o concessionário deverá cumprir indicadores de desempenho de qualidade e eficiência na prestação dos serviços, além de reduzir as perdas de água para no máximo 25%. Antes da concessão, o índice de desperdício estava estimado em cerca de 60%. A CASAL seguirá desempenhando a captação e do tratamento da água da região.

Por fim, Demais Receitas Patrimoniais obteve leve crescimento, de 6,3%. Todas as outras apresentaram retração em comparação a 2019.

Tabela 12 - Execução da Receita Patrimonial (2019-2020) - R\$ Milhões

DISCRIMINAÇÃO	2019	2020	Δ % 2020/2019
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	7,4	5,8	-20,4%
Valores Mobiliários	135,0	82,7	-38,8%
<i>Remuneração Depósitos Bancários</i>	132,0	80,6	-38,9%
<i>Demais Valores Mobiliários</i>	3,0	2,1	-31,6%
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	-	613,9	-
Exploração de Recursos Naturais	0,7	0,6	-18,6%
Cessão de Direitos	18,0	10,8	-40,0%
Demais Receitas Patrimoniais	20,5	21,8	6,3%
RECEITA PATRIMONIAL LÍQUIDA	181,6	735,7	305,1%
Exceto Intra-Orçamentária			

Fonte: SIAFE/AL

IV. RECEITA DE SERVIÇOS

Esta receita refere-se à arrecadação a partir da prestação de serviços, como trânsito, transporte, comunicação etc. Em 2020 seu total foi de R\$ 186,4 milhões, 2,2% menor que o observado em 2019, devido à queda de Serviços Administrativos e Comerciais Gerais em -0,9% (-R\$ 1,48 milhões), Serviços e Atividade Referentes à Saúde em -9,8% (-R\$ 2,60 milhões) e Outros Serviços com retração de 23,4% (-R\$ 0,06 milhões). A queda nessas receitas pode ser diretamente relacionada aos efeitos da pandemia por Covid-19 durante o exercício de 2020. Ainda sim, em termos relativos, considera-se que houve um esforço na manutenção do comportamento durante o ano, com uma perda relativamente pequena devido às dimensões da pandemia.

Tabela 13 - Execução da Receita de Serviços (2019-2020) - R\$ Milhões

DISCRIMINAÇÃO	2019	2020	Δ % 2020/2019
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	163,9	162,4	-0,9%
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	26,4	23,8	-9,8%
Outros Serviços	0,2	0,2	-23,4%
RECEITA DE SERVIÇOS	190,5	186,4	-2,2%
Exceto Intra-Orçamentária			

Fonte: SIAFE/AL

V. TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

De acordo com o mencionado anteriormente, as Transferências Correntes representam um papel importância fundamental no resultado das receitas, representando 49,65% de toda a Receita Corrente. Para exemplificar esta dimensão, a referida rubrica representa 44,67% da Receita Total.

Visto isso, em 2020 seu total foi de R\$ 5.276,5 milhões, apresentando 15,1% de crescimento em relação a 2019. Tal crescimento foi possível devido sobretudo às transferências realizadas com o intuito de amenizar os impactos da COVID-19: Auxílio para enfrentamento ao COVID-19, conforme autorização disposta nos incisos I e II, Art 5º da Lei Complementar nº 173/2020; Auxílio para recomposição do Fundo de Participação dos Estados – FPE, Medida Provisória nº 938/2020 convertida na Lei nº 14.041/2020; e, Auxílio Financeiro Cultural, Lei nº 14.017/2020 – Lei Aldir Blanc. Tais contas representam 18,25% do total das transferências.

Vale mencionar que a linha que trata de recursos decorrentes da Lei Complementar nº 176/2020 no montante de R\$ 13,5 milhões registrados em 2020 é referente a nova lei que traz regras de compensação da antiga Lei Kandir aos estados, há previsão de que entre 2020 e 2037 o governo federal repassará R\$ 58 bilhões para compensação das perdas por desoneração de exportações.

Tabela 14 - Execução Transferências Correntes (2019-2020) - R\$ Milhões

DISCRIMINAÇÃO	2019	2020	Δ % 2020/2019
Transf. da União e de suas Entidades	5.412,1	6.065,4	12,1%
<i>FPE</i>	4.129,3	3.923,0	-5,0%
<i>Fundeb</i>	564,3	552,3	-2,1%
<i>SUS</i>	230,3	346,7	50,5%
<i>Complementação Fundeb</i>	160,5	155,4	-3,2%
<i>Convênios</i>	82,7	49,9	-39,7%
<i>CIDE</i>	11,4	9,6	-16,2%
<i>FNDE</i>	17,9	13,1	-26,6%
<i>Apoio Financeiro - Lei nº 14.041/2020</i>	-	337,4	-
<i>LC nº 173/2020 - Art. 5º, Inc I</i>	-	165,3	-
<i>LC nº 173/2020 - Art. 5º, Inc II</i>	-	412,4	-
<i>Auxílio Financeiro Cultural - Lei nº 14.017/2020</i>	-	34,4	-
<i>LC nº 176/2020</i>	-	13,5	-
<i>Demais Transferências</i>	215,8	52,6	-75,6%
<i>Cessão Onerosa</i>	191,2	-	-100,0%
<i>Outras Transferências</i>	24,6	52,6	113,7%
Transf. dos Estados e de suas Entidades	-	0,0	-
Transf. dos Municípios e de suas Entidades	0,0	0,6	7426,8%
Transf. das Instituições Privadas	2,6	1,3	-51,1%
Transf. Outras Instituições Públicas	-	-	-
(-) Dedução Formação Fundeb	826,2	786,0	-4,9%
(-) Dedução Transf aos Municípios	3,3	4,8	42,9%
TRANSF. CORRENTES LÍQUIDAS	4.585,2	5.276,5	15,1%
Exceto Intra-Orçamentária			

Fonte: SIAFE/AL

O FPE, uma das principais fontes de arrecadação do Estado, apresentou retração de 5,0% (-R\$ 206,3 milhões), assim como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB reduziu cerca de 2,1% (-R\$ 12,0 milhões) e a Complementação FUNDEB 3,2% (-R\$ 5,1 milhões), Convênios 39,7% (-R\$ 32,8 milhões) e as Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE 16,2% (-R\$1,8 milhões). Embora tenha ocorrido tais resultados, as Transferências da União e de suas Entidades obteve aumento de 12,1% devido justamente aos apoios mencionados no início desta seção.

Ademais, necessário mencionar acerca da redução comparativa registrada em Demais Transferências, devido sobretudo ao montante expressivo registrado em 2019 decorrente da redistribuição aos entes subnacionais dos recursos advindos do megaleilão dos volumes excedentes da Cessão Onerosa do petróleo, ocorrido 6 de novembro de 2019⁴. Ao excetuar tal receita específica, na verdade a rubrica das Demais Transferências apresenta crescimento em 2020 de 13,7% a mais que 2019 (+28 milhões).

VI. OUTRAS RECEITAS CORRENTES

O grupo de Outras Receitas Correntes realizou em 2020 o montante de R\$ 80 milhões, valor 5% superior aos R\$ 76,2 milhões obtidos em 2019. Importante ressaltar que Demais Receitas Correntes representa mais que metade do total deste grupo de receitas, com participação de aproximadamente 62,97%.

Tabela 15 - Execução de Outras Transferências Correntes (2019-2020) - R\$ Milhões

DISCRIMINAÇÃO	2019	2020	Δ % 2020/2019
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	17,7	13,1	-26,0%
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	10,0	16,5	65,5%
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,2	0,0	-96,4%
Demais Receitas Correntes	48,3	50,4	4,3%
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	76,2	80,0	5,0%
Exceto Intra-Orçamentária			

Fonte: SIAFE/AL

Com relação a 2019, Indenizações, Restituições e Ressarcimentos apresentaram crescimento de 65,5% e Demais Receitas Correntes com 4,3%. Por outro lado, Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público e Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais caíram 96,4% e 26% respectivamente.

3.2.2.2. RECEITA DE CAPITAL

A Receita de Capital em 2020 atingiu a marca de R\$ 483,3 milhões, superando 2019 em 57,1% (+R\$ 175,7 milhões). Tal crescimento só foi possível devido ao aumento de 68,8% (+R\$ 123,8 milhões) das receitas de Operações de Crédito, bem como do incremento de 42,4% (+R\$ 53,2 milhões) das Transferências de Capital. Embora as retrações nas receitas de Alienação de Bens e Amortização de Empréstimos em relação a 2019, em termos absolutos não houve efeitos significativos no resultado final.

Tabela 16 - Receita de Capital (2019-2020) - R\$ Milhões

DISCRIMINAÇÃO	2019	2020	Δ % 2020/2019
Operações de Crédito	180,0	303,8	68,8%
Alienação de Bens	0,9	0,5	-41,4%
Amortização de Empréstimos	1,2	0,2	-79,3%
Transferências de Capital	125,5	178,7	42,4%
Outras Receitas de Capital	-	-	-
TOTAL DA RECEITA DE CAPITAL	307,6	483,3	57,1%
Exceto Intra-Orçamentária			

Fonte: SIAFE/AL

3.2.3. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

No que diz respeito a Administração Pública, o controle das despesas deve proporcionar uma organização financeira, por conseguinte deve possibilitar o bom funcionamento da máquina pública no decorrer do exercício. Visto a importância das Receitas para uma gestão eficiente apresentada até aqui, nesta seção cabe a demonstração da alocação dos recursos nos gastos realizados em 2020, também comparativamente a 2019.

Tabela 17 - Execução da Despesa Estadual

DISCRIMINAÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL (a)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (b)	DESPESA EMPENHADA (c)	% REALIZADO (c) / (b)
Despesa Corrente	8.196,2	8.978,6	8.500,9	94,7%
Despesa de Capital	1.433,1	2.000,9	1.269,2	63,4%
Despesa Intra-Orçamentária	411,0	662,7	641,6	96,8%
<i>Corrente</i>	410,9	662,6	641,6	96,8%
<i>De Capital</i>	0,1	0,1	-	0,0%
Reserva de Contingência	43,6	24,4	-	-
TOTAL DA DESPESA	10.084,0	11.666,6	10.411,6	89,2%

Fonte: SIAFE/AL

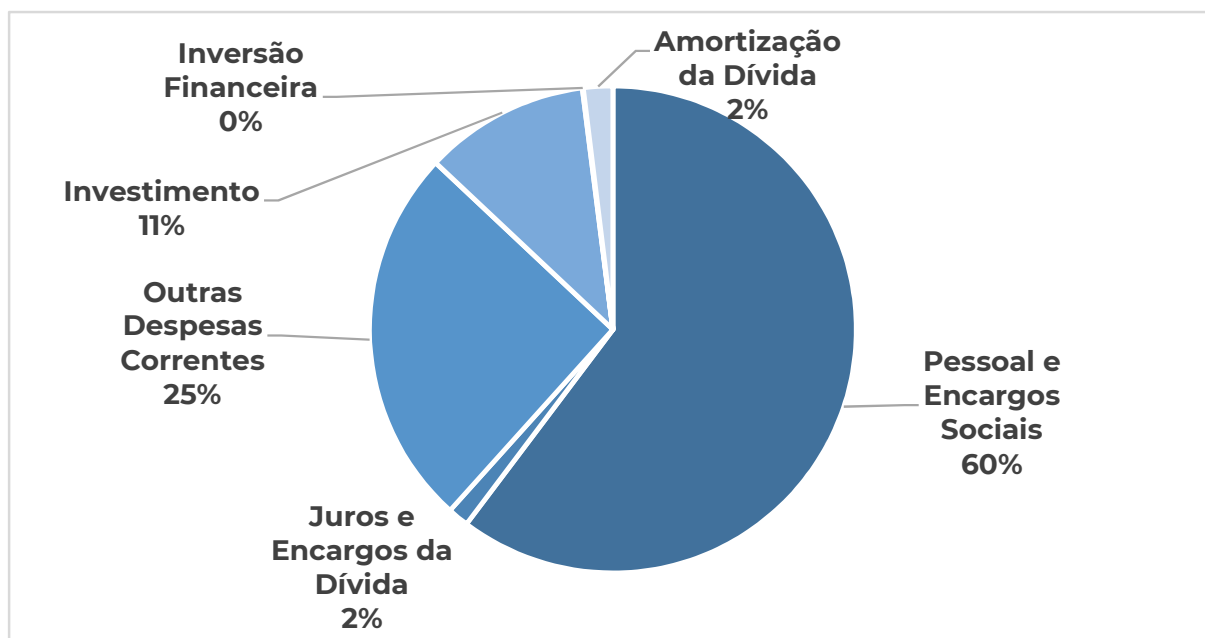
É possível observar que em 2020 a Dotação Inicial era de R\$ 10.084 milhões sendo está atualizada para R\$ 11.666 milhões. Com isso, de acordo com a Despesa Empenhada, houve uma realização de 89,2% do que estava programado inicialmente, uma vez que foi empenhado R\$ 10.411,6 milhões. Como a Receita Corrente, a Despesa Corrente também possui maior peso no total das despesas, sendo responsável por 81,65%, seguido pela Despesa de Capital com 12,19% e Des-

pesa Intra-Orçamentária com 6,16%.

Com relação ao percentual de realização, todas ficaram abaixo de 100% do Previsto. Despesa Corrente obteve realização de 94,7%, Despesa Intra com realização de 96,8% e Despesa de Capital com 63,4%, com menor nível de realização, impulsionando a realização da despesa a menor como um todo.

Realizando uma análise por dentro da despesa, desconsiderando as Despesas Intra-Orçamentárias, o grupo Pessoal e Encargos Sociais representa 60% do total das despesas, seguido por Outras Despesas Correntes com 25%, Investimentos com 11% e Juros e Encargos da Dívida bem como Amortização da Dívida com 2% para cada uma delas respectivamente.

Gráfico 2 - Participação na Execução da Despesa – R\$ Milhões



Fonte: SIAFE/AL. Elaboração Própria.

Ao realizar o comparativo destes números com 2019, o Total da Despesa cresceu 11,9% ao considerar a Despesa Intra e 11,6% com exceção da Intra-Orçamentária. A Despesa Corrente, que atingiu em 2020 o valor de R\$ 8.500,9 milhões, superou os gastos de 2019 em 11,2% ou R\$ 853,2 milhões, resultado este ocasionado pelo crescimento das despesas com Pessoal e Encargos Sociais, que variaram 13,6% bem como Outras Despesas Correntes com 17,8%. O grupo de Juros e Encargos Sociais, embora tenha apresentado retração de 62,6%, devido ao seu baixo valor relativamente aos demais, não impactou diretamente no resultado do grupo de despesa.

Tabela 18 - Comparativo da Execução da Despesa por Categoria e Grupo (2019-2020) - R\$ Milhões

DISCRIMINAÇÃO	DESPESA EMPE- NHADA 2019	DESPESA EMPE- NHADA 2020	Δ % 2020/2019
Despesa Corrente	7.647,7	8.500,9	11,2%
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	5.180,8	5.887,9	13,6%
<i>Juros e Encargos da Dívida</i>	365,4	136,6	-62,6%
<i>Outras Despesas Correntes</i>	2.101,5	2.476,4	17,8%
Despesa de Capital	1.107,3	1.269,2	14,6%
<i>Investimento</i>	866,1	1.071,9	23,8%
<i>Inversão Financeira</i>	5,2	8,0	53,8%
<i>Amortização da Dívida</i>	236,0	189,3	-19,8%
Despesa Intra-Orçamentária	552,8	641,6	16,1%
<i>Corrente</i>	508,9	641,6	26,1%
<i>De Capital</i>	43,9	-	-100,0%
TOTAL DA DESPESA	9.307,8	10.411,6	11,9%
TOTAL DA DESPESA (exceto intra-orça- mentária)	8.755,0	9.770,1	11,6%

Fonte: SIAFE/AL

Apesar do crescimento nas despesas com Pessoal e Encargos Sociais, o índice de despesa com pessoal que conta com limite apresentado na LRF, foi de 39,78% para o Poder Executivo, abaixo do limite estabelecido como apresentado no Capítulo 2. O resultado tem em vista que as variações desse resultado não são influenciadas apenas pelo aumento da despesa de pessoal, mas também pelo aumento ou redução da RCL e neste caso, o crescimento de 17,4% na RCL possibilitou a queda no indicador. A Gestão Estadual também tem trabalhado no sentido de adequar o seu índice dentro dos limites dispostos na LRF.

Já o que se refere a Despesa de Capital, esta apresentou crescimento de 14,6% (+R\$ 161,8 milhões) ocasionado sobretudo pelo aumento dos Investimentos que cresceram 23,8% (+R\$ 205,8 milhões) no período considerado e bateram recorde em 2020 com R\$ 1.071,9 milhões. Como visto no Capítulo 2, considerando o investimento em % da Receita Corrente Líquida, Alagoas foi o segundo estado que mais investiu no ano de 2020 (10,7% da RCL), atrás apenas do Ceará (11,3% da RCL), mesmo num dos piores períodos da economia brasileira pelo enfrentamento da pandemia por Covid-19. Tem-se ainda que do total de investimentos a maior parte advém de recursos de Esforço Próprio do estado de Alagoas. Houve ainda crescimento da Inversão Financeira em 53,8%. Por outro lado, a Amortização da Dívida passou de R\$ 236 milhões em 2019 para R\$ 189,3 milhões em 2020, uma queda de 19,8%. Pelo lado da Despesa Intra-Orçamentária, a Corrente cresceu 26,1% e a de Capital não apresentou empenho em 2020.

Ao realizar uma análise por Função, tem-se que 62,77% do total das despesas estão concentradas em Previdência Social (20,38%), Saúde (15,42%), Segurança

CAPÍTULO 03 · ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

Pública (13,85%) e Educação (13,12%). Todas as outras 24 funções respondem por 37,23% das despesas.

Tabela 19 - Comparativo da Execução da Despesa por Função (2019-2020)

R\$ Milhões

DISCRIMINAÇÃO	DESPESA EMPENHADA 2019	DESPESA EMPENHADA 2020	Δ % 2020/2019
01 - Legislativa	387,2	418,5	8,1%
02 - Judiciária	675,1	662,4	-1,9%
03 - Essencial à Justiça	233,6	238,8	2,2%
04 - Administração	495,9	619,9	25,0%
06 - Segurança Pública	1.307,3	1.442,1	10,3%
08 - Assistência Social	16,7	34,2	105,0%
09 - Previdência Social	1.564,5	2.122,0	35,6%
10 - Saúde	1.367,7	1.605,1	17,4%
11 - Trabalho	5,8	5,7	-1,9%
12 - Educação	1.383,9	1.365,6	-1,3%
13 - Cultura	20,8	50,8	144,6%
14 - Direitos da Cidadania	260,5	272,3	4,5%
15 - Urbanismo	18,1	50,9	181,9%
16 - Habitação	2,7	14,6	449,5%
17 - Saneamento	8,6	21,7	153,4%
18 - Gestão Ambiental	111,8	142,2	27,1%
19 - Ciências e Tecnologia	64,0	69,5	8,5%
20 - Agricultura	90,3	78,4	-13,2%
21 - Organização Agrária	1,5	1,4	-7,0%
22 - Indústria	6,2	5,9	-4,1%
23 - Comércio e Serviços	23,0	18,8	-18,1%
24 - Comunicações	7,3	68,5	842,8%
25 - Energia	0,0	-	-100,0%
26 - Transporte	526,1	624,9	18,8%
27 - Desporto e Lazer	17,5	16,5	-5,7%
28 - Encargos Especiais	711,8	460,8	-35,3%
TOTAL DA DESPESA	9.307,8	10.411,6	11,9%
TOTAL DA DESPESA (exceto intra-orçamentária)	8.755,0	9.770,1	11,6%

Fonte: SIAFE/AL

No comparativo com 2019, as que mais se destacaram foram Comunicações com crescimento de 842,8% (+R\$ 61,3 milhões), Habitação com aumento de

449,5% (+R\$11,9%), Urbanismo com variação de 181,9% (+R\$32,9 milhões), Saneamento com 153,4% (+R\$13,2 milhões), Cultura com incremento de 144,6% (+R\$ 30 milhões) e Assistência Social com elevação de 105,0% (+R\$17,5 milhões).

Do lado das Despesas que apresentaram retração, destacam-se Encargos Especiais com queda de 35,3% (-R\$ 251 milhões), Comércio e Serviços com redução de 18,1% (-R\$ 4,1 milhões) e Agricultura que variação negativa de 13,2% (-R\$ 11,9 milhões).

Ainda é possível realizar uma análise das Despesa por Poder, do qual o Poder Executivo possui maior representatividade, com 88,10% do total das despesas. Na sequência, tem-se o Tribunal de Justiça com 6,01%, Assembleia Legislativa com 2,83%, Ministério Público com 1,73% e Tribunal de Contas e Defensoria com 0,79% e 0,54%, respectivamente.

Tabela 20 - Execução da Despesa por Poder (2019-2020) - R\$ Milhões

DISCRIMINAÇÃO	DESPEZA EMPE- NHADA 2019	DESPEZA EMPE- NHADA 2020	Δ % 2020/2019
Demais Poderes e Órgãos	1.119,2	1.162,6	3,9%
Assembléia Legislativa	224,9	276,9	23,1%
Tribunal de Contas	79,0	77,2	-2,2%
Tribunal de Justiça	595,6	587,1	-1,4%
Ministério Público	165,2	168,6	2,0%
Defensoria Pública	54,5	52,8	-3,2%
Poder Executivo	7.635,8	8.607,5	12,7%
TOTAL DA DESPESA	8.755,0	9.770,1	11,6%
Exceto Intra-Orçamentária			

Fonte: SIAFE/AL

Comparativamente ao ano de 2019, o Poder Executivo apresentou crescimento de 12,7% (+R\$ 971,7 milhões), a Assembleia Legislativa cresceu 23,1% (+R\$ 52 milhões) e o Ministério Público com elevação de 2,0% (R\$ 3,4 milhões). Dentre as que apresentaram redução em relação a 2019, a Defensoria Pública retraiu 3,2% (-R\$ 1,7 milhões), Tribunal de Contas com queda de 2,2% (-R\$ 1,7 milhões) e Tribunal de Justiça com 1,4% (-R\$ 8,5 milhões).

A análise da despesa pela ótica das fontes de financiamento evidencia que os Recursos Ordinários, provenientes do Tesouro Estadual (0100), foram responsáveis por 64,78% do total empenhado em 2020. Em comparação com o ano de 2019, dentre as fontes que financiam as despesas do estado, as que merecem destaque são os Recursos Próprios – Previdência (0202) que cresceram 46,8% (+392,7 milhões), as Operações de Crédito Internas (0151) incremento de 71,8% (+111,3 milhões) e os Recursos advindos do SUS (0120) com aumento de 35,2% (+R\$ 84,6 milhões). As demais fontes representativas tratam-se das despesas que utilizaram grande parte das receitas de apoio financeiro em decorrência da COVID-19 e Cessão One-

rosa, Receitas Extraordinárias, conforme demonstrado na Tabela a seguir.

Tabela 21 - Execução da Despesa por Fonte de Recursos (2019-2020) - R\$ Milhões

DISCRIMINAÇÃO	DESPESA EMPE- NHADA 2019	DESPESA EMPE- NHADA 2020	Δ % 2020/2019
0100 Recursos Ordinários	6.117,8	6.329,5	3,5%
0103 CIDE	8,7	7,2	-17,2%
0105 Cessão Onerosa	-	189,1	-
0106 FEP	19,5	18,0	-7,5%
0107 Salário Educação - Estadual	17,8	9,9	-44,5%
0108 Salário Educação - Federal	-	-	-
0109 Royalties	12,5	9,2	-26,0%
0110 Convênios	254,8	191,8	-24,8%
0112 Taxa de Prevenção à Incêndio	1,7	2,2	23,7%
0113 Fundeb	657,6	634,9	-3,5%
0114 Recursos Hídricos	2,0	3,7	86,3%
0115 Fundo Proteção e Combate à Incêndio	0,4	1,1	177,4%
0116 FECOEP	138,4	92,8	-32,9%
0117 FEFAL	10,3	7,1	-31,7%
0120 SUS	240,2	324,9	35,2%
0121 Serviços Hospitalares - CBM	0,0	-	-100,0%
0122 Fundo Estadual de Defesa Civil	0,0	0,1	34,8%
0123 Transf. Obrigatórias da União	16,0	18,4	15,1%
0143 Doações de Entidades Internacionais	-	0,0	-
0148 Operações de Crédito Externas	3,1	-	-100,0%
0151 Operações de Crédito Internas	155,1	266,3	71,8%
0152 Proinvest	-	-	-
0158 Depósitos Judiciais	-	1,3	-
0175 Auxílio Financeiro Cultural	-	34,4	-
0202 Recursos Próprios - Previdência	838,2	1.230,9	46,8%
0230 Recurso Proveniente de Indenização	-	0,6	-
0291 Recursos da Adm. Indireta	260,8	255,7	-2,0%
0560 Transf União - Inc I art. 5º LC 173/2020	-	141,0	-
TOTAL DA DESPESA	8.755,0	9.770,1	11,6%
Exceto Intra-Orçamentária			

Fonte: SIAFE/AL

3.2.3.1. DESPESAS CORRENTES

No que tange as Despesas Correntes, essas alcançaram no exercício de 2020 o montante de R\$ 8.500,9 milhões, representando um crescimento de 11,2% em relação a 2019. A maior parte das Despesas Correntes é relativa a despesas com Pessoal e Encargos (69,3%). As despesas com Juros e Encargos da Dívida apresentaram retração de 62,6% em 2020 quando comparada ao exercício anterior, o que pode ser relacionado ao Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus estabelecido pela Lei Complementar nº 173/2020, que dentre suas medidas propôs a suspensão temporária de dívidas contratadas pelos entes, com amparo na Lei nº 9.496/1997 e Medida Provisória nº 2.192-70/2001.

Tabela 22 - Execução das Despesas Correntes (2019-2020) - R\$ Milhões

DISCRIMINAÇÃO	DESPESA EMPENHADA				Δ % 2020/2019
	2019	% PART.	2020	% PART.	
Pessoal e Encargos Sociais	5.180,8	67,7%	5.887,9	69,3%	13,6%
Juros e Encargos da Dívida	365,4	4,8%	136,6	1,6%	-62,6%
Outras Despesas Correntes	2.101,5	27,5%	2.476,4	29,1%	17,8%
Despesas Correntes	7.647,7	100,0%	8.500,9	100,0%	11,2%
Exceto Intra-Orçamentária					

Fonte: SIAFE/AL

Outras Despesas Correntes apresentaram variação positiva de 17,8% (+R\$ 374,9 milhões) e passaram a ter maior participação na execução das Despesas Correntes no ano de 2020 ante o ano de 2019. O referido grupo apresentou aumento significativo em decorrência da COVID-19, especialmente com crescimento de despesas destinadas à Saúde Pública, tal dado será melhor detalhado nas seções a seguir.

I. PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Como visto anteriormente, a maior parte das Despesas Correntes é relativa a despesas com Pessoal e Encargos. O valor total dessa despesa sofreu uma variação de 13,6% (+R\$ 707,1 milhões) quando comparada ao exercício de 2019. Deste grupo, tem-se o Pessoal Ativo (49,40%) e Pessoal Inativo e Pensionistas (39,99%), juntos representam 89,39% do total de despesas com Pessoal e Encargos Sociais, equivalente a R\$ 5.263,20 milhões. O maior percentual de aumento ao analisar a execução deste grupo equivale a Demais Despesas de Pessoal, sendo este de 241% (+R\$ 277,7 milhões). Já as despesas com Contratação por Tempo Determinado e Obrigações Patronais apresentaram queda de 2,3% e 9,4%, respectivamente.

Tabela 23 - Execução da Despesa com Pessoal e Encargos Sociais (2019-2020)

R\$ Milhões

DISCRIMINAÇÃO	DESPESA EMPE- NHADA 2019	DESPESA EMPE- NHADA 2020	Δ % 2020/2019
Pessoal Ativo	2.777,0	2.908,5	4,7%
Pessoal Inativo e Pensionista	2.067,3	2.354,7	13,9%
Contratação por Tempo Determinado	141,7	138,4	-2,3%
Obrigações Patronais	49,4	44,7	-9,4%
Indenizações e Sentenças Judiciárias	30,2	48,6	60,8%
Demais Despesas de Pessoal	115,2	392,9	241,0%
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL E EN- CARGOS SOCIAIS	5.180,8	5.887,9	13,6%
Exceto Intra-Orçamentária			

Fonte: SIAFE/AL

A maior variação da despesa com Pessoal Inativo e Pensionista em relação ao exercício de 2019 quando comparada a variação da despesa com Pessoal Ativo, mostra uma mudança na trajetória das despesas com pessoal. O crescimento impulsiona os gastos com Pessoal à medida que é necessário recompor o quadro de servidores, além da responsabilidade estadual de arcar com o déficit previdenciário, tendo em vista a insuficiência de recursos advindos de contribuições dos servidores e contribuição patronal para cobrir a despesa com Inativos.

Com relação ao aumento de 131,5 milhões nas despesas com Pessoal Ativo, essas incorporam incremento decorrente de novas contratações, a exemplo da conclusão da convocação do concurso para Auditores Fiscais de Auditores de Finanças da Sefaz/AL.

II. JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA

O Serviço da Dívida refere-se ao pagamento dos Juros e Encargos e Amortização da Dívida do qual o estado é devedor e é classificada na categoria de despesa corrente.

No ano de 2020 em comparação ao exercício de 2019 a Despesa com Juros e Encargos da Dívida de Alagoas apresentou uma redução de 62,6% (-R\$ 228,8 milhões). Esse comportamento pode ser relacionado aos efeitos do Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus, estabelecido pela Lei nº 173/2020, conforme já mencionado, que dentre suas medidas propôs a suspensão temporária de pagamentos de dívidas contratadas pelos entes, com amparo na Lei nº 9.496/1997 e Medida Provisória nº 2.192-70/2001.

Tabela 24: Execução do Serviço da Dívida (2019-2020) - R\$ Milhões

DISCRIMINAÇÃO	DESPESA EMPENHADA				Δ % 2020/2019
	2019	% PART.	2020	% PART.	
Juros e Encargos da Dívida	365,4	60,8%	136,6	41,9%	-62,6%
Amortização da Dívida	236,0	39,2%	189,3	58,1%	-19,8%
TOTAL DO SERVIÇO DA DÍVIDA	601,5	100,0%	325,9	100,0%	-45,8%

Exceto Intra-Orçamentária

Fonte: SIAFE/AL

Do mesmo modo, Amortização da Dívida também sofreu uma redução de 19,8%, ajudando a diminuir o valor total do Serviço da Dívida do estado de Alagoas, que foi de R\$ 352,9 milhões em 2020, valor 45,8% (-R\$ 275,6 milhões) inferior ao executado em 2019.

Necessário destacar também que os movimentos de alta do dólar durante o exercício de 2020 afetou o montante de juros das dívidas externas, ainda que em menor escala que a participação das dívidas internas.

III. OUTRAS DESPESAS CORRENTES

A execução com Outras Despesas Correntes apresentou um acréscimo de 17,8% em 2020 ante o exercício de 2019. A despesa empenhada total em 2020 foi de R\$ 2.476,4 milhões, do qual 47,63% correspondem a Serviços de Terceiros – Pessoa Física e Jurídica e 20,27% a Demais Despesas de Custeio. Essa última representa o agregado de elementos de Despesas tais como: passagens e despesas com locomoção, diárias, serviços de consultoria, outros serviços de terceiros, serviços de tecnologia, entre outros.

Os elementos de despesa com custeio que mais apresentaram crescimento em relação a 2019 foram Obrigações Tributárias e Contributivas com um aumento de 81,2% (+R\$ 71,7 milhões), Indenizações e Restituições com +63,6% (+R\$ 29,5 milhões) e Material de Consumo que apresentou aumento de 36,5% (+R\$ 54,5%). Por outro lado, as despesas com Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita e despesa com Contribuições sofreram redução de 34,8% e 16,3%, respectivamente.

Tabela 25 - Execução de Outras Despesas Correntes (2019-2020) - R\$ Milhões

DISCRIMINAÇÃO	DESPESA EMPENHADA 2019	DESPESA EMPENHADA 2020	Δ % 2020/2019
Custeio	2.101,5	2.476,4	17,8%
<i>Serviços de Terceiros - Pessoa Física e Jurídica</i>	1.008,6	1.179,4	16,9%
<i>Material de Consumo</i>	149,3	203,8	36,5%
<i>Contribuições</i>	248,1	207,6	-16,3%
<i>Indenizações e Restituições</i>	46,4	75,9	63,6%
<i>Obrigações Tributárias e Contributivas</i>	88,3	160,0	81,2%
<i>Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita</i>	75,8	49,4	-34,8%
<i>Locação de Mão de Obra</i>	94,8	98,3	3,7%
<i>Demais Despesas de Custeio</i>	390,2	502,0	28,7%
TOTAL DE OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.101,5	2.476,4	17,8%
Exceto Intra-Orçamentária			

Fonte: SIAFE/AL

Na discriminação de Serviços de Terceiros, que é o principal tipo de despesa dentro de outras despesas correntes, por Área de Governo observa-se que 84,10% do valor concentra-se nas funções: Saúde (55,7%), Direitos da Cidadania (10,2%), Segurança Pública (8,5%), Comunicações (5,2%) e Administração (4,5%), apresenta ligeira modificação em relação a composição desta despesa no exercício de 2019.

Tem-se ainda que as despesas que mais apresentaram crescimento em 2020 ante 2019 foram nas funções de Comunicação (4777,7%), Urbanismo (122,3%) e Saúde (47,3%). Notadamente o aumento das despesas com Saúde e Comunicação estão relacionadas a atuação do estado em enfrentamento a pandemia por Covid-19 que teve início em 2020. Em contrapartida, há despesas que diminuíram neste período, sendo as mais expressivas, como é o Educação (-62,2%), Cultura (-39,4%) e Administração (-37,4%), podendo estas também serem relacionadas ao período de isolamento social em decorrência da pandemia.

Tabela 26 - Serviços de Terceiros por Área de Governo (2019-2020) - R\$ Milhões

DISCRIMINAÇÃO	DESPESA EMPENHADA				Δ % 2020/2019
	2019	% PART.	2020	% PART.	
01 - Legislativa	17,7	1,8%	16,2	1,4%	-8,6%
02 - Judiciária	56,1	5,6%	44,8	3,8%	-20,3%
03 - Essencial à Justiça	10,7	1,1%	9,1	0,8%	-15,3%
04 - Administração	84,5	8,4%	52,9	4,5%	-37,4%
06 - Segurança Pública	95,0	9,4%	99,8	8,5%	5,1%
08 - Assistência Social	4,7	0,5%	5,1	0,4%	8,7%
09 - Previdência Social	7,5	0,7%	8,8	0,7%	17,5%
10 - Saúde	446,5	44,3%	657,5	55,7%	47,3%
11 - Trabalho	1,4	0,1%	1,1	0,1%	-25,0%
12 - Educação	107,5	10,7%	40,6	3,4%	-62,2%
13 - Cultura	8,3	0,8%	5,0	0,4%	-39,4%
14 - Direitos da Cidadania	109,0	10,8%	120,7	10,2%	10,7%
15 - Urbanismo	3,1	0,3%	6,9	0,6%	122,3%
16 - Habitação	-	0,0%	0,0	0,0%	-
18 - Gestão Ambiental	11,4	1,1%	14,9	1,3%	30,9%
19 - Ciência e Tecnologia	4,5	0,4%	3,0	0,3%	-31,9%
20 - Agricultura	8,6	0,8%	9,2	0,8%	6,9%
21 - Organização Agrária	0,6	0,1%	0,8	0,1%	17,1%
22 - Indústria	2,3	0,2%	2,2	0,2%	-2,9%
23 - Comércio e Serviços	11,5	1,1%	8,4	0,7%	-27,1%
24 - Comunicações	1,3	0,1%	61,4	5,2%	4777,7%
26 - Transporte	8,7	0,9%	6,1	0,5%	-29,5%
27 - Desporto e Lazer	7,8	0,8%	5,2	0,4%	-33,3%
SERVIÇOS DE TERCEIROS POR ÁREA DE GOVERNO	1.008,6	100,0%	1.179,4	100,0%	16,9%
Exceto Intra-Orçamentária					

Fonte: SIAFE/AL

No que tange a execução da despesa com Material de Consumo destaca-se que a despesa com Medicamentos representou 26,82% do valor total, seguida de Material Hospitalar que representou 21,61% do valor total e 16,03% com Combustíveis. Desta forma, há reconhecimento de uma mudança na composição do gasto, reforçada por elementos ligados à área da saúde, uma das mais tocadas pelo momento atual de pandemia.

Tal fato também pode ser observado quando comparada a despesa ao ano de 2019. Nesse tocante, as que mais apresentaram variação positiva foram as despesas com Material Laboratorial que aumentaram em 150,4% (+R\$ 6,8 milhões), Material Hospitalar com incremento de 96% (R\$ 21,6 milhões) e despesa com Medicamentos que tiveram um acréscimo de 70,7% (+R\$ 22,7 milhões).

Tabela 27 - Execução da Despesa com Material de Consumo (2019-2020)

R\$ Milhões

DISCRIMINAÇÃO	DESPESA EMPE- NHADA 2019	DESPESA EMPE- NHADA 2020	Δ % 2020/2019
Combustíveis	36,0	32,7	-9,2%
Gêneros Alimentícios	23,7	29,8	25,7%
Material Educativo e Esportivo	0,1	0,0	-74,5%
Material Hospitalar	22,5	44,1	96,0%
Material Laboratorial	4,5	11,3	150,4%
Material para Manutenção de Veículos	3,0	2,9	-4,4%
Medicamentos	32,0	54,7	70,7%
Demais Materiais	27,5	28,4	3,3%
TOTAL DA DESPESA COM MATERIAL DE CONSUMO	149,3	203,8	36,5%
Exceto Intra-Orçamentária			

Fonte: SIAFE/AL

3.2.3.2. DESPESA DE CAPITAL

A Despesa de Capital apresentou aumento de 14,6% com relação ao exercício de 2019, resultado ocasionado notadamente pelo aumento com despesas de Investimento (+23,8%) e Inversões Financeiras (+53,8%).

Tabela 28 – Despesas de Capital (2019-2020) - R\$ Milhões

	DESPESA EMPENHADA				Δ % 2020/2019
	2019	% PART.	2020	% PART.	
Amortização da Dívida	236	0,2%	189,3	0,1%	-19,8%
Investimentos	866,1	78,2%	1.071,9	84,5%	23,8%
Inversões Financeiras	5,2	0,5%	8,0	0,6%	53,8%
TOTAL DO SERVIÇO DA DÍVIDA	1.107,3	1,0%	1.269,2	1,0%	14,6%

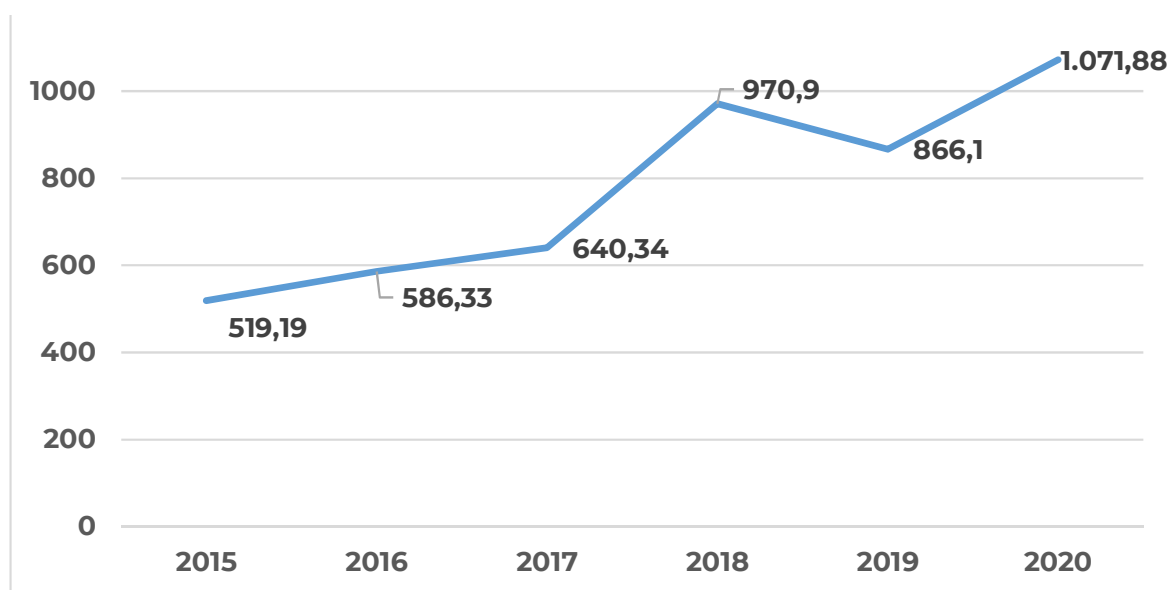
Exceto intra-orçamentária

Fonte: SIAFE/AL

I) Investimentos

A consolidação dos resultados fiscais do Estado de Alagoas, dado através do ajuste das contas internas atinge diretamente a capacidade de investimento. Os Investimentos passaram de um patamar de R\$ 866,1 milhões em 2019 para R\$ 1.071,9 milhões em 2020, um número bastante expressivo e que dá continuidade ao crescimento dos investimentos em Alagoas, um dos propósitos da gestão iniciada em 2015.

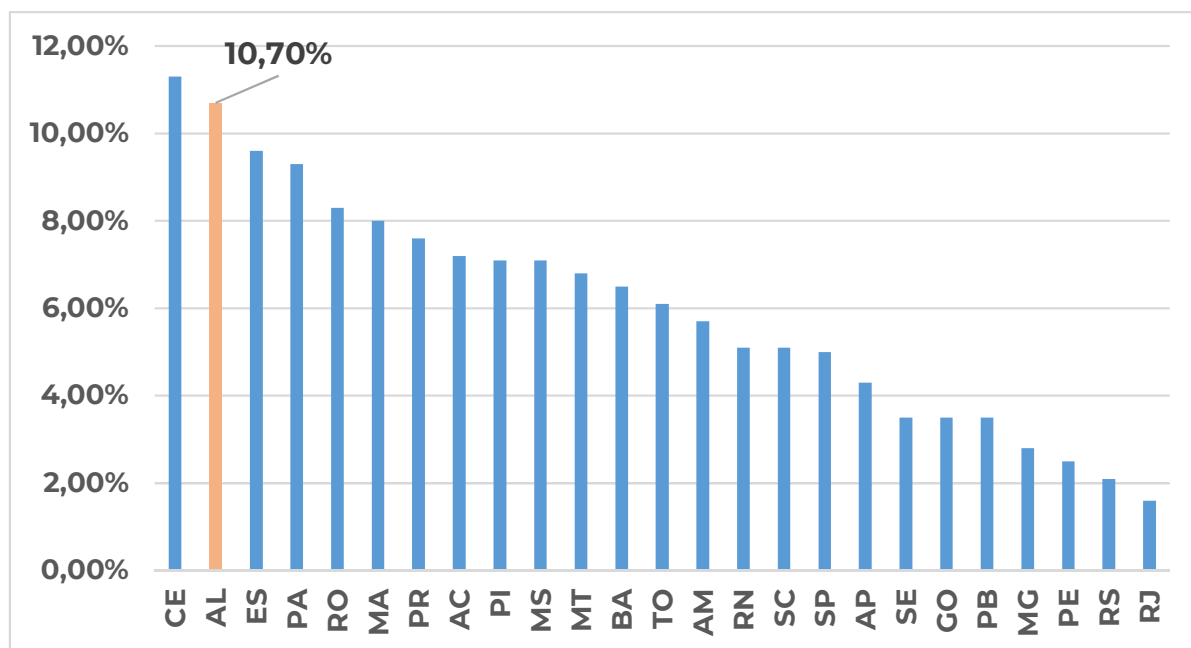
Gráfico 3 – Investimentos Alagoas (2015-2019) - R\$ Milhões



Fonte: Anexo I RREO 6º Bim, 2015-2020. Elaboração Própria.

Alagoas foi o segundo estado que mais investiu no ano de 2020, um percentual de 10,7% da sua RCL, mesmo num dos piores períodos da economia brasileira em decorrência da pandemia por Covid-19. Tem-se ainda que do total de investimentos, cerca de 58% são relativos a recursos advindos de Esforço Próprio do estado de Alagoas.

Gráfico 4: Investimentos/RCL - Estados (%)



Fonte: Anexos I RREO 6º Bim, 2020. Elaboração Própria.

Dentre os gastos realizados com investimentos no ano de 2020, tem-se que 79,2% se referem a Obras e Instalações, atingindo um montante de R\$ 848,7 milhões. Esse componente apresenta um aumento de 29,6% em relação ao ano de 2019. Aqui destacam-se os projetos sobretudo de infraestrutura e mobilidade urbana que tem sido entregues a população. Outros projetos estão sendo desenvolvidos na área, como é o caso da execução das obras do projeto de desenvolvimento urbano e turístico a partir da operação de crédito com o Banco de Desenvolvimento da América Latina – CAF e outros realizados com recursos próprios, ampliando os efeitos multiplicadores na economia do estado de Alagoas.

Tabela 29 - Composição dos Investimentos do Estado (2019-2020) - R\$ Milhões

DISCRIMINAÇÃO	DESPESA EMPENHADA				Δ % 2020/2019
	2019	% PART.	2020	% PART.	
Indenizações e Restituições	40,0	4,6%	23,7	2,2%	-40,9%
Contribuições	15,9	1,8%	31,4	2,9%	97,6%
Auxílios	5,7	0,7%	8,4	0,8%	46,7%
Serviços de Consultoria	0,0	0,0%	-	0,0%	-100,0%
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	11,4	1,3%	5,3	0,5%	-54,0%
Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	2,4	0,3%	2,7	0,2%	10,7%
Obras e Instalações	655,0	75,6%	848,7	79,2%	29,6%
Equipamentos e Material Permanente	95,2	11,0%	103,1	9,6%	8,3%
Aquisição de Imóveis	20,6	2,4%	31,9	3,0%	54,8%
Despesas de Exercícios Anteriores	15,9	1,8%	4,3	0,4%	-73,1%
Sentenças Judiciais	3,9	0,5%	7,5	0,7%	91,1%
Rateio pela Participação em Consórcios Públicos	-	0,0%	5,1	0,5%	-
Demais Investimentos	0,0	0,0%	0,0	0,0%	-84,1%
INVESTIMENTOS DO ESTADO	866,1	100,0%	1.071,9	100,0%	23,8%

Exceto Intra-Orçamentária

Fonte: SIAFE/AL

No que tange a execução dos investimentos por Secretaria, a análise dos dados indica que a Secretaria de Transportes e Desenvolvimento Urbano – SETRAND responde por mais da metade (55,6%) do total de investimentos, incrementando o valor da despesa empenhada em Investimentos em 19,2% (+R\$ 96 milhões) em 2020 quando comparado ao exercício de 2019. Destaca-se ainda o Investimento pela Secretaria de Estado da Educação, que apresentou crescimento de 200,6% no período analisado.

Tabela 30 - Investimentos por Secretaria (2019-2020) - R\$ Milhões

DISCRIMINAÇÃO	DESPESA EMPENHADA				Δ % 2020/2019
	2019	% PART.	2020	% PART.	
Secretaria de Estado de Transporte e Desenvolvimento Urbano	499,9	57,7%	595,9	55,6%	19,2%
Secretaria de Estado da Infraestrutura	101,2	11,7%	169,9	15,8%	67,9%
Secretaria de Estado da Segurança Pública	19,3	2,2%	29,4	2,7%	52,6%
Secretaria de Estado da Educação	33,6	3,9%	101,1	9,4%	200,6%
Secretaria de Estado da Saúde	46,9	5,4%	23,7	2,2%	-49,6%
Demais Secretarias	165,2	19,1%	152,0	14,2%	-8,0%
INVESTIMENTOS POR SECRETARIA	866,1	100,0%	1.071,9	100,0%	23,8%

Exceto Intra-Orçamentária

Fonte: SIAFE/AL

Os resultados demonstram o aumento do esforço estadual em realizar investimentos públicos especialmente com recursos próprios, reduzindo a dependência das operações de crédito e convênios, além de zelar pela aplicação eficiente de recursos em prol do crescimento e desenvolvimento do estado de Alagoas.



Os profissionais da saúde foram indispensáveis no combate ao novo coronavírus, sendo grandes exemplos de amor ao dom e ofício de cuidar do próximo



CAPÍTULO 4

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



VOL. 1

Nesta seção são expressas as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) do Governo do Estado de Alagoas do exercício de 2020. As tabelas aqui apresentadas têm como base os dados extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira e Contábil do Estado (SIAFE/AL) e possuem valores em milhares de reais (R\$ mil), conforme título.

BALANÇO PATRIMONIAL

De acordo com a NBC TSP 11, o Balanço Patrimonial evidencia a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público e está estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido.

Nesse tocante, um ativo pode ser considerado um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que fluam futuros benefícios econômicos para a entidade. Já um passivo é uma obrigação presente, derivada de eventos passados, cuja liquidação se espera que resulte na saída de recursos da entidade, sendo estes capazes de gerar benefícios econômicos. Patrimônio Líquido é o interesse residual nos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos.

Segundo a IPSAS 1, o Balanço Patrimonial deve apresentar ativos e passivos segregados em circulantes e não circulantes, como grupos de contas separados, considerando os valores a serem realizados ou liquidados (pagos).

- a) **Circulante** – Até 12 meses após a data-base das demonstrações contábeis.
- b) **Não Circulante** – Mais do que 12 meses após a data-base das demonstrações contábeis.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário, por sua vez, permite comparar os valores de receitas e despesas previstos com os valores realizados decorrentes da execução do orçamento, do confronto entre as receitas arrecadadas e as despesas empenhadas, decorre o resultado orçamentário. Esta demonstração contábil permite analisar, assim, a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte, possibilitando assim, a apuração do resultado financeiro do exercício.

 **DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS**

A Demonstração das Variações Patrimoniais permite consultar as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, bem como o resultado patrimonial do exercício. As variações do patrimônio podem ser qualitativas ou quantitativas. As variações qualitativas são decorrentes de transações no setor público que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido. As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido. O confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas permite apurar o resultado patrimonial do período.

 **DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

A Demonstração dos Fluxos de Caixa permite consultar as entradas e saídas de caixa, acompanhando os fluxos operacional, de investimento e de financiamento. Tal demonstração possibilita ainda a projeção de cenários de fluxos futuros de caixa e análises sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do financiamento dos serviços públicos. A Demonstração dos Fluxos de Caixa deve ser elaborada pelo método direto (recomendado pelo MCASP) ou indireto e deve evidenciar as movimentações havidas no caixa e seus equivalentes. Sobre os fluxos de caixa:

1. O fluxo de caixa das operações compreende os ingressos, inclusive decorrentes de receitas originárias e derivadas, e os desembolsos relacionados com a ação pública e os demais fluxos que não se qualificam como de investimento ou financiamento.
2. O fluxo de caixa dos investimentos inclui os recursos relacionados à aquisição e à alienação de ativo não circulante, bem como recebimentos em dinheiro por liquidação de adiantamentos ou amortização de empréstimos concedidos e outras operações da mesma natureza.
3. O fluxo de caixa dos financiamentos inclui recursos relacionados à captação e à amortização de empréstimos e financiamentos.

 **DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido permite consultar a evolução do patrimônio líquido da entidade e evidencia a movimentação ocorrida em cada componente do Patrimônio Líquido, com a divulgação, em separado, dos efeitos das alterações nas políticas contábeis e da correção de erros. A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido deve ser elaborada apenas pelas empresas estatais dependentes e pelos entes que as incorporam no processo de consolidação das contas.

Balanço Patrimonial (BP)

Anexo 14 | Lei Federal nº 4.320/64

31 de dezembro de 2020 e de 2019

Balanço Patrimonial (Consolidado Geral)

BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO (R\$ MIL)			
ATIVO	NE	2020	2019
Ativo Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	7	3.907.976	2.506.118
Créditos a Curto Prazo	8	598.632	856.038
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		0	0
Estoques	9	268.552	247.184
VPD Pagas Antecipadamente	10	2.929	2.165
Total do Ativo Circulante		4.778.088	3.611.504
Ativo Não Circulante			
Realizável a Longo Prazo		670.175	659.273
Créditos a Longo Prazo	11	586.487	575.585
Investimentos Temporários a Longo Prazo	12	83.688	83.688
Estoques		-	-
VPD Pagas Antecipadamente		-	-
Investimentos	13	122.048	102.006
Imobilizado	14	6.136.330	5.283.530
Intangível	15	74.445	74.023
Diferido		-	-
Total do Ativo Não Circulante		7.002.999	6.118.832
TOTAL DO ATIVO		11.781.087	9.730.336

Fonte: SIAFE/AL

CAPÍTULO 04 · DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Continuação

BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (R\$ MIL)			
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NE	2020	2019
Passivo Circulante			
Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	16	152.618	297.229
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	17	286.415	353.499
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	18	182.825	236.045
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	19	25.537	46.205
Provisões a Curto Prazo		-	-
Demais Obrigações a Curto Prazo	20	396.332	500.671
Total do Passivo Circulante		1.043.729	1.433.649
Passivo Não Circulante			
Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	21	104.929	106.649
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	22	10.276.211	9.421.760
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	23	103.289	103.289
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	24	1.034	1.053
Provisões a Longo Prazo	25	792.453	413.219
Demais Obrigações a Longo Prazo	26	64.889	64.889
Resultado Diferido		-	-
Total do Passivo Não Circulante		11.342.805	10.110.859
Patrimônio Líquido			
Patrimônio Social e Capital Social		(2.257.151)	(2.257.151)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		-	-
Reservas de Capital		16.929	16.929
Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	-
Reservas de Lucros		-	-
Demais Reservas		(48.157)	(48.157)
Resultados Acumulados		1.682.932	474.207
(-) Ações/Cotas em Tesouraria		-	-
Total do Patrimônio Líquido		(605.447)	(1.814.173)
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		11.781.087	9.730.336

Fonte: SIAFE/AL

CAPÍTULO 04 · DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2020 e de 2019

Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES (R\$ MIL)			
ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES	NE	2020	2019
Ativo (I)			
Ativo Financeiro		4.325.771	3.038.689
Ativo Permanente		7.455.316	6.691.647
Total do Ativo		11.781.087	9.730.336
Passivo (II)			
Passivo Financeiro	27	981.073	1.062.358
Passivo Permanente		11.786.279	10.709.758
Total do Passivo		12.767.353	11.772.116
Saldo Patrimonial (III) = (I - II)		(986.265)	(2.041.780)

Fonte: SIAFE/AL

31 de dezembro de 2020 e de 2019

Quadro das Contas de Compensação

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO (R\$ MIL)			
CONTAS DE COMPENSAÇÃO	NE	2020	2019
Atos Potenciais Ativos			
Garantias e Contragarantias Recebidas		-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres		5.391.364	5.340.482
Direitos Contratuais		-	-
Outros Atos Potenciais Ativos		-	-
Total dos Atos Potenciais Ativos		5.391.364	5.340.482
Atos Potenciais Passivos			
Garantias e Contragarantias Concedidas		220.693	250.742
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres		307.599	209.349
Obrigações Contratuais	28	3.684.923	3.186.356
Outros Atos Potenciais Passivos		247.012	247.012
Total dos Atos Potenciais Passivos		4.460.226	3.893.459

Fonte: SIAFE/AL

31 de dezembro de **2020** e de **2019**

Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO (R\$ MIL)		
FONTES DE RECURSOS	2020	2019
Ordinária	2.242.981	829.337
Recursos Ordinários	2.242.981	829.337
Vinculada	1.101.717	1.146.994
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	271	296
Cota-Parte do Salário Educação - Estadual	7.763	4.214
Cota-Parte do Salário Educação - Federal	27.080	26.956
Convênios	357.626	365.660
FUNDEB	59.624	57.900
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	80.147	129.862
Recursos Previdenciários	569.205	562.106
Total das Fontes de Recursos	3.344.698	1.976.331

Fonte: SIAFE/AL

Balanço Orçamentário (BO)

Anexo 12 | Lei Federal nº 4.320/64

De Janeiro a Dezembro de 2020

Balanço Orçamentário (Consolidado Geral)

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS (R\$ MIL)					
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	SALDO (d) = (c-b)
Receitas Correntes (I)		9.100.771	9.523.865	10.628.956	1.105.092
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		3.702.578	3.802.281	3.826.836	24.555
Contribuições		308.569	440.219	523.529	83.310
Receita Patrimonial		175.994	172.004	735.654	563.651
Receita Agropecuária		-	-	-	-
Receita Industrial		-	-	-	-
Receita de Serviços		195.318	195.642	186.415	(9.227)
Transferências Correntes		4.637.820	4.828.128	5.276.497	448.369
Outras Receitas Correntes		80.491	85.591	80.025	(5.566)
Receitas de Capital (II)		575.521	481.961	483.323	1.363
Operações de Crédito		400.000	299.830	303.826	3.997
Alienação de Bens		321	321	503	182
Amortizações de Empréstimos		839	839	248	(591)
Transferências de Capital		174.362	180.971	178.746	(2.225)
Outras Receitas de Capital		-	-	-	-
Receitas Intraorçamentárias (III)		407.685	508.330	699.522	191.192
Receitas Intraorçamentárias Correntes		407.685	508.330	699.522	191.192
Receitas Intraorçamentárias de Capital		-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I + II + III)		10.083.977	10.514.155	11.811.802	1.297.646
Operações de Crédito/Refinanciamento (V)		-	-	-	-
Operações de Crédito Internas		-	-	-	-
Mobiliária		-	-	-	-
Contratual		-	-	-	-
Operações de Crédito Externas		-	-	-	-
Mobiliária		-	-	-	-
Contratual		-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (IV + V)		10.083.977	10.514.155	11.811.802	1.297.646
Déficit (VII)		-	-	-	-
TOTAL (VIII) = (VI + VII)	29	10.083.977	10.514.155	11.811.802	1.297.646
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		-	884.835	884.835	-
Superávit Financeiro		-	884.835	884.835	-
Reabertura de Créditos Adicionais		-	-	-	-

Fonte: SIAFE/AL

CAPÍTULO 04 · DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Continuação

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS (R\$ MIL)							
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j) = (f-g)
Despesas Correntes (IX)		8.196.167	8.978.613	8.500.904	8.367.756	8.154.630	477.709
Pessoal e Encargos Sociais		5.506.420	5.953.886	5.887.866	5.847.076	5.716.620	66.020
Juros e Encargos da Dívida		376.156	164.840	136.645	136.645	136.645	28.195
Outras Despesas Correntes		2.313.592	2.859.887	2.476.393	2.384.034	2.301.364	383.495
Despesas de Capital (X)		1.433.124	2.000.854	1.269.152	1.009.146	911.317	731.702
Investimentos		1.169.274	1.777.922	1.071.877	811.871	714.043	706.045
Inversões Financeiras		1.565	9.550	8.000	8.000	8.000	1.550
Amortização da Dívida		262.286	213.382	189.275	189.275	189.275	24.108
Despesas Intraorçamentárias (XI)		411.048	662.723	641.570	639.419	628.114	21.153
Despesas Intraorçamentárias Correntes		410.948	662.623	641.570	639.419	628.114	21.053
Despesas Intraorçamentárias de Capital		100	100	-	-	-	100
Reserva de Contingência (XII)		43.638	24.389	-	-	-	24.389
Reserva do RPPS (XIII)		-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XIV) = (IX + X + XI + XII + XIII)		10.083.977	11.666.579	10.411.626	10.016.321	9.694.062	1.254.954
Amortização da Dívida/Refinanciamento (XV)		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna		-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária		-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa		-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária		-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas		-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XVI) = (XIV + XV)		10.083.977	11.666.579	10.411.626	10.016.321	9.694.062	1.254.954
Superávit (XVII)		-	-	1.400.176	-	-	-
TOTAL (XVIII) = (XVI + XVII)	29	10.083.977	11.666.579	11.811.802	10.016.321	9.694.062	1.254.954

Fonte: SIAFE/AL

CAPÍTULO 04 · DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

De janeiro a dezembro de 2020

Execução de Restos a Pagar Não Processados

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (R\$ MIL)						
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	Inscritos		Liquidados (c)	Pagos (d)	Cancelados (e)	Saldo (f) = (a+b-d-e)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2018 (b)				
Despesas Correntes	101	90.577	75.469	74.308	15.130	1.239
Pessoal e Encargos Sociais	-	75	24	24	51	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	101	90.502	75.445	74.284	15.079	1.239
Despesas de Capital		141.746	107.272	106.851	34.401	494
Investimentos	-	141.738	107.272	106.851	34.401	486
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	7	-	-	-	7
TOTAL	101	232.322	182.741	181.159	49.531	1.733

Fonte: SIAFE/AL

De janeiro a dezembro de 2020

Execução de Restos a Pagar Processados

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS (R\$ MIL)					
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo (e) = (a+b-c-d)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2018 (b)			
Despesas Correntes	32.618	437.360	437.855	3.604	28.519
Pessoal e Encargos Sociais	18.947	396.779	398.263	392	17.071
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	13.671	40.581	39.592	3.212	11.448
Despesas de Capital	2.209	122.213	121.530	712	2.180
Investimentos	2.209	88.268	87.585	712	2.180
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	33.945	33.945	-	-
TOTAL	34.827	559.573	559.385	4.316	30.699

Fonte: SIAFE/AL

Balanco Financeiro (BF)

Anexo 13 | Lei Federal nº 4.320/64

De Janeiro a Dezembro de 2020 e de 2019

Balanco Financeiro (Consolidado Geral)

INGRESSOS (R\$ MIL)			
	NE	2020	2019
Receita Orçamentária (I)		11.809.371	9.874.820
Ordinária		9.394.297	7.621.273
Vinculada			
Recursos Vinculados à Educação		2.415.074	2.253.546
Recursos Vinculados à Saúde		13.265	18.789
Recursos Vinculados à Previdência Social - RPPS	30	273.647	237.762
Recursos Vinculados à Seguridade Social		1.236.860	1.033.428
Outras Destinações de Recursos		-	-
FUNDEB		891.303	963.567
Convênios		708.125	726.978
Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE		176.003	228.022
Transferências Financeiras Recebidas (II)		12.871.913	11.963.464
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		11.456.140	10.371.393
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		1.415.773	1.592.071
Recebimentos Extraorçamentários (III)		5.730.656	6.164.499
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		395.305	232.322
Inscrição de Restos a Pagar Processados		322.259	559.573
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		4.987.379	5.372.461
Outros Recebimentos Extraorçamentários		25.713	143
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)	31	2.419.469	2.029.357
Caixa e Equivalentes de Caixa		2.419.469	2.029.357
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)		32.831.410	30.032.140

Fonte: SIAFE/AL

CAPÍTULO 04 · DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Continuação

DESEMBOLSOS (R\$ MIL)			
	NE	2020	2019
Despesa Orçamentária (VI)		10.411.626	9.307.830
Ordinária		7.935.722	7.223.039
Vinculada		2.475.904	2.084.791
Recursos Vinculados à Educação		9.897	17.843
Recursos Vinculados à Saúde		325.710	240.227
Recursos Vinculados à Previdência Social - RPPS		1.230.904	838.214
Recursos Vinculados à Seguridade Social		-	-
Outras Destinações de Recursos		909.394	988.506
FUNDEB		710.206	724.285
Convênios		191.988	255.520
Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE		7.200	8.701
Transferências Financeiras Concedidas (VII)		12.938.154	12.086.906
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		11.456.140	10.371.393
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		1.482.014	1.715.512
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		5.682.377	6.217.935
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		181.159	77.813
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		559.385	566.920
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		4.876.504	5.573.202
Outros Pagamentos Extraorçamentários		65.329	-
Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)	31	3.799.253	2.419.469
Caixa e Equivalentes de Caixa		3.799.253	2.419.469
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)		32.831.410	30.032.140

Fonte: SIAFE/AL

Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)

Anexo 15 | Lei Federal nº 4.320/64

De Janeiro a Dezembro de 2020 e de 2019

DVP – Sintético

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (R\$ MIL)			
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	NE	2020	2019
Variações Patrimoniais Aumentativas			
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		5.636.234	5.405.268
Contribuições		1.092.738	738.094
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		844.049	288.827
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	32	799.148	1.143.120
Transferências e Delegações Recebidas		19.492.607	17.800.267
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos		5.290	4.860
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	33	14.255.037	50.459.943
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)		42.125.103	75.840.379
Variações Patrimoniais Diminutivas			
Pessoal e Encargos		4.030.476	3.516.106
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		2.604.590	2.179.021
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		1.662.327	1.422.017
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	34	1.156.037	962.711
Transferências e Delegações Concedidas		16.237.111	15.342.033
Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos	32	287.455	759.254
Tributárias		162.070	87.999
Custo das Mercadorias e Produtos Vendidos, e dos Serviços Prestados		-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	33	14.674.189	50.526.596
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)		40.814.255	74.795.739
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I - II)	35	1.310.848	1.044.640

Fonte: SIAFE/AL

CAPÍTULO 04 · DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

De Janeiro a Dezembro de 2020 e de 2019
DVP – Analítico

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (R\$ MIL)			
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	NE	2020	2019
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		5.636.234	5.405.268
Impostos		5.554.800	5.326.142
Taxas		81.407	79.126
Contribuições de Melhoria		26	0
Contribuições		1.092.738	738.094
Contribuições Sociais		1.092.738	738.094
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico		-	-
Contribuição de Iluminação Pública		-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais		-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		844.049	288.827
Vendas de Mercadorias		-	-
Vendas de Produtos		-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		844.049	288.827
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		799.148	1.143.120
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	-
Juros e Encargos de Mora	32	364.341	672.027
Variações Monetárias e Cambiais		354.185	339.098
Descontos Financeiros Obtidos		-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		80.622	131.996
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas - Financeiras		-	-
Transferências e Delegações Recebidas		19.492.607	17.800.267
Transferências Intragovernamentais		13.218.622	12.233.615
Transferências Intergovernamentais		6.272.435	5.565.558
Transferências das Instituições Privadas		1.153	1.069
Transferências das Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências de Consórcios Públicos		-	-
Transferências do Exterior		-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes		-	-
Transferências de Pessoas Físicas		-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas		397	25
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos		5.290	4.860
Reavaliação de Ativos		-	-
Ganhos com Alienação		-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos		381	50
Desincorporação de Passivos		4.909	4.810
Reversão de Redução ao Valor Recuperável		-	-

CAPÍTULO 04 · DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		14.255.037	50.459.943
VPA a Classificar		(1.926)	271
Resultado Positivo de Participações		2.052	7.170
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	33	14.176.117	50.376.497
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		78.793	76.004
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)		42.125.103	75.840.379

Fonte: SIAFE/AL

Continuação

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (R\$ MIL)			
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	NE	2020	2019
Pessoal e Encargos		4.030.476	3.516.106
Remuneração a Pessoal		3.318.189	2.980.182
Encargos Patronais		623.486	472.684
Benefícios a Pessoal		88.802	63.241
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		2.604.590	2.179.021
Aposentadorias e Reformas		2.079.595	1.746.850
Pensões		470.734	392.098
Benefícios de Prestação Continuada		-	-
Benefícios Eventuais		-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda		-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		54.261	40.073
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		1.662.327	1.422.017
Uso de Material de Consumo		244.398	227.328
Serviços		1.406.128	1.178.669
Depreciação, Amortização e Exaustão		11.801	16.020
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		1.156.037	962.711
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos		136.645	365.431
Juros e Encargos de Mora		-	-
Variações Monetárias e Cambiais	34	1.019.390	597.278
Descontos Financeiros Concedidos		2	3
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Financeiras		-	-
Transferências e Delegações Concedidas		16.237.111	15.342.033
Transferências Intragovernamentais		13.218.622	12.233.615
Transferências Intergovernamentais		2.968.048	3.038.774
Transferências a Instituições Privadas		50.430	69.645
Transferências a Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências a Consórcios Públicos		-	-
Transferências ao Exterior		-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes		-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas		11	-
Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos		287.455	759.254
Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas	32	220.400	581.634
Perdas com Alienação		-	81
Perdas Involuntárias		13	52
Incorporação de Passivos		788	119
Desincorporação de Ativos		66.254	177.369
Tributárias		162.070	87.999

CAPÍTULO 04 · DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		2.623	1.216
Contribuições		159.447	86.784
Custo das Mercadorias e Produtos Vendidos, e dos Serviços Prestados		-	-
Custo das Mercadorias Vendidas		-	-
Custo dos Produtos Vendidos		-	-
Custo dos Serviços Prestados		-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		14.674.189	50.526.596
Premiações		37.214	3.223
Resultado Negativo de Participações		5.865	3.847
Incentivos		14.150	14.583
Subvenções Econômicas		1.596	-
Participações e Contribuições	33	14.552.446	50.474.589
Constituição de Provisões		-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		62.917	30.355
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)		40.814.255	74.795.739
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I - II)	35	1.310.848	1.044.640

Fonte: SIAFE/AL

Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

Anexo 18 | Lei Federal nº 4.320/64

De Janeiro a Dezembro de 2020 e de 2019

Demonstração dos Fluxos de Caixa

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (R\$ MIL)			
FLUXOS DE CAIXA	NE	2020	2019
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Ingressos		35.285.038	31.553.018
Receitas Derivadas e Originárias		6.186.215	5.376.616
Transferências Correntes Recebidas	36	18.011.746	16.154.086
Outros Ingressos Operacionais		11.087.077	10.022.316
Desembolsos		33.248.879	30.477.277
Pessoal e Demais Despesas	36	6.714.508	5.717.446
Juros e Encargos da Dívida	36	136.645	365.431
Transferências Concedidas		15.381.907	14.171.486
Outros Desembolsos Operacionais		11.015.819	10.222.915
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais (I)		2.036.159	1.075.741
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Ingressos		751	2.058
Alienação de Bens		503	860
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		248	1.199
Outros Ingressos de Investimentos		-	-
Desembolsos		916.479	747.172
Aquisição de Ativo Não Circulante		908.479	741.395
Concessão de Empréstimos e Financiamentos		8.000	5.777
Outros Desembolsos de Investimentos		-	-
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimento (II)		(915.728)	(745.114)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Ingressos		482.573	305.524
Operações de Crédito		303.826	180.000
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes		-	-
Transferências de Capital Recebidas		178.746	125.524
Outros Ingressos de Financiamentos		-	-
Desembolsos		223.220	246.038
Amortização/Refinanciamento da Dívida		223.220	246.038
Outros Desembolsos de Financiamentos		-	-
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento (III)		259.352	59.485

CAPÍTULO 04 · DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (I + II + III)	37	1.379.784	390.112
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (V - IV)	37	1.379.784	390.112
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial (IV)		2.419.469	2.029.357
Caixa e Equivalentes de Caixa Final (V)		3.799.253	2.419.469

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

31 De janeiro a dezembro de 2020 e de 2019
Quadro de Receitas Derivadas e Originárias

QUADRO DAS RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS (R\$ MIL)			
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS	NE	2020	2019
Receita Tributária		3.826.838	3.569.641
Receita de Contribuições	36	1.161.888	924.736
Receita Patrimonial		653.032	46.590
Receita Agropecuária		-	-
Receita Industrial		-	-
Receita de Serviços		247.593	229.802
Remuneração das Disponibilidades		82.674	134.997
Outras Receitas Derivadas e Originárias		214.190	470.849
Total das Receitas Derivadas e Originárias		6.186.215	5.376.616

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

De janeiro a dezembro de 2020 e de 2019
Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas (R\$ mil)

QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS (R\$ MIL)			
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS	NE	2020	2019
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS			
Intergovernamentais		4.567.560	3.857.801
da União	36	4.566.930	3.857.792
de Estados e Distrito Federal		6	-
de Municípios		625	8
Intragovernamentais		12.735.249	11.568.929
Multigovernamentais		-	-
Outras Transferências Recebidas		708.937	727.356
Total das Transferências Recebidas		18.011.746	16.154.086
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS			
Intergovernamentais		166.383	227.237
a União		19.158	22.514
a Estados e Distrito Federal		-	-
a Municípios		147.224	204.723
Intragovernamentais		12.938.154	12.086.906
Outras Transferências Concedidas		2.277.370	1.857.343
Total das Transferências Concedidas		15.381.907	14.171.486

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

CAPÍTULO 04 · DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

De janeiro a dezembro de **2020** e de **2019**

Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função

QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO (R\$ MIL)			
DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO	NE	2020	2019
Legislativa		406.418	332.827
Judiciária		514.386	522.850
Essencial à Justiça		211.882	208.249
Administração		439.544	271.767
Defesa Nacional		-	-
Segurança Pública		1.194.231	1.124.375
Relações Exteriores		-	-
Assistência Social		5.618	4.393
Previdência Social		2.149.389	1.526.219
Saúde		379.952	352.364
Trabalho		2.560	2.375
Educação		1.194.707	1.124.851
Cultura		4.066	3.464
Direitos da Cidadania		82.572	75.104
Urbanismo		-	-
Habitação		-	-
Saneamento		-	-
Gestão Ambiental		8.639	9.930
Ciência e Tecnologia		7.826	5.754
Agricultura		33.312	26.539
Organização Agrária		-	-
Indústria		3.274	4.034
Comércio e Serviços		6.927	5.509
Comunicações		6.720	6.010
Energia		-	-
Transporte		22.086	18.300
Desporto e Lazer		1.877	1.542
Encargos Especiais		38.522	90.991
Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função	36	6.714.508	5.717.446

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

De janeiro a dezembro de **2020** e de **2019**

Quadro de Juros e Encargos da Dívida

QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA (R\$ MIL)			
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	NE	2020	2019
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna		90.799	311.624
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa		-	-
Outros Encargos da Dívida		45.847	53.807
Total dos Juros e Encargos da Dívida	36	136.645	365.431

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)

Anexo 19 | Lei Federal nº 4.320/64

31 de dezembro de 2020 e de 2019

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (R\$ MIL)						
ESPECIFICAÇÃO	NE	Pat. Social/Capital Social	Reserva de Capital	Demais Reservas	Resultados Acumulados	TOTAL
Saldos Iniciais		(2.257.151)	16.929	(48.157)	474.207	(1.814.173)
Ajustes de Exercícios Anteriores	38	-	-	-	(102.122)	(102.122)
Aumento de Capital		-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas		-	-	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio		-	-	-	-	-
Resultado do Exercício		-	-	-	1.310.848	1.310.848
Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	-	-	-	-
Constituição/Reversão de Reservas		-	-	-	-	-
Incorporação de Reservas		-	-	-	-	-
Dividendos a Distribuir		-	-	-	-	-
Saldos Finais		(2.257.151)	16.929	(48.157)	1.682.932	(605.447)

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)



O trabalho em equipe tem sido o diferencial na rotina desses profissionais, unidos pela nobre missão de salvar vidas



CAPÍTULO 5

NOTAS EXPLICATIVAS



VOL. 1

 **5.1. CONTEXTO OPERACIONAL**

O Governo do Estado de Alagoas é pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o número 12.200.176/0001-76, tendo a sua sede administrativa situada em Maceió, no Palácio República dos Palmares, Rua Cincinato Pinto, S/N, Centro. Seguindo as premissas e competências estabelecidas pela Carta Magna, as atividades operacionais do Estado durante o exercício de 2020 estão amparadas pela Lei Estadual nº 8.226, de 3 de janeiro de 2020 (Lei Orçamentária Anual) e pelas leis e decretos que autorizaram os créditos adicionais abertos durante o exercício de 2020.

A elaboração do balanço anual seguiu as orientações dos dispositivos legais que regulam o assunto, como a Lei nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000 e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP). Do mesmo modo, segue as orientações dispostas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e demais normas aplicáveis.

As DCASP são compostas pelo Balanço Orçamentário (BO), Balanço Financeiro (BF), Balanço Patrimonial (BP), Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) e Notas Explicativas (NE). As notas integrantes dos demonstrativos visam a detalhar informações das naturezas patrimonial, orçamentária, econômica, financeira, legal, física, social, de desempenho e outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas demonstrações. Essas demonstrações e notas explicativas referem-se ao exercício financeiro de 2020, coincidindo, por disposição legal, com o ano civil, ou seja, de 1º de janeiro a 31 de dezembro. Os dados consolidados foram extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL) e têm como escopo todos os Poderes e órgãos.

 **5.2. RELAÇÃO DAS EMPRESAS CONTROLADAS PELO ESTADO DE ALAGOAS**

O Governo do Estado de Alagoas manteve em 2020 o controle acionário de oito empresas, sendo 4 de caráter dependente e 4 independentes, constituídas em sua maioria por sociedades anônimas. A classificação em relação ao ente controlador de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000) é de que empresa dependente é a que recebe recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária.

EMPRESAS ESTATAIS	
ESTATAIS DEPENDENTES	EMPRESAS INDEPENDENTES
Serviço de Engenharia de Alagoas S/A (SERVEAL)	Gás de Alagoas S/A (ALGÁS)
Cia. de Adm. de Recursos Humanos e Patrimoniais S/A (CARHP)	Companhia de Saneamento de Alagoas (CASAL)
Agência de Fomento de Alagoas (DESENVOLVE)	Alagoas Ativos S/A
Laboratório Industrial Farmacêutico (LIFAL)	Companhia de Edição, Impressão e Publicação de Alagoas (CEPAL)

5.3. RELAÇÃO DOS ÓRGÃOS SEGUNDO A LOA 2020

Esta nota contém a lista dos órgãos da administração pública estadual conforme a Lei Orçamentária Anual nº 8.226, de 3 de janeiro de 2020.

PODERES E ÓRGÃOS 2020	
PODER LEGISLATIVO	
01001	ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA ESTADUAL
01002	TRIBUNAL DE CONTAS
01500	FUNDO ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS
01503	ESCOLA DE CONTAS PÚBLICAS CONSELHEIRO JOSÉ ALFREDO DE MENDONÇA
PODER JUDICIÁRIO	
02003	TRIBUNAL DE JUSTIÇA
02501	FUNDO ESPECIAL DE MODERNIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO
02561	FUNDO ESPECIAL DA ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO ESTADO DE ALAGOAS
MINISTÉRIO PÚBLICO	
03004	MINISTÉRIO PÚBLICO
03554	FUNDO ESPECIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PODER EXECUTIVO	
11006	GABINETE CIVIL
11008	CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO
11009	PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
11011	DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DE ALAGOAS
11013	GABINETE DO VICE-GOVERNADOR
11502	FUNDO DE MODERNIZAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO
11504	AGÊNCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DO ESTADO DE ALAGOAS
11564	FUNDO DE MODERNIZAÇÃO DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
13017	SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PATRIMÔNIO
13510	COMPANHIA DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS E PATRIMONIAIS
13511	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS
13548	AGÊNCIA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DE PROCESSOS
13551	INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES DO ESTADO DE ALAGOAS
13569	ALAGOAS PREVIDÊNCIA
13570	FUNDO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE ALAGOAS
13571	FUNDO FINANCEIRO DO ESTADO DE ALAGOAS
13572	FUNDO DOS MILITARES DO ESTADO DE ALAGOAS
14030	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E AQUICULTURA
14528	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL E ABASTECIMENTO DE ALAGOAS
14541	INSTITUTO DE TERRAS E REFORMA AGRÁRIA DE ALAGOAS
14555	AGÊNCIA DE DEFESA E INSPEÇÃO AGROPECUÁRIA DE ALAGOAS

CAPÍTULO 05 · NOTAS EXPLICATIVAS

14566	INSTITUTO DE INOVAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - EMATER
15024	SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
15526	FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
16026	SECRETARIA DE ESTADO DA CIÊNCIA, DA TECNOLOGIA E DA INOVAÇÃO
16506	INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM INFORMÁTICA E INFORMAÇÃO
16514	FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE ALAGOAS
16537	INSTITUTO DE METROLOGIA E QUALIDADE
17010	SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO
17517	INSTITUTO ZUMBI DOS PALMARES
18021	SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
18520	DIRETORIA DE TEATROS DO ESTADO DE ALAGOAS
18557	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES CULTURAIS
19033	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
19034	POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS
19035	POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE ALAGOAS
19036	CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS
19047	PERÍCIA OFICIAL DO ESTADO DE ALAGOAS
19049	COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL-CEDEC
19512	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE ALAGOAS
19563	FUNDO ESPECIAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS
19565	FUNDO ESTADUAL DE DEFESA CIVIL
20020	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
20516	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE ALAGOAS
21018	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
21513	FUNDO DE MODERNIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO FAZENDÁRIO
23032	SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS
23542	INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE ALAGOAS
23543	FUNDO DE RECURSOS HÍDRICOS
24037	SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER E DOS DIREITOS HUMANOS
24547	FUNDO ESTADUAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR
24573	INSTITUTO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR DE ALAGOAS
24574	FUNDO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS DAS MULHERES
26031	SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA
26539	SERVIÇOS DE ENGENHARIA DE ALAGOAS S.A.
27023	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
27524	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE
27556	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE ALAGOAS
28027	SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO E EMPREGO
29028	SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO
29505	AGÊNCIA DE FOMENTO DE ALAGOAS
29534	FUNDO DE REGISTRO E DO COMÉRCIO
29553	FUNDO DO TURISMO
30041	SECRETARIA DE ESTADO DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA
30545	FUNDO PARA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA
34051	SECRETARIA DE ESTADO DE RESSOCIALIZAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL
34568	FUNDO PENITENCIÁRIO DO ESTADO DE ALAGOAS
35032	SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E DESENVOLVIMENTO URBANO
35538	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM
36021	SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE
36522	FUNDO ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO DOS ESPORTES
91997	ENCARGOS GERAIS DO ESTADO - RECURSOS SOB SUPERVISÃO DA SEFAZ

5.4. CISÕES, FUSÕES, EXTINÇÕES, INCORPORAÇÕES, TRANSFORMAÇÕES E LIQUIDAÇÕES

Não houve, no exercício, cisão, fusão, extinção, incorporação, transformação ou liquidação de entidades controladas pelo Governo do Estado de Alagoas.

5.5. USO DE JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

O Governo do Estado, no uso de julgamentos, estimativas e premissas contábeis, não realizou no exercício quaisquer alterações com impactos substanciais nos montantes apresentados.

5.6. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em real brasileiro (BRL), moeda funcional do Governo do Estado. A depender da tabela ou gráfico, a disposição dos valores está em milhares ou milhões de reais, conforme indicado no título. Os valores em moeda estrangeira foram convertidos conforme o câmbio vigente.

b) Disponibilidades

As disponibilidades englobam o dinheiro em caixa, conta única, depósitos bancários e demais aplicações de curto prazo. Os valores são mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

c) Créditos e Dívidas

Os direitos, as obrigações e os títulos de créditos são mensurados ou avaliados pelo valor original, uma vez feita a conversão para a moeda de apresentação, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial. Os riscos de recebimento dos créditos são reconhecidos em conta de ajuste. Ao final de cada exercício, é feita a análise para o reconhecimento das perdas estimadas com os recebíveis.

d) Estoques

Compreendem as mercadorias para revenda, os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, estes bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado.

e) Investimentos

As participações em empresas sobre as quais o Estado tenha influência significativa na administração são mensuradas ou avaliadas pelo método da equi-

valência patrimonial. As demais participações são mensuradas ou avaliadas de acordo com o custo de aquisição.

f) Imobilizado

O ativo imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis e é mensurado inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção. Em se tratando de ativos imobilizados obtidos a título gratuito, o valor inicial é resultante da avaliação feita com base em procedimento técnico ou no valor patrimonial definido nos termos da doação. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação ou exaustão, quando tiverem vida útil definida, bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

g) Intangível

O ativo intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade. É mensurado ou avaliado inicialmente com base no valor de aquisição ou de produção, ou, ainda, pelo custo estimado de reposição na mensuração de softwares preexistentes. Em se tratando de ativos intangíveis obtidos a título gratuito, o valor inicial é o resultante da avaliação feita com base em procedimento técnico ou no valor patrimonial definido nos termos da doação.

h) Depreciação, amortização e exaustão

Os procedimentos para depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta do Estado, suas autarquias e fundações tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBC TSP e MCASP. As empresas controladas que devem seguir a Lei nº 6.404/1976 embasam seus procedimentos nas leis próprias e nos normativos fiscais. Sobretudo a depreciação, amortização e exaustão de bens adquiridos e postos em operação utiliza o método das cotas constantes e se dá de acordo com a tabela definida na Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 1.700/2018.

i) Restos a Pagar

Os restos a pagar não processados, quando liquidados, permanecem com o *status* de restos a pagar não processados até o final do período.

j) Distinção entre Circulante e Não Circulante

A política contábil adotada evidencia como circulante os direitos e as obrigações com valores de realização em até 12 meses após a data das demonstrações contábeis. Os ingressos extraorçamentários, tais como cauções e outras entradas compensatórias, são considerados como circulante, independentemente do prazo de devolução do recurso.

k) Passivos

Todas as obrigações, independentemente da execução orçamentária da despesa, devem ser reconhecidas pelas unidades gestoras estaduais em obser-

vância ao regime de competência.

I) Apuração do Resultado

Os resultados orçamentário e patrimonial foram apurados de acordo com as práticas contábeis vigentes, sendo as receitas orçamentárias reconhecidas pelo regime de caixa (base modificada), as despesas orçamentárias pelo empenho no exercício e as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas de acordo com o seu fato gerador.

m) Processo de Convergência

Conforme regulamentação da STN, o governo de Alagoas atua com um Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIP-CP), cujos prazos foram estabelecidos pela Portaria nº 548, de 24 de setembro de 2015. As diretrizes do plano buscam a convergência com as normas internacionais de contabilidade editadas pela *International Federation of Accountants (IFAC)*.

PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS		
Procedimentos Contábeis Patrimoniais	Prazo para Estados e DF	Alagoas
Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receita tributária e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receita.	2020	Implantado parcialmente
Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.	2020	Implantado parcialmente
Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.	2018	Implantado
Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não tributária, e respectivo ajuste para perdas.	2015	Implantado
Reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões por competência.	2019	Implantado parcialmente
Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle em notas explicativas.	2019	Em estudos
Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).	2019	Implantado parcialmente
Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura, respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.	2022	Não iniciado
Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro, segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).	2022	Não iniciado
Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.	2019	Implantado
Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.).	2018	Implantado parcialmente
Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.	2015	Implantado
Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.	2016	Implantado
Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.	A ser definido em ato normativo específico	Não iniciado

CAPÍTULO 05 · NOTAS EXPLICATIVAS

Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.	2020	Implantado parcialmente
Outros ativos intangíveis e eventuais amortização e redução a valor recuperável.	A ser definido em ato normativo específico	Não iniciado
Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução a valor recuperável.	2019	Implantado parcialmente
Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.	2021	Implantado
Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, nas NBC TSP e no MCASP	A ser definido em ato normativo específico	Não iniciado

Balanço Patrimonial (BP)

5.7. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

É compreendido como o somatório dos recursos disponíveis sem restrições para utilização do ente. Representa a soma de todos os valores disponíveis tanto em caixa quanto em bancos. Esse grupo é composto, no Estado de Alagoas, pelos saldos da conta única do Tesouro Estadual, Banco Conta Movimento e Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata da Conta Única e das Demais Contas. Consequentemente, os ativos de maior liquidez são os recursos alocados em caixa e equivalente de caixa.

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (R\$ MIL)					
DESCRIÇÃO	2020	AV %	2019	AV %	AH %
Conta Única do Tesouro Estadual - CUTE	243.751	6,24%	184.574	7,36%	32,06%
Aplicações - CUTE	809.644	20,72%	86.759	3,46%	833,22%
Bancos Conta Movimento - Demais Contas	103.850	2,66%	257.367	10,27%	-59,65%
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata - Demais Contas	2.750.731	70,39%	1.977.418	78,90%	39,11%
TOTAL	3.907.976	100,00%	2.506.118	100,00%	55,94%

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

Observa-se que em 2020 o montante de Caixa e Equivalente de Caixa foi de R\$ 3.907.976 mil, um aumento percentual em relação a 2019 de 55,94% (+R\$ 1.401.859 mil). Na sua composição, as Aplicações Financeiras das Demais Contas correspondem a 70,39% do total, seguidas pela conta de Aplicações Financeiras da Conta Única (20,72%), pela Conta Única do Tesouro Estadual (6,24%) e por Bancos Conta Movimento – Demais Contas (2,66%).

O expressivo aumento das disponibilidades do Estado se deve, principalmente, à eficiência na Gestão de Caixa do Tesouro do Estado no trato com os valores recebidos em virtude da Lei nº 14.041/2020, dos incisos I e II do Art. 5º da LC 173/2020 e da Concessão dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário da Região Metropolitana de Maceió.

Na análise horizontal destas contas percebe-se que as Aplicações Financeiras das Demais Contas variaram 39,11%, o que representa um valor de R\$ 773.313 mil a mais em relação ao ano anterior. Percebe-se, também, que a conta Bancos Conta Movimento - Demais Contas variou negativamente em 59,65% (R\$ 153.517 mil), diminuindo o saldo das demais contas necessárias às operações do Estado, como contas específicas de Convênios, de recebimento de Operações de Crédito, entre outras, em virtude de exigências legais e/ou contratuais.

O aumento dos valores aplicados relativos à Conta Única (+833,22%) se deve, entre outros fatores, ao recolhimento na Conta Única de valores que antes possuíam contas específicas, devido ao entendimento de que tais contas não eram necessárias por não haver exigência legal ou contratual para sua existência. Soma-se a isso a política de investimentos das disponibilidades do Estado de deixar os valores aplicados em contas com liquidez imediata, o que proporciona rendi-

CAPÍTULO 05 · NOTAS EXPLICATIVAS

mentos com baixíssimo risco, ao mesmo tempo que permite o saque imediato dos valores necessários à execução financeira do Estado de Alagoas.

Detalhando os investimentos da conta Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata - Demais Contas, temos o seguinte:

APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA (R\$ MIL)					
DESCRIÇÃO	2020	AV %	2019	AV %	AH %
Poupança	112.538	4,09%	158.196	8,00%	-28,86%
Fundos de Investimento	2.592.911	94,26%	1.761.016	89,06%	47,24%
CDB	45.271	1,65%	58.197	2,94%	-22,21%
Outras Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	10	0,00%	10	0,00%	0,00%
TOTAL	2.750.731	100,00%	1.977.418	100,00%	39,11%

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

Do quadro acima, percebe-se que a maior parte dos valores está aplicada em Fundos de Investimento, com uma pequena parte em Poupança e em CDB, tendo ainda uma parcela muito pequena em Outras Aplicações.

Analisando-se os valores por Poder e Órgão, temos que o montante aplicado é praticamente de inteira responsabilidade do Poder Executivo, como demonstrado na sequência.

APLICAÇÕES FINANCEIRAS POR PODER E ÓRGÃO (R\$ MIL)					
ESPECIFICAÇÃO	2020				
	Poupança	Fundos de Investimento	CDB	Outras Aplicações	TOTAL
Executivo	112.538	2.500.907	7.443	10	2.620.898
Legislativo (Tribunal de Contas)	-	604	-	-	604
Judiciário	-	79.986	-	-	79.986
Ministério Público	-	9.031	-	-	9.031
Defensoria Pública	-	2.384	37.828	-	40.212
TOTAL	112.538	2.592.911	45.271	10	2.750.731

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)


5.8. CRÉDITOS A CURTO PRAZO

Consideram-se créditos a curto prazo aqueles ativos com prazo de até 12 meses após a publicação do Balanço.

CRÉDITOS A CURTO PRAZO (R\$ MIL)					
DESCRIÇÃO	2020	AV %	2019	AV %	AH %
Créditos Tributários a Receber	43.708	60,36%	71.076	54,04%	-38,50%
Clientes	28.684	39,61%	60.451	45,96%	-52,55%
Empréstimos e Financiamentos concedidos	6	0,01%	6	0,00%	0,00%
Dívida Ativa Não Tributária	17	0,02%	1	0,00%	1.415,62%
TOTAL	72.415	100,00%	131.534	100,00%	-44,95%

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

O total de créditos em 2020 foi de R\$ 72.415 mil, frente a R\$ 131.534 mil de 2019, o que significa dizer que houve uma redução de 44,95% nos valores a receber de terceiros. Tal diminuição foi ocasionada pela redução de 38,50% de Créditos Tributários a Receber, bem como pela diminuição de 52,55% da conta Clientes, esta que consiste predominantemente nos créditos tributários e não tributários resultantes de transações entre o ente, a união e municípios.

Analisando-se a variação da conta Clientes, o que explica grande parte da redução de 52,55% é o pagamento feito pela UG Encargos Gerais para a AL Previdência, referente a dívidas de anos anteriores acerca da Taxa de Administração dos Fundos. Já a redução de 38,50% da conta Créditos Tributários a Receber se deu, majoritariamente, pela antecipação da folha de pagamento dos servidores referente ao mês de dezembro de 2020. Em anos anteriores, a folha de dezembro era paga em janeiro do exercício seguinte, o que aumentava a conta de Créditos Tributários a Receber, em função do Imposto de Renda. Como, em 2020, a folha foi paga no próprio mês de dezembro, houve uma redução da citada conta do ativo, visto que o I.R. foi recebido no exercício de 2020.

O expressivo crescimento, em termos percentuais, do valor da Dívida Ativa Não Tributária (+ 1.415,62%) não foi representativo o suficiente para explicar a variação total dos créditos a receber de curto prazo em 2020, visto que tal conta é responsável por apenas 0,02% do total. Assim, seu valor cresceu de R\$ 1 mil, em 2019, para apenas R\$ 17 mil, em 2020. Apesar de crescer 17 vezes, sua representatividade do montante ainda é ínfima.

Temos ainda a conta Demais Créditos e Valores a Curto Prazo, que é composta por Adiantamentos Concedidos, Créditos por Danos ao Patrimônio, Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados, Créditos Previdenciários a Receber a Curto Prazo e Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo.

DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO (R\$ MIL)					
DESCRIÇÃO	2020	AV %	2019	AV %	AH %
Adiantamentos Concedidos	32.474	6,17%	31.528	4,35%	3,00%
Créditos por Danos ao Patrimônio	1.386	0,26%	1.386	0,19%	0,00%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	342.039	65,00%	309.005	42,65%	10,69%
Créditos Previdenciários a Receber a Curto Prazo	76.821	14,60%	185.977	25,67%	-58,69%
Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo	73.496	13,97%	196.608	27,14%	-62,62%
TOTAL	526.216	100,00%	724.504	100,00%	-27,37%

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

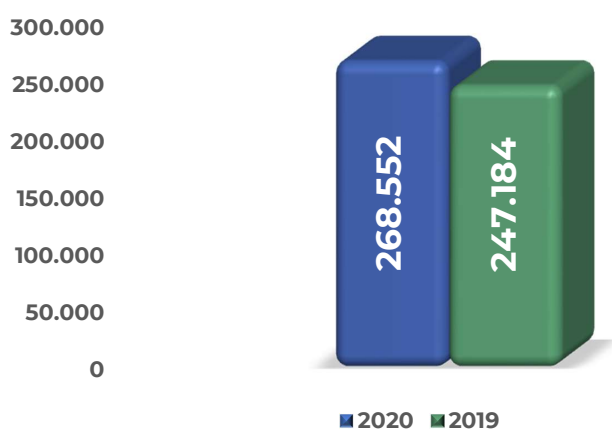
Estes Demais Créditos somaram em 2020 o montante de R\$ 526.216 mil, valor este 27,37% menor que o observado em 2019. Deste total, 65,00% se referem a Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados, conta cujo saldo avançou 10,69% em relação ao exercício de 2019.

Os Créditos Previdenciários a Receber a Curto Prazo ainda possuem uma participação do montante total de 14,60%, embora tenha havido uma diminuição de 58,69%. A conta Outros Créditos a Receber e Valores de Curto Prazo representa 13,97% do valor total, também apresentando um declínio em relação a 2019, diminuindo 62,62%. Por fim tem-se que Adiantamentos Concedidos correspondem a 6,17% e Créditos por Danos ao Patrimônio representando 0,26%.

5.9. ESTOQUES

A conta de Estoques compreende o valor referente aos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pelo Ente no intuito de realização de venda desses bens ou apenas para o uso normal das atividades necessárias para o seu funcionamento.

Variação dos Estoques (R\$ mil)



Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

O gráfico acima mostra que houve um crescimento dos estoques do Estado, representando um aumento de 8,64% em relação aos valores de 2019.

5.10. VPD PAGAS ANTECIPADAMENTE

Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) antecipadas são os pagamentos cujos benefícios ou prestação de serviços à entidade ocorrerão no curto prazo. São elas, no Estado de Alagoas: i) Prêmios de Seguros a Apropriar; ii) Assinaturas e Anuidades a Apropriar e iii) Demais VPD a Apropriar.

O total desta conta em 2020 foi R\$ 2.929 mil, valor superior aos R\$ 2.165 mil observados em 2019, o que significa dizer que apresentou um crescimento de 35,26%. Tal comportamento se deu sobretudo devido ao aumento da conta Prêmios de Seguros a Apropriar (+ 41,40%), responsável por 90,93% do valor total da conta em 2020. Entre outras razões, a citada se deu pelo seguro contratado em virtude da aquisição da aeronave Esquilo AS350 B2, para atender as demandas da Secretaria de Segurança Pública.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE (R\$ MIL)					
DESCRIÇÃO	2020	AV %	2019	AV %	AH %
Prêmios de Seguros a Apropriar	2.663	90,93%	1.883	86,98%	41,40%
Assinaturas e Anuidades a Apropriar	86	2,94%	91	4,19%	-5,02%
Aluguéis Pagos a Apropriar	179	6,13%	191	8,83%	-6,08%
TOTAL	2.929	100,00%	2.165	100,00%	35,26%

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

5.11. CRÉDITOS A LONGO PRAZO

Neste Grupamento de Contas são considerados os créditos com prazo superior a 12 meses após a publicação do balanço, sendo estes divididos em Créditos Tributários a Receber, Clientes, Empréstimos e Financiamentos Concedidos, Dívida Ativa Tributária Líquida e Dívida Ativa Não Tributária.

CRÉDITOS A LONGO PRAZO (R\$ MIL)					
DESCRIÇÃO	2020	AV %	2019	AV %	AH %
Créditos Tributários a Receber	407.379	69,58%	407.379	70,90%	0,00%
Clientes	94.299	16,11%	94.299	16,41%	0,00%
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	47.687	8,15%	47.935	8,34%	-0,52%
Dívida Ativa Tributária Líquida	36.220	6,19%	24.142	4,20%	50,03%
Dívida Ativa Não Tributária	(129)	-0,02%	799	0,14%	-116,14%
TOTAL	585.457	100,00%	574.554	100,00%	1,90%

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

Em uma análise vertical, do valor total de R\$ 585.457 obtido em 2020 tem-se que 69,58% corresponde a Créditos Tributários a Receber; Clientes é o segundo item de maior representatividade com 16,11%; seguido por Empréstimos e Financiamentos Concedidos com 8,15%; tendo as Dívidas Ativas Tributária Líquida e Não

Tributária com 6,17%.

Os valores referentes a créditos tributários a receber são decorrentes dos programas de parcelamento tributário e de recuperação fiscal realizados durante o exercício.

A Dívida Ativa Tributária é o crédito da fazenda pública proveniente da obrigação legal relativa a tributos e respectivos adicionais, atualizações monetárias, encargos e multas tributárias. A provisão para perdas da dívida ativa é calculada considerando a média percentual de recebimentos passados.

Decompondo a Dívida Ativa Tributária Líquida observa-se que esta apresentou elevação de 50,03% em relação a 2019 – o que fez o valor total de Créditos a Longo Prazo aumentar 1,90% -, totalizando ao final do exercício de 2020 uma Dívida Ativa Tributária Líquida de R\$ 36.220 mil.

DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA (R\$ MIL)			
DESCRIÇÃO	2020	2019	AH %
Estoque Anterior	6.353.050	5.767.461	10,15%
Inscrição	284.227	615.323	-53,81%
(-) Recebimentos	(51.748)	(29.734)	74,03%
(+) Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-
Estoque Final	6.585.529	6.353.050	3,66%
Média % de Recebimentos	0,55%	0,38%	44,74%
(-) Provisão para Perdas da Dívida Ativa	(6.549.308)	(6.328.908)	3,48%
Dívida Ativa Líquida	36.220	24.142	50,03%

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

Vale a pena ressaltar o crescimento de 74,03% dos Recebimentos, o que representou efetiva entrada de recursos para o Estado. Já os Demais Créditos e Valores de Longo Prazo, representados pelos depósitos restituíveis e valores vinculados, somaram R\$ 1.031 mil em 2020.

5.12. INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A LONGO PRAZO

Os investimentos e aplicações temporárias a longo prazo compreendem os títulos e valores mobiliários e a aplicações em segmentos de imóveis. No fechamento do exercício de 2020 tais contas obtiveram montantes de R\$ 72.810 mil e R\$ 10.878 mil respectivamente, totalizando assim R\$ 83.688 mil.


5.13. INVESTIMENTOS

INVESTIMENTOS (R\$ MIL)					
DESCRIÇÃO	2020	AV %	2019	AV %	AH %
Participações Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial	99.072	81,17%	79.030	77,48%	25,36%
Participações em Sociedades Controladas	47.815	39,18%	50.775	49,78%	-5,83%
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	36.254	29,71%	28.254	27,70%	28,31%
Participação em Consórcios Públicos	15.003	12,29%	-	0,00%	-
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	22.976	18,83%	22.976	22,52%	0,00%
Participações em Outras Sociedades	22.940	18,80%	22.940	22,49%	0,00%
Outras Participações	36	0,03%	36	0,04%	0,00%
TOTAL	122.048	100,00%	102.006	100,00%	19,65%

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

A conta Investimentos compreende as participações permanentes em outras sociedades, bem como os bens e direitos não classificáveis no ativo circulante nem no ativo realizável a longo prazo e que não se destinem à manutenção da atividade da entidade.

Ao realizar a análise dos investimentos, percebe-se que se apresenta a segmentação em duas grandes contas, a Participação Avaliada pelo Método de Equivalência Patrimonial, que diz respeito a investimentos em coligadas/controladas ou em outras sociedades que façam parte de um grande grupo, mas que estejam sob controle comum; e a outra grande conta, que leva em consideração o Custo de Aquisição.

O Estado de Alagoas, em Investimentos, obteve um aumento de 19,65% em relação ao exercício anterior, destacando a conta Participações Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial com um crescimento de 25,36%.

Dentre as contas que compõem as Participações Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial, destaca-se a Participação em Consórcios Públicos, que foi movimentada pelo Fundo Estadual de Saúde, referente à aquisição conjunta e compartilhada de bens em decorrência da pandemia de Covid-19, com um investimento de R\$ 15.003 mil. Soma-se à citada conta a de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, em que houve um aumento de R\$ 8.000 mil em Encargos Gerais do Estado, acarretando um acréscimo de 28,31% em relação ao exercício anterior.

PARTICIPAÇÕES EM SOCIEDADES CONTROLADAS - MÉTODO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL (R\$ MIL)					
DESCRIÇÃO	2020	AV %	2019	AV %	AH %
Produban	0	0,00%	2.292	4,51%	-100,00%
Casal	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
Cepal	5.631	11,78%	9.205	18,13%	-38,82%
Algás	15.108	31,60%	14.329	28,22%	5,44%
Lifal	11.910	24,91%	11.910	23,46%	0,00%
Alagoas Ativos	4.166	8,71%	2.040	4,02%	104,17%
Outras Participações	11.000	23,01%	11.000	21,66%	0,00%
TOTAL	47.815	100,00%	50.775	100,00%	-5,83%

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

Neste quadro são apresentadas as participações em empresas nas quais a administração tenha influência significativa, devendo as mesmas serem mensuradas ou avaliadas pelo Método da Equivalência Patrimonial. Esse método é utilizado para os investimentos em coligadas ou em controladas e em outras sociedades que façam parte de um mesmo grupo ou estejam sob controle comum.

Pelo Método da Equivalência Patrimonial, o investimento é inicialmente registrado a preço de custo e o valor contábil é aumentado ou reduzido conforme o Patrimônio Líquido da investida aumente ou diminua em contrapartida à conta de resultado.

O Estado de Alagoas possui algumas participações avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, obtendo no exercício de 2020 uma redução de 5,83% em relação ao exercício anterior. Destaca-se a Alagoas Ativos, com um aumento de 104,17%. Em contrapartida, houve uma queda de 38,82% na Cepal.

5.14. IMOBILIZADO

O ativo imobilizado é reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção. Os elementos do ativo imobilizado, quando tiverem vida útil econômica limitada, ficam sujeitos a depreciação ou exaustão sistemática durante esse período, sem prejuízo das exceções expressamente consignadas. Já os ativos do imobilizado obtidos a título gratuito devem ser registrados pelo valor justo na data de sua aquisição, sendo que deverá ser considerado o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou valor patrimonial definido nos termos da doação.

IMOBILIZADO (R\$ MIL)					
DESCRIÇÃO	2020	AV %	2019	AV %	AH %
Bens Móveis	1.138.731	18,56%	1.049.959	19,87%	8,45%
Bens Móveis	1.277.920	20,83%	1.177.952	22,29%	8,49%
(-) Depreciação Acumulada - Bens Móveis	(139.188)	-2,27%	(127.993)	-2,42%	8,75%
Bens Imóveis	4.997.599	81,44%	4.233.571	80,13%	18,05%
Bens Imóveis	5.001.934	81,51%	4.237.639	80,20%	18,04%
(-) Depreciação Acumulada - Bens Imóveis	(4.335)	-0,07%	(4.067)	-0,08%	6,58%
TOTAL	6.136.330	100,00%	5.283.530	100,00%	16,14%

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

Por motivo da ausência de um sistema de controle patrimonial, nem todos os órgãos realizam a depreciação/exaustão de seus bens, tal como o inventário necessário para adequação ao valor justo. Ademais, é reconhecido que a implantação de um processo informatizado de gerenciamento, já em andamento, trará muitos avanços para o controle patrimonial.

O valor final de Bens Móveis foi de R\$ 1.138.731 mil em 2020, ao passo que Bens Imóveis totalizaram R\$ 4.997.599 mil, chegando assim a um total de R\$ 6.136.330 mil, o que supera em 16,14% o valor total de 2019. Tal crescimento se deve à conta de Bens Imóveis, que, além de ter avançado 18,05% em relação a 2019, representa 81,44% do valor total do Imobilizado.

5.15. INTANGÍVEL

Ativo Intangível é um ativo não monetário, sem substância física, identificável, controlado pela entidade e gerador de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços. O reconhecimento inicial de um ativo intangível pode ocorrer através de aquisição separada, geração interna e aquisição por meio de transações sem contraprestação. O Estado de Alagoas possui intangíveis provenientes de aquisição separada.

O custo de ativo intangível adquirido separadamente inclui seu preço de compra, acrescido de impostos não recuperáveis sobre a compra, após deduzidos os descontos comerciais e abatimentos, além de qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo para a finalidade proposta.

O Intangível do Estado de Alagoas apresenta Softwares com um valor bruto de R\$ 75.954 mil e Marcas, Direitos e Patentes Industriais com um valor de R\$ 3.111 mil. O valor total é de R\$ 74.445 mil, devido à redução de R\$ 4.619 mil referente à amortização acumulada.

INTANGÍVEL (R\$ MIL)					
DESCRIÇÃO	2020	AV %	2019	AV %	AH %
Softwares	75.954	102,03%	75.350	101,79%	0,80%
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	3.111	4,18%	3.111	4,20%	0,00%
(-) Amortização Acumulada	(4.619)	-6,21%	(4.437)	-5,99%	4,11%
TOTAL	74.445	100,00%	74.023	100,00%	0,57%

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

5.16. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios que o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações com vencimento no curto prazo.

OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO (R\$ MIL)					
DESCRIÇÃO	2020	AV %	2019	AV %	AH %
Pessoal a Pagar	134.993	88,45%	229.628	77,26%	-41,21%
Benefícios Previdenciários a Pagar	-	0,00%	16.422	5,53%	-100,00%
Encargos Sociais a Pagar	17.625	11,55%	51.179	17,22%	-65,56%
TOTAL	152.618	100,00%	297.229	100,00%	-48,65%

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

No exercício de 2020, o Estado de Alagoas conseguiu diminuir em 48,65% seus passivos de obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar no curto prazo. Destaca-se a total liquidação dos passivos relacionados aos Benefícios Previdenciários a Pagar e uma redução de 65,56% dos Encargos Sociais a Pagar.

5.17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO

Compreende as obrigações financeiras da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos no curto prazo. No exercício de 2020, as contas de Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo Interno e Externo reduziram 18,98% no saldo total.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO (R\$ MIL)					
DESCRIÇÃO	2020	AV %	2019	AV %	AH %
Empréstimos a Curto Prazo - Interno	224.353	78,33%	269.555	76,25%	-16,77%
Empréstimos a Curto Prazo - Externo	62.063	21,67%	83.944	23,75%	-26,07%
TOTAL	286.415	100,00%	353.499	100,00%	-18,98%

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

5.18. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as demais contas a pagar, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

A análise horizontal demonstra que houve uma redução de 22,55% neste item patrimonial, destacando a variação negativa de 9,01% na conta Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo - Consolidação, sendo a mesma equivalente a 94,07% da conta Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo. Outra redução que deve ser destacada é a conta Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo - Intra OFSS, com 80,82% a menos de passivos em relação ao exercício de 2019. Juntas, as duas contas citadas anteriormente equivalem a 98,94% da conta Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo, com R\$ 54.534 mil a menos de passivos em comparação ao exercício anterior.

FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO (R\$ MIL)					
DESCRIÇÃO	2020	AV %	2019	AV %	AH %
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo - Consolidação	171.980	94,07%	189.004	80,07%	-9,01%
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo - Intra OFSS	8.900	4,87%	46.410	19,66%	-80,82%
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo - Inter OFSS - União	1.596	0,87%	145	0,06%	1000,08%
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo - Inter OFSS - Estados	0	0,00%	0	0,00%	0%
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo - Inter OFSS - Municípios	349	0,19%	486	0,21%	-28,06%
TOTAL	182.825	100,00%	236.045	100,00%	-22,55%

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

5.19. OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO

As obrigações fiscais a curto prazo compreendem as obrigações das entidades com o governo referente a impostos, taxas e contribuições de vencimento no curto prazo. Em 2020 esse item patrimonial teve um decréscimo de 44,73%, impulsionado pela conta de Obrigações Fiscais a Curto Prazo com os Estados que liquidou R\$ 22.479 mil, representando uma redução de 49,60% em relação ao exercício anterior.

OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO (R\$ MIL)					
DESCRIÇÃO	2020	AV %	2019	AV %	AH %
Obrigações Fiscais a Curto Prazo com a União	914	3,58%	778	1,68%	17,48%
Obrigações Fiscais a Curto Prazo com os Estados	22.837	89,43%	45.316	98,08%	-49,60%
Obrigações Fiscais a Curto Prazo com os Municípios	1.786	6,99%	111	0,24%	1511,71%
TOTAL	25.537	100,00%	46.205	100,00%	-44,73%

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

5.20. DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO

Corresponde às demais obrigações a curto prazo não evidenciadas nas outras contas. Inclui o montante de valores restituíveis de consignações e depósitos. No exercício de 2020, esse item patrimonial teve um decréscimo de 20,84%, influenciado, sobretudo, pelas reduções nas contas de Obrigações de Repartição a Outros Entes - Inter OFSS – Município e Valores Restituíveis – Consignações, que diminuiram, respectivamente, 81,65% e 35,13% em relação ao exercício anterior.

DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO (R\$ MIL)					
DESCRIÇÃO	2020	AV %	2019	AV %	AH %
Obrigações de Repartição a Outros Entes - Inter OFSS - Município	26.006	6,56%	141.700	28,30%	-81,65%
Valores Restituíveis - Consignações	140.704	35,50%	216.918	43,33%	-35,13%
Valores Restituíveis - Depósitos	27.721	6,99%	26.600	5,31%	4,22%
Outras Obrigações a Curto Prazo - Consolidação	77.447	19,54%	23.617	4,72%	227,93%
Outras Obrigações a Curto Prazo - Intra OFSS	108.723	27,43%	86.649	17,31%	25,48%
Outras Obrigações a Curto Prazo - Inter OFSS - Estado	14.928	3,77%	5.073	1,01%	194,29%
Outras Obrigações a Curto Prazo - Inter OFSS - Município	803	0,20%	117	0,02%	588,01%
TOTAL	396.332	100,00%	500.671	100,00%	-20,84%

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

5.21. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios que o empregado ou servidor tenha direito, como aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, e benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, todos com vencimento no longo prazo. Esse item patrimonial teve um decréscimo de 1,61% no exercício de 2020 em relação ao exercício anterior.

OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO (R\$ MIL)					
DESCRIÇÃO	2020	AV %	2019	AV %	AH %
Contribuições ao RGPS - Débitos Parcelados	73.244	69,80%	73.564	68,98%	-0,43%
Contribuições Sociais - Débitos Parcelados	31.685	30,20%	33.085	31,02%	-4,23%
TOTAL	104.929	100,00%	106.649	100,00%	-1,61%

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

5.22. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO

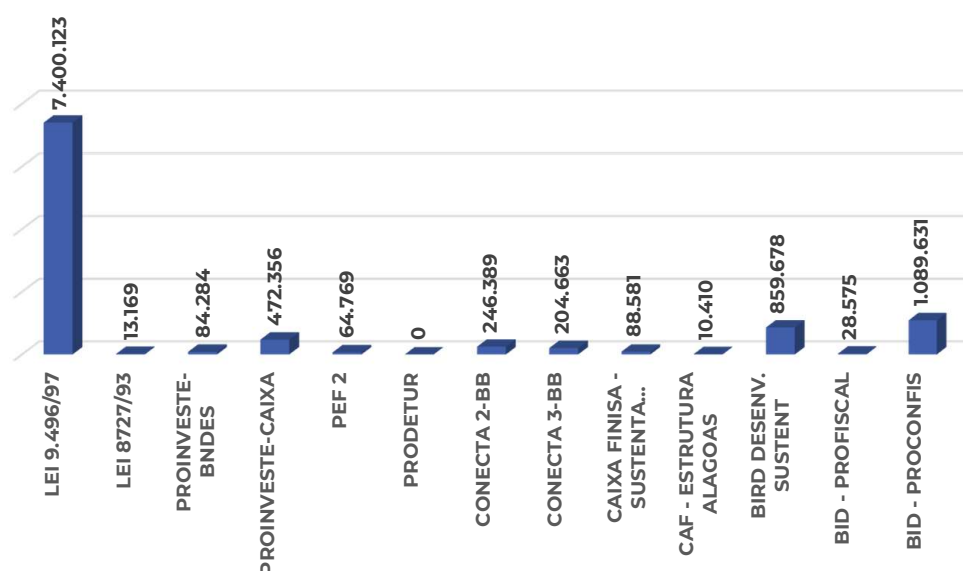
Compreende as obrigações financeiras da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos no longo prazo. Esse item patrimonial teve uma variação de 9,07% no exercício de 2020 em relação ao exercício anterior.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO (R\$ MIL)					
DESCRIÇÃO	2020	AV %	2019	AV %	AH %
Empréstimos a Longo Prazo - Interno	8.349.980	81,26%	7.886.445	83,70%	5,88%
Empréstimos a Longo Prazo - Externo	1.926.231	18,74%	1.535.314	16,30%	25,46%
TOTAL	10.276.211	100,00%	9.421.760	100,00%	9,07%

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

Os empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos somados totalizam um estoque da dívida de R\$ 10.562.627 mil (vide nota de Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo).

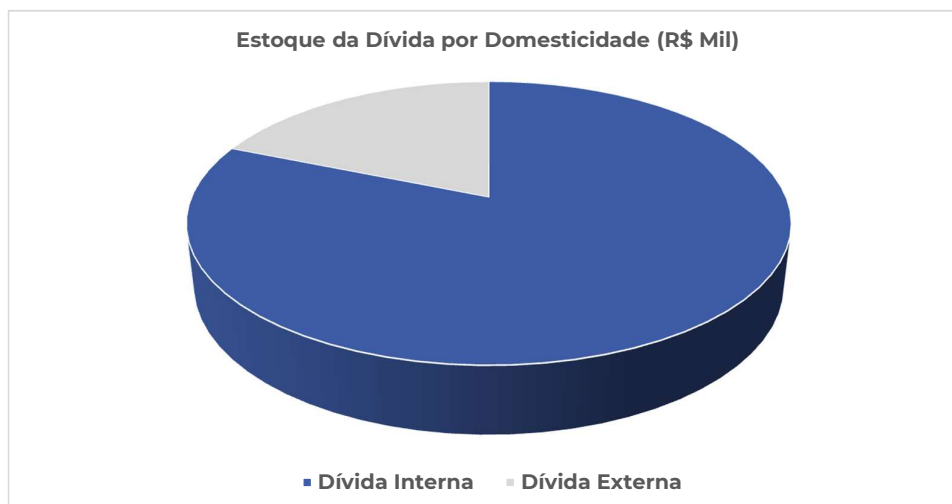
Estoque da Dívida de Curto Prazo e Longo Prazo por Contrato (R\$ mil)



Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

Vale destacar que o maior Contrato de Dívida Contratual Interna do Estado de Alagoas é com a União, no âmbito da Lei 9.496/97, representando cerca de 70% do estoque total. Com relação a essa dívida, no Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida – RGF 3º quadrimestre 2020, o Estado de Alagoas, em virtude da decisão judicial exarada pelo STF nos autos da ACO 1726, desconsiderou o montante de R\$ 1.117.589 mil.

O estoque da dívida é fracionado também por sua domesticidade, sendo separado por estoque da dívida interno e externo. Os valores em moeda estrangeira foram convertidos em reais brasileiros (BRL) na data de apresentação do balanço.



Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

Ademais, no exercício financeiro de 2020, foi atendida a classificação dessas obrigações financeiras em “Empréstimos Internos” e “Empréstimos Externos”, conforme preconiza o Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF).

5.23. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo. No exercício de 2020 este item patrimonial teve saldo no montante de R\$ 103.289 mil.

5.24. OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO

Compreende as obrigações das entidades com os demais entes federativos, relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no longo prazo. No exercício de 2020 este item patrimonial teve saldo no montante de R\$ 1.034 mil, encolhendo 1,83% em relação ao exercício anterior.

OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO (R\$ MIL)					
DESCRIÇÃO	2020	AV %	2019	AV %	AH %
Obrigações Fiscais a Longo Prazo com a União	964	93,27%	964	91,56%	0,00%
Obrigações Fiscais a Longo Prazo com os Municípios	70	6,73%	89	8,44%	-21,74%
TOTAL	1.034	100,00%	1.053	100,00%	-1,83%

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

5.25. PROVISÕES A LONGO PRAZO

Compreende os passivos de prazo ou de valor incerto, com probabilidade de ocorrerem no longo prazo. As Provisões de Longo Prazo em 2020 tiveram um acréscimo de 91,78%, decorrente, principalmente, do incremento nas contas Plano Financeiro – Provisões de Benefícios Concedidos e Provisões Atuariais para Ajus-

tes do Plano Previdenciário, que variaram 614,98% e 51,58%, respectivamente.

PROVISÕES A LONGO PRAZO (R\$ MIL)					
DESCRIÇÃO	2020	AV %	2019	AV %	AH %
Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo - Consolidação	792.453	100,00%	413.219	100,00%	91,78%
Plano Financeiro - Provisões de Benefícios Concedidos	277.994	35,08%	38.881	9,41%	614,98%
Plano Financeiro - Provisões de Benefícios a Conceder	-	0,00%	-	0,00%	-
Plano Previdenciário - Provisões de Benefícios Concedidos	36.936	4,66%	18.038	4,37%	104,77%
Plano Previdenciário - Provisões de Benefícios a Conceder	188.327	23,77%	165.516	40,06%	13,78%
Provisões Atuariais para Ajustes do Plano Previdenciário	289.195	36,49%	190.784	46,17%	51,58%
TOTAL	792.453	100,00%	413.219	100,00%	91,78%

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

5.26. DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO

No caso do Estado de Alagoas, as demais obrigações a longo prazo compreendem os adiantamentos de clientes a longo prazo. No exercício de 2020 este item patrimonial teve saldo no valor de R\$ 64.889 mil.

5.27. PASSIVO FINANCEIRO

Com a implantação do Sistema de Administração Financeira do Estado – SIAFE/AL, houve uma mudança no Procedimento de Registro da Folha de Pagamento, que passou a ser descentralizado. Com isso, no exercício de 2020, a baixa do passivo financeiro referente ao pagamento da segunda faixa salarial foi realizada no mês subsequente ao da competência da Folha de Pagamento.

5.28. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

As Obrigações Contratuais são atos do passivo a executar que potencialmente podem afetar o patrimônio do ente. No exercício de 2020 houve um aumento de R\$ 498.567 mil em relação ao exercício anterior.

Balanço Orçamentário (BO)

5.29. RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

O resultado orçamentário do período foi superavitário em R\$ 1.400.176 mil e é obtido por meio da diferença entre a receita arrecadada no período (R\$ 11.811.802 mil) e a despesa empenhada (R\$ 10.411.626 mil).

Balanço Financeiro (BF)

5.30. INGRESSOS E DESEMBOLSOS

A diferença apresentada no Balanço Financeiro, no quadro de Ingressos, em Recursos Vinculados à Previdência Social – RPPS, é resultante do recebimento das Contribuições Patronais, referente aos Inativos e Pensionistas, em virtude da promulgação da Lei Complementar LC nº 52/2019.

5.31. RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro evidenciado no Balanço Financeiro foi positivo em R\$ 1.379.784 mil e corresponde à variação das disponibilidades no final do exercício (R\$ 3.799.253 mil) e no início do exercício (R\$ 2.419.469 mil).

Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)

5.32. VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS

A redução das variações patrimoniais aumentativas financeiras no exercício de 2020 em Juros e Encargos de Mora e a redução da Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos foi decorrente da atualização no saldo da Dívida Ativa Tributária, resultante de multas e juros e da Provisão para Perdas no exercício de 2020.

5.33. VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS E DIMINUTIVAS

A diferença apresentada na Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP, em Outras Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas, nas contas de Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas e Participações e Contribuições é resultante da contabilização das Provisões Matemáticas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos de Alagoas - RPPS.

5.34. VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS

O incremento das Variações Monetárias e Cambiais no exercício de 2020

deveu-se, principalmente, a dois fatores, quais sejam: a) Contratação de três novas operações de crédito; e b) Variação do dólar que de Dezembro/2019 a Dezembro/2020 cresceu cerca de 28,93%.

5.35. RESULTADO PATRIMONIAL

O resultado patrimonial consolidado do exercício de 2020 foi de R\$ 1.310.848 mil, frente ao resultado apresentado em 2019 de R\$ 1.044.640 mil. A variação de R\$ 266.208 mil decorre principalmente pela receita de concessão dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário da Região Metropolitana de Maceió e pela redução da conta Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos resultante da Provisão para Perdas da Dívida Ativa.

Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

5.36. TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS, RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS, JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA E PESSOAL E DE-MAIS DESPESAS

O incremento das Transferências Recebidas foi resultante dos ingressos extraordinários recebidos no âmbito da Lei nº 14.041/2020 e da LC nº 173/2020. Já o incremento nas Receitas Derivadas e Originárias, em Receita Patrimonial, é referente aos recursos recebidos pela Concessão dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário da Região Metropolitana de Maceió. A redução em Juros e Encargos da Dívida é resultante da suspensão do pagamento do serviço da dívida da Lei nº 9.496/1997, em virtude da publicação da LC nº 173/2020. A diferença apresentada em Pessoal e demais Despesas é resultante do pagamento de Contribuições Patronais, referente aos Inativos e Pensionistas, em virtude da promulgação da Lei Complementar LC nº 52/2019.

5.37. GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA

A geração líquida de caixa e equivalentes de caixa no exercício de 2020, conforme a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), foi positiva em R\$ 1.379.784 mil.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)

5.38. AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

No exercício de 2020, foram realizados ajustes de exercícios anteriores no patrimônio líquido, os quais corresponderam a reconhecimento de despesas de

CAPÍTULO 05 · NOTAS EXPLICATIVAS

exercícios anteriores (DEA).



Enquanto mediadores da dor, da apreensão e angústia do paciente, os profissionais alagoanos se muniram de empatia e humanização para dar força aos pacientes e seus parentes



CAPÍTULO 6

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS



VOL. 1

6. ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Contabilidade é um instrumento de controle social e transparência. Quando aplicada ao Setor Público, ela é extremamente útil à execução do orçamento e à gestão fiscal e patrimonial, subsidiando os gestores e a população com informações relevantes e fidedignas, que permitem a melhor decisão em relação às políticas públicas.

Nesse tocante, as Demonstrações Contábeis são importantes instrumentos para retratar adequadamente a realidade econômica, financeira, física e patrimonial das entidades, enquanto a análise dessas demonstrações contábeis a partir da decomposição, comparação e interpretação dos demonstrativos contábeis é relevante à tomada de decisão do gestor público. A partir da análise das demonstrações contábeis, é possível transformar dados em informações imprescindíveis ao processo decisório.

Apesar das diversas possibilidades de análise dos demonstrativos contábeis, há algumas particularidades no que tange ao setor público. Para as DCASP, os índices escolhidos devem obter como produto um resultado condizente com a legislação e que retrate a dinâmica governamental. Segue-se aqui, nessa medida, metodologia indicada pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) para compreender os números do exercício de 2020.

Destaca-se ainda que alguns dos indicadores constantes nas análises foram elaborados com base no livro “Entendendo as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público”, de Feijó et al (2017).

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Análise do Balanço Patrimonial (BP)

Situação Financeira

Indicador	Metodologia	2020		2019		ΔH%
Situação Financeira	Ativo Financeiro	4.325.771	4,41	3.038.689	2,86	54,15%
	÷					
	Passivo Financeiro	981.073		1.062.358		

Indicador **Análise**

Situação Financeira **Indica se no período ocorreu superávit ou déficit financeiro.**
 > 1 Há superávit financeiro.
 < 1 Há déficit financeiro.
 = 1 Há o equilíbrio da situação financeira.

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

Liquidez

Indicador	Metodologia	2020		2019		ΔH%
Liquidez Geral	Ativo Circulante + Ativo Realizável a Longo Prazo + Passivo Circulante + Passivo Não Circulante	5.448.263 + 12.386.534	0,44	4.270.777 + 11.544.509	0,37	18,90%
Liquidez Corrente	Ativo Circulante + Passivo Circulante	4.778.088 + 1.043.729	4,58	3.611.504 + 1.433.649	2,52	81,73%
Liquidez Seca	Disponibilidade + Créditos a Curto Prazo + Passivo Circulante	4.509.537 + 1.043.729	4,32	3.364.320 + 1.433.649	2,35	84,12%
Liquidez Imediata	Disponibilidade + Passivo Circulante	3.907.976 + 1.043.729	3,74	2.506.118 + 1.433.649	1,75	114,19%

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

Indicador	Análise
Liquidez Geral	Indica a capacidade de cumprir as obrigações no médio e longo prazo. > 1 Há suficiência de ativos para honrar as obrigações no médio e longo prazo. < 1 Há insuficiência de ativos para honrar as obrigações no médio e longo prazo. = 1 Há equilíbrio entre os ativos e as obrigações no médio e longo prazo.
Liquidez Corrente	Indica a capacidade de cumprir as obrigações no curto prazo. > 1 Há suficiência de ativos para honrar as obrigações no curto prazo. < 1 Há insuficiência de ativos para honrar as obrigações no curto prazo. = 1 Há equilíbrio entre os ativos e as obrigações no curto prazo.
Liquidez Seca	Indica a capacidade de cumprir as obrigações no curto prazo, excetuando-se estoques e despesas antecipadas. > 1 Há suficiência de ativos de maior liquidez para honrar as obrigações no curto prazo. < 1 Há insuficiência de ativos de maior liquidez para honrar as obrigações no curto prazo. = 1 Há equilíbrio entre os ativos de maior liquidez e as obrigações no curto prazo.
Liquidez Imediata	Indica a capacidade de cumprir as obrigações no curtíssimo prazo. > 1 Há suficiência de ativos para honrar as obrigações no curtíssimo prazo. < 1 Há insuficiência de ativos para honrar as obrigações no curtíssimo prazo. = 1 Há equilíbrio entre os ativos e as obrigações no curtíssimo prazo.

Endividamento

Indicador	Metodologia	2020		2019		ΔH%
Índice de Solvência	Ativo Circulante+Ativo Não Circulante + Passivo Circulante+Passivo Não Circulante	11.781.087 + 12.386.534	0,95	9.730.336 + 11.544.509	0,84	12,85%
Endividamento Geral	Passivo Circulante+Passivo Não Circulante + Ativo Total	12.386.534 + 11.781.087	1,05	11.544.509 + 9.730.336	1,19	-11,38%
Composição do Endividamento	Passivo Circulante + Passivo Circulante+Passivo Não Circulante	1.043.729 + 12.386.534	0,08	1.433.649 + 11.544.509	0,12	-32,15%
Endividamento Oneroso Sobre o Ativo Total	Empréstimos e Financiamentos de Curto e Longo Prazo + Ativo Total	10.562.627 + 11.781.087	0,90	9.775.259 + 9.730.336	1,00	-10,75%
Dívida Onerosa Líquida	Disponível + Empréstimos e Financiamentos de Curto e Longo Prazo	3.907.976 + 10.562.627	0,37	2.506.118 + 9.775.259	0,26	44,31%

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

CAPÍTULO 06 · ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Indicador	Análise
Solvência Geral	Indica o grau de garantia disponível para honrar as exigibilidades. > 1 Ativo total maior do que as exigibilidades. < 1 Ativo total menor do que as exigibilidades. = 1 Ativo total equilibrado com as exigibilidades.
Endividamento Geral	Indica o quanto do ativo total está comprometido com exigibilidades. > 1 Exigibilidades maiores do que o ativo total. < 1 Parcela do ativo que está comprometida com exigibilidades. = 1 Todo ativo está comprometido com exigibilidades.
Composição do Endividamento	Indica o quanto da dívida é exigível no próximo exercício financeiro. < 1 Parcela da dívida exigível no próximo exercício financeiro. = 1 Toda dívida é exigível no próximo exercício financeiro.
Endividamento Oneroso sobre Ativo Total	Indica o quanto do ativo total está comprometido com dívidas onerosas. > 1 Dívidas onerosas maiores do que o ativo total. < 1 Parcela do ativo que está comprometida com dívidas onerosas. = 1 Todo ativo está comprometido com dívidas onerosas.
Dívida Onerosa Líquida	Indica a quantidade de disponibilidades em relação a dívida onerosa. > 1 Sobra de disponibilidades para honrar a dívida onerosa. < 1 Falta de disponibilidades para honrar a dívida onerosa. = 1 Há equilíbrio entre as disponibilidades e a dívida onerosa.

Análise do Balanço Orçamentário (BO)

Indicador	Metodologia	2020		2019		ΔH%
Quociente Equilíbrio Orçamentário	Previsão Inicial da Receita + Dotação Inicial da Despesa	10.083.977 + 10.083.977	1,00	9.802.390 + 9.802.370	1,00	0,00%
Quociente da Execução da Receita	Receita Realizada + Previsão Atualizada da Receita	11.811.802 + 10.514.155	1,12	9.875.069 + 9.812.849	1,01	11,63%
Quociente Desempenho da Arrecadação	Receita Realizada + Previsão Inicial da Receita	11.811.802 + 10.083.977	1,17	9.875.069 + 9.802.390	1,01	16,27%
Quociente de Utilização do Excesso de Arrecadação	Créditos Adicionais (Excesso de Arrecadação) + Excesso de Arrecadação	697.767 + 1.727.825	0,40	719.470 + 72.679	9,90	-95,92%
Quociente da Utilização do Superávit Financeiro	Créditos Adicionais (Superávit Financeiro) + Superávit Financeiro	884.835 + 1.976.331	0,45	282.683 + 1.484.741	0,19	135,15%
Quociente de Execução da Despesa	Despesa Executada + Dotação Atualizada da Despesa	10.411.626 + 11.666.579	0,89	9.307.830 + 10.804.524	0,86	3,59%
Quociente do Resultado Orçamentário	Receita Realizada + Despesa Empenhada	11.811.802 + 10.411.626	1,13	9.875.069 + 9.307.830	1,06	6,93%
Quociente de Execução Orçamentária Corrente	Receita Realizada Corrente + Despesa Empenhada Corrente	11.328.479 + 9.142.474	1,24	9.567.488 + 8.156.535	1,17	5,64%
Quociente de Execução Orçamentária de Capital	Receita Realizada de Capital + Despesa Empenhada de Capital	483.323 + 1.269.152	0,38	307.581 + 1.151.295	0,27	42,54%
Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária	Receita Realizada + Despesa Paga	11.811.802 + 9.694.062	1,22	9.875.069 + 8.515.935	1,16	5,08%

Nota¹: Os indicadores constantes nas análises foram elaborados com base no livro “Entendendo as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público” (Feijó et al, 2018).

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

CAPÍTULO 06 · ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Indicador	Análise
Quociente do Equilíbrio Orçamentário	Indica se há equilíbrio na previsão e fixação constantes na LOA. > 1 Há desequilíbrio em favor das receitas. < 1 Há desequilíbrio em favor das despesas. = 1 Há o equilíbrio entre a receita e a despesa iniciais.
Quociente de Execução da Receita	Indica a existência de excesso ou falta de arrecadação para cobertura de despesas. > 1 Há excesso de arrecadação. < 1 Há insuficiência de arrecadação. = 1 Há equilíbrio entre a previsão atualizada e receita realizada.
Quociente de Desempenho da Arrecadação	Indica a existência de excesso ou falta de arrecadação para cobertura de despesas, excluídos os créditos adicionais. > 1 Há excesso de arrecadação. < 1 Há insuficiência de arrecadação. = 1 Há equilíbrio entre a previsão inicial e receita realizada.
Quociente de Utilização do Superávit Financeiro	Indica os créditos adicionais abertos por meio de superávit financeiro e o total do superávit financeiro apurado no exercício anterior. A análise mais interessante acontece quando o quociente é desdobrado por fonte/destinação. > 1 Crédito aberto maior do que o superávit financeiro. < 1 Crédito aberto menor do que o superávit financeiro. = 1 Crédito aberto no limite do superávit financeiro.
Quociente de Execução da Despesa	Indica o quanto da despesa fixada foi executada, sendo portanto uma referência para o processo de planejamento-execução. > 1 Realização maior que a autorização da LOA. < 1 Realização menor que a autorização da LOA. = 1 Realização da despesa no limite da autorização da LOA.
Quociente do Resultado Orçamentário	Indica a relação do resultado orçamentário. > 1 Resultado superavitário. < 1 Resultado deficitário. = 1 Receita realizada igual ao montante da despesa empenhada.
Quociente da Execução Orçamentária Corrente	Indica a relação do resultado orçamentário corrente. > 1 Resultado corrente superavitário. < 1 Resultado corrente deficitário. = 1 Receita corrente realizada igual ao montante da despesa corrente empenhada.
Quociente da Execução Orçamentária de Capital	Indica a relação do resultado orçamentário de capital. > 1 Resultado de capital superavitário. < 1 Resultado de capital deficitário. = 1 Receita corrente realizada igual ao montante da despesa corrente empenhada.
Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária	Indica a relação das receitas e despesas pelo regime de caixa. > 1 A arrecadação superou os pagamentos < 1 A arrecadação foi inferior aos pagamentos. Provável utilização de recursos arrecadados em exercícios anteriores. = 1 Toda arrecadação foi utilizada em pagamentos.

Análise do Balanço Financeiro (BF)

Indicador	Metodologia	2020		2019		ΔH%
Quociente Orçamentária do Resultado Financeiro	Resultado Orçamentário	1.400.176	1,01	567.239	1,45	-30,21%
	+ Variação do Saldo em Espécie	1.379.784		+ 390.112		
Resultado dos Saldos Financeiros	Saldo que passa para o Exercício Seguinte	3.799.253	1,57	2.419.469	1,19	31,71%
	+ Saldo do Exercício Anterior	+ 2.419.469		+ 2.029.357		
Execução Extraorçamentária	Recebimentos Extraorçamentários	5.730.656	1,01	6.164.499	0,99	1,72%
	+ Pagamentos Extraorçamentários	+ 5.682.377		+ 6.217.935		

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

 **Análise da Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)**

Resultado das Variações Patrimoniais	Variações Patrimoniais Aumentativas + Variações Patrimoniais Diminutivas	42.125.103 + 40.814.255	1,03	75.840.379 + 74.795.739	1,01	1,79%
--------------------------------------	--	-------------------------------	------	-------------------------------	------	-------

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

Indicador	Análise
Quociente do Resultado das Variações Patrimoniais	<p>Indica a relação entre as variações patrimoniais aumentativas e as variações patrimoniais diminutivas</p> <p>> 1 Há superávit patrimonial no exercício. < 1 Há déficit patrimonial no exercício. = 1 Há equilíbrio entre as VPA e VPD.</p>

 **Análise da Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC)**

Indicador	Metodologia	2020		2019		ΔH%
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais em Relação ao Resultado Patrimonial	Caixa Líquido Gerado nas Operações + Resultado Patrimonial	2.036.159 + 1.310.848	1,55	1.075.741 + 1.044.640	1,03	50,84%
Capacidade de Amortização da Dívida	Caixa Líquido Gerado nas Operações + Total do Passivo	2.036.159 + 12.386.534	0,16	1.075.741 + 11.544.509	0,09	76,41%
Atividade Operacional	Caixa Líquido Gerado nas Operações + Total da Geração Líquida de Caixa	2.036.159 + 1.379.784	1,48	1.075.741 + 390.112	2,76	-46,48%

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

Indicador	Análise
Quociente do Impacto Patrimonial pelas Atividades Operacionais	<p>Indica a dispersão entre o fluxo de caixa operacional gerado e o resultado patrimonial do exercício.</p> <p><input type="checkbox"/> Requer análise detalhada do resultado patrimonial.</p>
Quociente da Capacidade de Amortização da Dívida	<p>Indica a parcela dos recursos gerados pela entidade para pagamento da dívida.</p> <p>Quanto maior, melhor.</p>
Quociente das Atividades Operacionais	<p>Indica quanto da parcela da geração líquida de caixa pela entidade foi atribuída às atividades operacionais.</p> <p>Quanto maior, melhor.</p>



B A L A N Ç O G E R A L



GOVERNO DO ESTADO
ALAGOAS
TRABALHAR MAIS PARA FAZER MAIS

Secretaria da
Fazenda
(SEFAZ)

